Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura **Número: 4**

I Sessão Legislativa **Horta, Quinta-feira, 21 de Novembro de 1996**

Presidente: Deputado Dionísio de Sousa

Secretários: Deputados José Ramos Aguiar e Guilherme Pinto

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 10.10 horas).

No Período de Antes da Ordem do Dia deu-se continuidade à discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Apreciação do Programa do VII Governo Regional dos Açores".

De acordo com o n.º 2 do artigo 177.º, usaram da palavra para pedir esclarecimentos os seguintes Srs. Deputados:

Alvarino Pinheiro *(PP),* Manuel Azevedo *(PSD),* Manuel Serpa *(PS),* José António Monjardino *(PP),* Madruga da Costa *(PSD),* Berta Cabral *(PSD),* Rui Pedro Ávila *(PS),* João Greves *(PP),* José Humberto Chaves *(PS),* Paulo Valadão *(PCP),* António Menezes *(PSD),* João Sampaio *(PS),* Ana Carolina Silva *(PSD),* Duarte Freitas *(PSD),* Manuel Brasil *(PSD),* Jaime Medeiros *(PSD),* João Carlos Macedo *(PS),* Jorge Valadão *(PSD),* Eugénio Leal *(PSD),* Aurélio da Fonseca *(PSD),* José Maria Bairos *(PSD),* José Manuel Nunes *(PSD)*.

Para prestar os esclarecimentos solicitados, usaram da palavra os Srs. Secretários Regionais da Agricultura, Pescas e Ambiente *(Fernando Lopes),* Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses)*, Economia *(Duarte Ponte)*, bem como o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores *(Carlos César).*

Finda a prestação de esclarecimentos, iniciou-se o debate no qual intervieram os Srs. Deputados António Almeida *(PSD),* Manuel Azevedo *(PSD),* Paulo Valadão *(PCP),* Jaime Medeiros *(PSD),* João Carlos Macedo *(PS),* Eugénio Leal *(PSD),* Duarte Freitas *(PSD),* Madruga da Costa *(PSD),* Ana Carolina Silva *(PSD),* João Sampaio *(PS),* Berta Cabral *(PSD),* José António Monjardino *(PP),* Élio Valadão *(PS),* Joaquim Ponte *(PSD),* Manuel Serpa *(PS),* Silva Melo *(PS),* João Greves *(PP),* Rui Pedro Ávila *(PS)*, João Cunha *(PSD),* Augusto Elavai *(PS),* António Loura *(PS)* e ainda os Srs. Secretários Regionais da Agricultura, Pescas e Ambiente *(Fernando Lopes),* Finanças e Planeamento *(Roberto Amaral),* da Economia *(Duarte Ponte),* bem como o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores *(Carlos César).*

(Os trabalhos terminaram às 20.00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, bom dia. Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

Eram 10.10 horas.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: ***PS*** *- António Gomes, António José Loura, Augusto Elavai, Carlos Fraga, Dionísio Sousa, Élio Valadão, Fátima Sousa, Fernanda Mendes, Francisco Sousa, Guilherme Pinto, Herberto Rosa, João Forjaz Sampaio, João Macedo, José Humberto Chaves, José Nascimento Ávila, Luís Resendes, Manuel Serpa, Natividade Luz, Norberto Pinto, Rui Pedro Ávila, Vasco Cordeiro;* ***PSD -*** *Aires Reis, Alberto Madruga da Costa, Ana Gomes Silva, António Almeida, António Meneses, Aurélio da Fonseca, Berta Cabral, Duarte Freitas, Eugénio Leal, Francisco Xavier Rodrigues, Humberto Melo, Jaime de Carvalho Medeiros, João Cunha, Joaquim Ponte, Jorge Valadão dos Santos, José*

Aguiar, José Francisco Fernandes, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Brasil, Manuel da Silva Azevedo, Mark Marques, Sidónio Bettencourt, Victor Cruz; ***PP -*** *Alvarino Pinheiro, João Greves, José Monjardino;* ***PCP*** *- Paulo Valadão).*

Presidente: Estão presentes 49 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a continuação da apreciação da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Apreciação do Programa do VII Governo Regional".

Feita a apresentação ontem, pelo Sr. Presidente Governo, começamos hoje, como está estipulado regimentalmente, pelos pedidos de esclarecimento.

Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

O discurso de apresentação feito pelo Sr. Presidente do Governo, sob o nosso ponto de vista, traça um conjunto de perspectivas, com as quais nos identificamos.

De qualquer modo, parece-nos oportuno salientar que aqueles que se tivessem limitado a ouvir as palavras proferidas ontem pelo Sr. Presidente, poderiam não ficar com a noção exacta de todos os aspectos que estavam subjacentes a esse processo que conduziu à apresentação do Programa do Governo.

Eu relembro que o Sr. Presidente começou por fazer a apresentação nos seguintes termos:

"O Programa do VII Governo Regional corresponde ao Programa Eleitoral com que o Partido Socialista venceu as eleições regionais.

O Governo apenas procedeu a um rearranjo do seu texto, retirando-lhe considerações que não cabem nas competências do Governo e diagnósticos que se afiguram agora dispensáveis, e aperfeiçoando alguns dos seus aspectos, adaptando-o à textualidade institucional própria da sua análise e aprovação pelo Parlamento."

Isto corresponde, rigorosamente, na nossa opinião, à verdade dos factos. Corresponde, rigorosamente, à situação que caracteriza o processo em que nos encontramos.

Mas permitam-me um esclarecimento. Ou seja, toda a gente, fora deste Parlamento, sabe dos esforços e do empenho que envolveram o Partido Socialista e o Partido Popular, na fase que antecedeu a apresentação do Programa do VII Governo Regional, nesta Assembleia.

Eu queria deixar claro que nós, Partido Popular, identificamo-nos com este documento, de acordo com os diálogos, as conversas e os encontros que foram publicamente assumidos pelo Sr. Presidente do Governo e o líder Regional do Partido Popular.

É nesse quadro que nós queremos realçar a forma, não só correcta como frutuosa, que esse processo de adaptação do texto eleitoral do Partido Socialista sofreu relativamente a este Programa.

Com isto, subscrevemos integralmente a forma que o Sr. Presidente do Governo utilizou aqui, na apresentação do documento. Mas parece-nos importante que algum deputado menos informado — que não da opinião pública em geral, que sabe da forma como tudo isso se passou — não fizesse uma leitura restritiva e desatenta das palavras do Sr. Presidente do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como disse inicialmente, Sua Excelência o Sr. Presidente do Governo, traçou, no seu discurso, grandes questões que são inerentes ao Programa e que nos preocupam a todos.

Porém, gostaríamos de ver algumas delas, um pouco mais desenvolvidas pelo Sr. Presidente e membros do Governo, nos seus respectivos sectores.

Como muito bem apresentou, fala-se na necessidade de reestruturação do sector energético.

É matéria cara para todos nós. Corresponde a desejos e compromissos, julgo eu, assumidos pela quase totalidade das forças políticas com assento nesta Assembleia.

Sr. Presidente, nós gostaríamos, se fosse possível, ser informados de quais as diligências, qual o calendário, quais os "timings", para que, de facto, num período razoável e em tempo útil — e não na perspectiva da Legislatura — se caminhe para a introdução de preços nacionais de energia, nomeadamente em relação à energia eléctrica, e porque não, como já aqui foi referido por nós em Legislatura anterior, em

preços europeus de energia. É um direito que nos assiste e é uma matéria que toca, transversalmente, a economia e a sociedade açoriana.

Aliás, numa altura em que tanto se fala na problemática dos custos da insularidade e das respectivas compensações, na nossa opinião, melhor seria procurarmos uma política que visasse eliminar esses subcustos da sociedade e da população açoriana, em vez da Região ficar sujeita às pressões sectoriais, para que cada um por si tente resolver ou atenuar os acréscimos dos custos que a insularidade a todos nos impõe.

Medidas como estas, que são medidas de grande alcance sob o nosso ponto de vista, devem, claramente, assumir um carácter prioritário para que se dê um sinal aos açorianos de que se vai mudar a política que ao longo de 20 anos vigorou na Região.

Portanto, deve-se atacar de frente os custos da insularidade e nada melhor do que começar pelos custos da energia, tal como dos transportes de pessoas e mercadorias e por aí fora.

Quando tivermos isso resolvido, possivelmente, todos nós, vamos-nos sentir mais portugueses de primeira e muitos dos problemas que nos afectam certamente irão passar à história.

Um aspecto que no discurso do Sr. Presidente foi referido e que nós queríamos realçar, respeita ao novo relacionamento entre os Açores e a Madeira.

Infelizmente no passado, apesar de se poder ter caminhado num ou noutro aspecto, caminhou-se mais no institucional e pouco ou nada no económico.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Impõem-se medidas concretas e um esforço muito intenso para ultrapassarmos essa situação de "costas voltadas", em que se encontram as duas regiões autónomas portuguesas.

A questão das infraestruturas é a questão de fundo: os transportes e nomeadamente apoios concretos a esse intercâmbio, a essa cooperação.

Reconhecendo que estamos a analisar um programa de governo e não um programa de actividades, julgo que era importante que esta Assembleia recebesse uma declaração da prioridade que essa matéria vale merecer, por parte do Governo Regional, e dos esforços que vão ser feitos nesse domínio.

Relativamente a algumas questões que aqui foram referidas, como aquelas que envolvem os relacionamentos bilaterais, — o Sr. Presidente deu ênfase a esse aspecto — nomeadamente com os Estados Unidos, gostaria de manifestar a nossa perspectiva.

A própria letra do Programa do Governo apresenta-se aqui com alguma insuficiência, porque em relação à página 12, verifica-se que apenas é dado realce à questão que envolve a Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento, e àquilo que envolve alguma atenção às aquisições no mercado local de bens e serviços por parte das autoridades norte-americanas.

Eu queria manifestar aqui que não estou dando grande novidade. Estas são matérias que até nem duvido que estivessem consagradas no Programa Eleitoral do Partido Socialista e se não estavam no Programa estavam no espírito dos candidatos, mas parece-nos indispensável que seja dado, perante este Parlamento, o devido destaque à questão das relações laborais na Base das Lajes em resultado do acordo entre os dois países.

Como sabem, e infelizmente, essa matéria constituíu sistematicamente elemento de perturbação e constitui sempre uma dificuldade que afecta a parte portuguesa, que neste caso é a parte trabalhadora.

Parece-nos que uma referência expressa nessa discussão do Programa do Governo, por parte do Sr. Presidente, seria positivo e tranquilizador, para aqueles que dependem da acção e das diligências da administração regional.

Também em relação a essa matéria que envolve a aquisição por parte do Estado dos terrenos afectos à Base das Lajes, embora reconhecendo que ela está em relativo andamento, enquanto não estiver resolvida, não pode deixar de constituir primeira preocupação da administração regional e desta Assembleia, relativamente às matérias que envolvem o acordo entre os Estados Unidos e Portugal, porque é nesse domínio que as populações regionais e, no caso concreto, as que residem, trabalham e vivem na Ilha Terceira, sentem a falta de atenção com que o Estado e a Região, durante estes longos anos, os trataram.

Por conseguinte, esta Casa tem que ter uma posição, pelo menos de grande solidariedade, para com esses açorianos envolvidos nesse processo.

Há uma matéria relacionada com o sector agrícola que entendemos que deveria ser objecto de aprofundamento em sede de análise do Programa do Governo.

Embora haja uma referência, que sob o nosso ponto de vista dá alguma indicação — e isto para nós é muito positivo e aí está um caso que é uma evolução relativamente ao Programa Eleitoral — no ponto n.º 1 sobre a "Modernização tecnológica e diversificação da produção", a questão que envolve os produtores de carne nesta Região, nomeadamente aqueles que se dedicam à produção intensiva, os chamados viteleiros e que têm uma maior incidência na Ilha de São Miguel (é um problema desta Região e grave), as medidas aqui preconizadas são medidas em relação ao futuro e visam tratar teoricamente a questão do sector em relação ao médio e ao longo prazo.

O que nós gostaríamos de ver desenvolvido nesta Sala é qual o diagnóstico que efectivamente esta administração, apesar de estar investida há uma semana, faz do sub-sector da produção intensiva de carne nos Açores?

Se esse diagnóstico coincide com o nosso diagnóstico sobre esta situação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece-nos que é indispensável dar uma prioridade muito acentuada ao ataque da situação sócio-económica do sector e em muito curto prazo.

As indicações que temos é de que os danos resultantes da crise da carne a nível europeu e nacional, a qual não está de todo ultrapassada, deixaram o sub-sector nos Açores, numa situação dramática.

Isto já se vinha acentuando há alguns anos atrás. A anterior administração regional não foi capaz de conceber uma solução para o sub-sector, embora tivesse sido produzida alguma legislação na parte final do mandato do Governo Regional que acabou por não ser regulamentada, como V. Exas. bem sabem. Por conseguinte, esta é uma área no sector agrícola que entendemos que deve ser objecto de grande reflexão por parte desta Assembleia e por este Governo.

Sem prejuízo das medidas que respeitam a novos caminhos para o sector, é preciso ver e avaliar em que estado é que ele se encontra e se é capaz de suportar e de corresponder, por si só, aos desafios que uma nova política para esse sub-sector exige.

Possivelmente, terá que haver uma intervenção de maior profundidade nessa área e nós gostaríamos de ouvir o Governo sobre isso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Finalmente, gostaria de deixar aqui um pedido de esclarecimento, se for possível, sobre a nossa situação das finanças públicas regionais actual e futura.

O quadro teórico que aqui está traçado, parece-nos correcto e é um quadro com o qual nos identificamos. Só que na premência do novo relacionamento financeiro constatado, um dos princípios dos orçamentos regionais equilibrados, já está remetido para 98 — espero bem que tenha sido 98 e não 99, julgo que é isso que vem no Programa do Governo, pois havia era o risco do Sr. Presidente se ter equivocado e ter falado em 99, mas não, foi efectivamente 98.

Claro que 98 está à porta, mas o pior é que ainda temos 97.

Se fosse possível a esta administração e a esta Assembleia passar por cima de 97, (eu estou a ver que o Governo também concordava com isso)…

Presidente do Governo Regional dos Açores *(Carlos César):* Pois, claro!

Secretário Regional das Finanças e Planeamento *(Roberto Amaral):* Seria óptimo!

O Orador: Se fosse possível passarmos já para 98, talvez conseguissemos ter aqui notícias agradáveis.

Agora, o grande problema, e confesso que não vos invejo a situação, é que o Governo Regional vai ter que apresentar a esta Câmara um plano e orçamento para 97.

Quanto ao plano, estamos entendidos uma vez que o Governo Regional anterior já fez planos para 97, 98 e 99...

(Risos da bancada do Governo Regional)

Quanto a essa matéria parece-me que o actual Governo Regional não vai ter problemas, mas vai ter problemas em seleccionar para 97 aquilo que o Governo Regional já prometeu para 96 e assim por diante.

O anterior ciclo de governos regionais, em 92, tinha deixado o problema resolvido até 96. Nós dissemos isto aqui e o povo dos Açores e todos nós confirmámos isso.

Quatro anos depois da queda do ciclo de 92, os membros do Governo Regional anterior, nos últimos 3 meses (foram 4 anos menos 3 meses) tiveram possibilidade de lançar a concurso as suas propostas de Outubro de 1992.

Eu espero que o Governo Regional do Partido Socialista seja mais feliz que o V Governo Regional do PSD e que tenha possibilidades, antes de Junho ou Julho do ano de 1999 ou do ano 2000, de ter projectos seus.

Mas, o problema, é que antes de chegar esse dia, vai chegar ao dia de ter que pagar os programas do PSD...

Deputado Victor Cruz *(PSD):* E inaugurar!

O Orador: Inaugurar, julgo que não vai ser difícil...

(Risos da Câmara)

Eu não vejo o Governo do Partido Socialista muito tímido em relação a essa matéria.

(Risos da Câmara)

No entanto, já o vejo tímido em justificar a esta Assembleia como é que vai alterar a estrutura das finanças públicas regionais, em relação a 97.

Sem querermos saltar ao realismo com que nos preocupamos introduzir nas nossas posições, e admitindo que há aqui um período relativamente ao qual não se podem atribuir responsabilidades ao novo executivo — porque ele vai jogar com situações de estrutura que são herdadas e por muita reforma que queira fazer, não tem impacto e consequente aplicação um mês depois, até porque o orçamento de 97 já deveria estar feito há muito tempo, mas gostaríamos que o Governo deixasse aqui claramente, um compromisso, se é que é possível e acho que esta Câmara também deveria fazer as diligências que estivessem ao seu alcance em sintonia e cooperação com o Governo Regional — as relações com o Estado no campo financeiro têm que ser efectivas.

Se o Governo Regional dos Açores não tem obrigação de apresentar uma situação milagrosa daqui a dois ou três meses, o Governo da República tem a obrigação de dotar os Açores com uma situação diferente daquela que dotou nos dois últimos anos.

Quando for a apresentação do orçamento, ou seja, quando o Governo Regional for chamado à responsabilidade de decidir efectivamente com que meios vai dotar a autonomia regional, ele terá apenas 2 meses de vida, enquanto que o Governo da República já tem 2 anos.

Se eles tiveram desculpa em relação a 96 e o Governo Regional do PSD até beneficiou, ou por mérito próprio ou por boa vontade do Governo de Lisboa — na altura o PSD não dialogava com a oposição, portanto, nunca nos disse se o mérito foi do Governo Regional ou se foi boa vontade do Governo da República, porque havia uns que diziam que o Governo Regional tinha pedido menos que aquilo que o Governo da República deu e houve outros que disseram que o Governo da República deu mais qualquer coisa do que aquilo que o Governo Regional pediu — ...

Deputado Madruga da Costa *(PSD):* O Governo da República deu o que o Governo Regional pediu.

O Orador: ... o facto é que o Governo Regional anterior, sem saber ler nem escrever, desculpem a expressão, teve um acréscimo de transferências significativo, o qual foi objecto de congratulação de todos nós e ainda bem.

Nós achamos que foi pouco, mas teve um acréscimo significativo no nível de transferências.

Passado um ano, o Partido Popular não admite que o Governo da República trate o VII Governo Regional com os mesmos meios e a mesma precaridade com que tratou o VI Governo Regional. Não é por este ser socialista, é porque eles agora não têm justificação para não terem evoluído, avançado, ou não terem uma outra leitura, porque no entretanto muitos estudos foram feitos, muita comissão andou para trás e para a frente, muitas entidades foram ouvidas e isso tem que se traduzir em coisas concretas, ou então vamos ter que denunciar esses grupos de estudo e de trabalho, porque já se passaram 20 anos e isto tem que avançar. Ou então o actual Ministro das Finanças é pior que o anterior, ou então o actual Presidente do Governo da República é pior que o anterior.

Essas coisas têm que passar a ser objecto de conclusão por parte desta Assembleia.

Deputado Madruga da Costa *(PSD):* Está a chegar-se para lá!

Presidente do Governo Regional dos Açores *(Carlos César):* O Sr. Deputado Madruga da Costa deve ter ficado a substituir o Sr. Deputado Rui Melo.

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era este tipo de questões que eu queria colocar e ressalvo, relativamente a esta última, que tenho consciência e, sinceramente, admito que o Governo Regional não possa dar informações concretas sobre isto e ponho à partilha entre o Sr. Presidente, ou o Sr. Secretário Regional da Presidência, no sentido de saber que instrumentos é que vão utilizar — os que são objectivos, os que são subjectivos não pergunto — para que o Governo da República altere a sua política financeira em relação à Região, porque se isso não acontecer, vamos estar dramaticamente aqui em Março a ver e assistir a uma estrutura financeira de suporte ao desenvolvimento regional semelhante às anteriores.

Este Governo tem que apresentar um programa de médio prazo e, subjacente a esse programa, tem que apresentar uma estrutura de suporte financeiro e não pode, nem deve, fazer como o Governo Regional fez há 4 anos, ou há 8, ou seja, apresentou a estrutura financeira e dali a um ano teve que alterar tudo e foi revisto o plano a médio prazo, porque nada correspondia à realidade.

O nosso voto é para que o VII Governo Regional obtenha da República garantias para não nos apresentar uma coisa e meses depois ter que renunciar à incapacidade de vir a corresponder àquilo que nos apresentou entretanto.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado seguinte, desejava chamar a atenção dos Srs. Deputados uma vez que, como sabem, estamos a fazer esta discussão em tempos globais, existe uma regra geral que são os pedidos de esclarecimento que têm a duração de 3 minutos.

Não creio que faça sentido aplicar esta regra nesta situação, mas chamo a atenção para o facto de que a fartura de utilização de tempo no início pode dar fome no final.

Ao mesmo tempo informava o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que utilizou 27 minutos dos 60 que tem direito.

Posto isto, passo a palavra ao Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Ouvi com muita atenção o discurso de apresentação do Programa do Governo que ontem proferiu nesta Assembleia o Sr. Presidente, mas também não deixei de ouvir com alguma atenção aquela introdução capciosa que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro há pouco fez, antes das perguntas que aqui apresentou.

Essa introdução que há pouco foi feita, facilita um pouco a questão que eu hoje queria colocar.

V. Exa. tem afirmado — fê-lo ontem, tal como fez no discurso solene de tomada de posse e como fez em diversas circunstâncias para a comunicação social — que vai governar e que apresenta a esta Casa o Programa que o Partido Socialista apresentou ao eleitorado.

Acrescentou que retirados alguns aspectos que aqui não faziam sentido, era exactamente isso que aqui estava neste documento que nos foi presente, embora tivesse acrescentado esta nuance "... adaptando-o à textualidade institucional própria da sua análise e aprovação pelo Parlamento".

O PP tem afirmado que vai viabilizar o Programa do Governo e só o faz, porque vê contemplado neste texto um conjunto de propostas que reputa de fundamentais, dentro daquilo que também ele apresentou ao eleitorado.

Naturalmente que os Srs. trabalharam, negociaram — não tenham medo da palavra "negócio" porque ela é normal nestas coisas — e o resultado disso são naturalmente as propostas do PP "vazadas" no programa do PS.

Tendo também V. Exa. afirmado tal como o Sr. Deputado José Monjardino, como líder do PP, que todas essas negociações e conversações não seriam feitas "debaixo do alqueire", mas há luz do dia para que toda a gente pudesse saber o que é que se tratava, não conheço porém (não tenho a veleidade de saber tudo e de ouvir tudo), que tenha sido dita à opinião pública qualquer informação relativamente às propostas fundamentais que o PP vê e fez "vazar" no Programa do PS.

A pergunta que queria deixar aqui é a seguinte:

— Quais são essas propostas fundamentais do PP que estão, efectivamente, contidas no Programa que V. Exa. apresentou ontem a esta Casa e que ora está em discussão? Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Depois do que ontem se disse nesta Casa, ou seja, depois da luta encarniçada à volta da tripolaridade e dos vivas à tradição, eu vou falar agora de uma ilha, não marginalizada, mas que é marginal em relação a essa tripolaridade, porque nós também existimos, temos voz, somos dos Açores, somos todos irmãos e também temos aqui o nosso lugar e espero bem, tenho a certeza, de que este Governo irá a pouco e pouco quebrar, porque é sua obrigação, aquilo que muitas vezes, inutilmente, nos tem dividido.

Por isso, a minha intervenção vai baixar um pouco ao nível da minha ilha, porque se nós não temos poder político como ficou ontem comprovado, temos o poder da razão. Eu falo aqui não por ter poder político, não porque a ilha tem poder político, mas porque nós temos e outros têm, o poder da razão.

Muito rapidamente para levantar duas questões.

Gostaria que este Governo, confirmasse a sua disposição em colaborar, ajudar e actuar em relação a uma obra — isto é uma disposição governamental, em primeiro lugar — que é fundamental para a Ilha do Pico, atendendo ao contexto actual e às várias vertentes do seu desenvolvimento.

Gostaria que o Governo confirmasse essa boa vontade e sobretudo a decisão de que há-de, de facto, olhar com os olhos de ver para essa ilha e para essa estrutura.

Deputado Jorge Valadão *(PSD):* Qual é essa estrutura?

O Orador: É o aeroporto do Pico — desculpem.

Em segundo lugar, gostaria também de perguntar ao Sr. Secretário Regional das Obras Públicas, como é que se actua em relação a um problema que não é uma questão programática de futuro, mas sim, em relação a uma coisa que eu não entendo.

Há dois anos havia 260 mil contos num plano para estradas do Pico. Este ano que vai acabar havia 200 mil e nós estamos numa situação em que há lugares em que não se pode passar.

Pergunto: Como é que o Governo actua perante um caso concreto destes?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José António Monjardino.

Deputado José António Monjardino *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Competir-nos-ia agora aqui colocar algumas perguntas também no âmbito do Programa do Governo, independentemente de algumas delas já serem sectoriais, mas parece-me que teriam a sua actualidade.

A preocupação da colocação das perguntas não será pela sua ordem de grandeza, mas sim pela sua ordem cronológica no Programa do Governo e eventualmente algumas que, inclusivamente, não estejam lá contempladas, mas que gostaria de ver esclarecidas.

A primeira já coloquei ontem, mas gostaria, hoje, em sede de perguntas ao Governo, de voltar a colocá-la.

Na página 21 diz-se que uma das medidas de apoio na área da política de investimento seria: "uma política de investimento dirigida para a economia regional, onde se inclui promoção de projectos de obras públicas adequados à dimensão e capacidade das empresas regionais, permitirá gerar mais empregos e produzir mais riqueza".

Subentende-se, obviamente, que está aqui a ideia da adequação das obras públicas em empresas regionais por via da dimensão das obras e os seus respectivos cadernos de encargos, velha aspiração, aliás, dos legítimos representantes desta área de actividade.

Queria perguntar com toda a franqueza e na linha daquilo que disse ontem ao Sr. Secretário, se efectivamente não faria lógica adequar inclusivamente a dimensão do parque de máquinas das obras públicas, no sentido de contribuir activamente para a criação da capacidade crítica deste sector na área privada e no limite, inclusivamente, da extinção pura e simples desses mesmos parques.

Também pretendia que me dessem um pequeno esclarecimento, porque, de facto, este meu problema com a chamada regulamentação pública é qualquer coisa que me está no sangue.

Na página 25, alínea e), está escrito: "promover legislação regional que regule o exercício de determinadas profissões".

Eu fico nervoso quando vejo este tipo de coisas e gostaria, sinceramente, que me esclarecessem o que é isto.

Voltar a regulamentar profissões, a não ser por razões muito óbvias, é qualquer coisa que me incomoda, é quase tão mau como os preços administrativos.

Aproveitaria para colocar, neste momento, uma questão ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, uma vez que se vai ausentar como já foi dado perceber, e tem a ver com um dos pontos que, inclusivamente, nós próprios pedimos ao Partido Socialista para introduzir no Programa e está mencionado na página 32, ou seja, "uma fiscalização adequada da zona Económica Exclusiva (ZEE)".

Uma política activa das pescas, com a qual estamos todos de acordo, que passe invariavelmente pelo aferir da "stockagem" do peixe nesta Região e que o desenvolvimento da actividade piscatória seja adaptado a esse "stock" e à sua própria renovação, tem naturalmente que ter em conta o factor da pesca que é feita nesta Região e que não é controlada — nós sabemos que existe, não sabemos quanto, mas sabemos que existe.

Portanto, tentar fazer uma política de pescas parcimoniosa e adequada à realidade dos nossos "sotcks", sem haver uma fiscalização efectiva das nossas águas que não permita a outros vir aqui pescar sem autorização, torna absolutamente impossível ou inconsequente essa própria política.

É evidente que aqui estamos no âmbito das responsabilidades do país. País esse que se tem tantas preocupações na afirmação da nacionalidade e da coesão nacional, como o Sr. Presidente da República o disse, francamente, pelo menos façam a fiscalização de um dos seus maiores recursos naturais que é a Zona Económica Exclusiva dos Açores. Não é com uma fragata a sair duas vezes por mês de Ponta Delgada que se consegue fazer isso.

Por isso, queria perguntar ao Sr. Secretário Regional e ao Sr. Presidente do Governo, objectivamente, o que é que pretendem perguntar e exigir do Governo da República, nomeadamente das forças armadas e da marinha, em termos de medidas sobre esta matéria?

Há um outro assunto que nesta altura ainda não pode ser completamente pormenorizado, mas que tem enquadramento local, ou seja, o turismo — evidentemente tem sido visto por diversas pessoas e eu próprio concordo — é uma área de actividade que tem que ser desenvolvida como uma área que pode ser complementar de um modelo de desenvolvimento regional. Eu não acredito no turismo como um motor de desenvolvimento e toda a gente sabe que as áreas, os países ou as regiões do mundo que se baseiam quase exclusivamente no turismo, normalmente, têm vidas sociais muito complexas portanto, há que colocar uma certa dose de actividade nesse sector que se torna muito importante e fundamental.

Nesse quadro, e tendo em conta um conjunto de dúvidas que se levantaram em vésperas de eleições — atendendo ao facto de que os terrenos em questão são determinantes para o desenvolvimento de Ponta Delgada e da Ilha de São Miguel, e a hipotética pouca clareza sobre aquilo que levou à decisão da adjudicação, por parte do anterior Governo Regional dos terrenos da Calheta de Ponta Delgada — gostaria de perguntar ao actual Governo Regional se já verificou esse assunto e se já viu se efectivamente foram dados todos os passos no sentido de que essa adjudicação fosse correctamente feita?

Coloco esta questão aqui sem embargo de situações posteriores que serão colocadas ao Governo, em função, inclusivamente, de documentos que estão a ser disponibilizados, para saber se efectivamente há, ou não, problemas de natureza legal ou outros sobre essa matéria.

Na parte da educação queria referir dois aspectos e, mais uma vez, o problema da interligação.

Vou falar da educação e da toxicodependência, o que é mais ou menos inevitável.

Quando se falam nas medidas para a educação, no Programa do Governo, não há grande menção sobre a ocupação dos tempos livres e actividades extra-curriculares.

Todos nós sabemos — e eu falo com um certo à vontade, porque tenho miúdos que começam a entrar nessa idade e essa matéria preocupa-me — que a nível do secundário, tudo o que seja tempo livre, é um convite para o ócio e para situações muito mais complexas.

Numa lógica integrada de ataque preventivo à toxicodependência, nós gostaríamos de ver mais explicitado um conjunto de medidas relacionadas com a componente ocupação dos tempos livres e actividades extra-curriculares.

Também no âmbito da educação, gostaria de colocar mais uma pergunta ao Sr. Secretário, partindo do princípio de que este é um assunto que, pelo menos, para a maioria dos governos regionais, é extremamente caro.

Durante a campanha houve uma discussão muito grande sobre o financiamento da Universidade dos Açores.

A nossa posição é conhecida. Se não é, reitero-a.

Acho muito bem que recebam dinheiro do PIDAC e do PRODEP, mas julgo que eles não devem substituir os apoios, que, independentemente disso, a Região pode e deve dar.

Nesse contexto, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional, o que pensa o Governo sobre esta matéria?

Eventualmente não digo que haja quantificação, mas, pelo menos, em termos do apoio a dar à Universidade dos Açores, uma vez que é um polo fundamental de desenvolvimento económico da própria Região, porque a dimensão da Universidade não é só educativa, ela pode ter componentes sociais e económicas de relevo no próprio desenvolvimento do arquipélago.

Por último, há aqui um aspecto que me gerou alguma estranheza e que tem a ver com uma matéria — procurei com algum cuidado e se me enganei peço desculpa — que, embora também tenha caído na esfera nacional, não pode deixar de ser objecto de algum esclarecimento por parte do Governo Regional, em termos, pelo menos, de definição do que é que são as suas prioridades de acompanhamento sobre este dossier.

Muito rapidamente vou explicitar, ou seja, o caso do NAV II.

Sem embargo de terem sido feitas declarações a nível nacional e de supostamente ter havido um conjunto de programas que estão em vigor para a colocação do NAV II em Santa Maria, parece-me ser de algum consenso e de algum cuidado vir a ser feito um acompanhamento político a nível regional para garantir que o ritmo das coisas seja aquele que foi prometido e que não se façam coisas que vão durar 15 ou 20 anos. Acima de tudo, o que é preciso é que esse projecto fique lá instalado.

Era apenas isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Madruga da Costa pede a palavra com que finalidade?

Deputado Madruga da Costa *(PSD):* Sr. Presidente, apenas para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado José Monjardino.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Madruga da Costa *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É uma questão lateral a este debate, mas há afirmações que se fazem, que ficam registadas no diário e que "quem não se sente não é filho de boa gente" e eu tenho que defender aqui a minha testada.

O Sr. Deputado José Monjardino insinuou na sua intervenção, no que se refere à atribuição dos terrenos na Calheta, em Ponta Delgada, a uma determinada entidade, como sendo uma situação menos clara realizada pelo Governo.

O Sr. Deputado tem todo o direito de requerer ao Governo a consulta desse processo.

Os intervenientes têm todo o direito de reclamar junto do Governo da decisão.

As pessoas em questão têm todo o direito de obterem do Governo todos os esclarecimentos necessários.

O Sr. Deputado José Monjardino não pediu ao Governo, que eu saiba, até ao passado dia 9, qualquer esclarecimento sobre esta matéria.

Os intervenientes não reclamaram junto do Governo sobre a mesma.

Os intervenientes participaram em todos os passos do processo e em nenhuma circunstância apresentaram qualquer reclamação. Há situações que têm vindo na imprensa, na comunicação social, que são opinião de quem quer que as expresse.

Insinuar nesta Câmara que houve um Governo que, eventualmente, não terá sido sério e honrado nas suas acções, penso que não é correcto e não poderia deixar de clarificar nesta circunstância, que o Governo Regional actuou de acordo com um regulamento de um concurso público e de acordo com aquilo que está estabelecido na lei.

Não foram cometidos nenhuns atropelos à lei e se o foram que os julguem.

De qualquer maneira gostaria de referir, claramente, o seguinte:

Nenhum dos intervenientes apresentou em qualquer passo do concurso qualquer reclamação e nenhum dos intervenientes até agora apresentou qualquer reclamação junto do Governo Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José António Monjardino.

Deputado José António Monjardino *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não fiz um juízo de valor sobre o que foi ou não foi. No entanto, o que é um facto, é que essa decisão foi tomada pelo Governo Regional na Quinta-feira antes das eleições e na Sexta-feira de manhã, estava eu em São Miguel, quando recebi um conjunto de empresários que colocaram esse problema.

Prometi-lhes que me debruçaria sobre o assunto e tomei, inclusivamente, posições públicas sobre a matéria as quais reitero aqui, ou seja, pedir ao futuro Governo Regional — e estou a fazê-lo agora — que veja o processo e que me diga com toda a franqueza se a preocupação que aqueles empresários me colocaram, tinha ou não tinha razão de ser, porque uma coisa é o problema da legalidade e eu não estou a dizer que ele existe ou não, porque não me compete a mim coordenar esse problema. Posso é colocá-lo numa componente meramente política e, essa, depois de verificada a componente do processo, a colocará.

Faço questão de dizer ao Sr. Deputado, que não estou aqui a dizer se alguém fez alguma coisa correcta ou não correcta, legal ou ilegal.

No entanto, por ter gerado repercussões fortes na opinião pública as quais o Sr. também reconheceu, acho fundamental — inclusivamente se não houver nada sobre o assunto — que se esclareça isto e se ponha uma pedra em cima do assunto. Mas o Sr. Deputado não ignora que em Ponta Delgada e na Ilha de São Miguel, este é um

assunto falado "à boca cheia" e por uma questão de credibilização das próprias instituições, e calculo até pela sua própria situação e dos membros do Governo na altura, convém que haja um cabal esclarecimento sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deixo as saudações protocolares para uma intervenção posterior e aproveitaria para debruçar-me apenas sobre a apresentação do Programa do Governo feita pelo Sr. Presidente, mas não queria deixar de fazer uma nota prévia sobre algumas afirmações proferidas pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Depois de fazer algumas considerações sobre os trabalhos feitos pelo anterior Governo sobre o plano a médio prazo e o plano do próximo ano, o Sr. Deputado diz logo a seguir que o orçamento de 97 já devia estar pronto há muito tempo.

Há aqui uma incongruência, Sr. Deputado. Nem o orçamento de 97 devia estar feito há muito tempo, nem o plano está pronto. Penso que sobre isto estamos esclarecidos.

O Governo tem dois meses para preparar-se. Se precisar de mais também pode ter e nós estaremos aqui, se Deus quiser e com todo o gosto, numa das próximas sessões para apreciar o plano e o programa que, naturalmente, será condicionado por tudo o que se passou.

Como disse e bem, o nosso Governo foi condicionado pelo que estava para trás, mas isto é assim, é a regra da vida.

De qualquer modo, nessa altura discutiremos e apreciaremos isso.

Apenas queria dizer que da minha parte não tinha que ter na altura o orçamento de 97 pronto.

Era apenas isto que queria esclarecer. Quanto ao resto, em devida altura abordaremos.

Em seguida, V. Exa. disse uma outra coisa que não é verdade e eu própria sei que o Sr. não pensa assim.

O Sr. Deputado disse que o VI Governo, sem saber ler nem escrever, conseguiu um acréscimo do Governo da República.

Se quer dizer que o Governo anterior, sem saber ler nem escrever nos livros do actual Governo da República, é verdade. Mas que fez o que sabia, o que podia, dando o seu melhor e em diálogo — palavra tão usada actualmente por todos nós e pelo Governo da República — conseguindo um acréscimo de 5 milhões de contos para o orçamento regional, isso é verdade.

Se foi mérito nosso ou se foi mérito do Governo da República, eu diria que foi mérito conjunto. Penso que é mais correcto.

Eu já disse uma vez que nós não nos devemos menosprezar e quando digo nós, digo, nós, açorianos.

Nós não devemos ter uma postura de que quando não conseguimos é porque não somos capazes e quando conseguimos é porque os outros é que foram capazes!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Com isso eu não concordo e não deixarei passar. Fiz o que pude e consegui o que pude.

Espero e desejo, sinceramente, que este Governo consiga um acréscimo para o ano de 97 muito maior do que este.

Eu própria pedi 19 milhões de contos. Se conseguirem, eu dou-vos os meus parabéns e ajudar-vos-ei no que for possível.

E digo mais: "quem tudo quer, tudo perde"!

Eu pedi o que era possível e deram-me o que era possível.

Voltando ao Programa do Governo, eu diria que em termos gerais, o documento é um somatório de textos e com isto não quero dizer que estão lá somados os textos do PP, mas na verdade há alguma falta de fio condutor e há, inclusivamente, algum detalhe a mais em alguns sectores e falta de detalhe noutros.

Os sectores sociais estão bastante detalhados e onde há bastante detalhe é fácil encontrar divergências.

Os sectores económicos limitam-se a linhas de orientação, a princípios com os quais eu estarei de acordo, dependendo depois da forma de materializar esses princípios,

mas quando se trata de grandes linhas de orientação e de grandes princípios é difícil encontrar divergências.

No entanto, a questão põe-se exactamente aí. Falando-se de grandes questões e de grandes linhas, carecem também de ter aqui alguma explicação por parte do Governo.

Toda a gente sabe que os grandes objectivos fixados para os sectores económicos terão repercussões no desenvolvimento da Região e, portanto, no retorno das receitas regionais a médio e a longo prazo.

Os objectivos fixados para os sectores sociais, educação, saúde e solidariedade, terão expressão orçamental no curto prazo.

Pergunto: estão já quantificadas as verbas necessárias para fazer face, em termos orçamentais, aos sobrecustos relacionados com estas novas políticas, preconizadas por este Governo, para os sectores sociais? Qual a política a seguir nas privatizações?

Fala-se em várias áreas e em vários capítulos do programa sobre a alienação de participações, sobre a privatização das empresas públicas: Mas a questão que eu ponho, é qual a política a seguir em termos de percentagem a alienar consoante as empresas, porque estão em sectores diferentes e portanto, estrategicamente diferentes para o Governo Regional, e quais os parceiros estratégicos a escolher?

Outra questão que gostaria de colocar, relaciona-se com a administração regional, ou seja, qual a política de pessoal a adoptar relativamente aos funcionários públicos e agentes da administração, nomeadamente no que diz respeito aos contratos e aos recibos verdes?

Outra questão que queria colocar relacionada com a administração local, é no sentido de saber quais são as competências que o Governo entende que deve transferir para os municípios e como deve assegurar o respectivo financiamento?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Com o enquadramento dado pelo meu colega de bancada Manuel Serpa, e porque estamos numa fase de transição que nalguns casos podem levar-nos a que o próximo plano a médio prazo só venha a aparecer nesta Casa daqui a alguns meses, por tudo

isso, e porque há situações que ficaram pendentes do Governo anterior, queria colocar ao Governo três ou quatro questões concretas, nomeadamente em relação ao que se passa quanto à completação da Escola Básica 2/3 e Secundária de São Roque do Pico e por uma razão muito simples, porque foi anunciada a sua adjudicação, mas que saibamos, a consignação desta obra à empresa escolhida, nunca aconteceu.

Outra situação deveras preocupante com que fomos defrontados no início desta Legislatura, refere-se ao estado de degradação que chegou o ginásio da Escola Básica do 2.º e 3.º ciclo e Secundário das Lajes do Pico que, inclusivamente os alunos, nesta altura, não estão a ver nem a ter as respectivas aulas nesse ginásio.

Outra situação que vem de trás, prende-se com a falta de projecto para ampliação da escola das Lajes do Pico, constatada nos últimos meses ao contrário daquilo que alguns afirmavam, e como sabem, já tem os terrenos adquiridos.

Uma última questão que quero deixar como reflexão, refere-se à defesa da orla marítima das Lajes do Pico.

Levámos 4 anos em estudos.

Tanto quanto eu saiba, ainda não se chegou à fase dos estudos do impacto ambiental daquela obra, que é uma obra que marcará aquele concelho e aquela vila nos próximos anos.

Os ensaios laboratoriais feitos e acompanhados em pormenor pela edilidade lajense e apresentados na última visita do Governo ao Pico, continuam a demonstrar que naquele projecto que foi apresentado à opinião pública, os galgamentos mantêm-se.

Deixo a recomendação ao Governo com estes considerandos sobre a obra em causa, de que, pelo menos, como é uma obra magnânima, não se caia no perigo de que a vertente meramente economicista deste projecto se sobreponha à preocupação última e sempre de que deverá ser a defesa e segurança de pessoas e bens.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves *(PP):* Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

No Programa do Governo, encontro uma palavra de esperança para mim e que, de alguma maneira, deixa-me um pouco satisfeito, isto é, a distância entre o Grupo

Ocidental vai ser mais curta, porque segundo esta medida vai-se aumentar a frequência das ligações ao Grupo Ocidental.

Pergunto ao Governo Regional qual a frequência destas ligações?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste momento, a Ilha de Santa Maria atravessa uma grave crise, no que diz respeito à ocupação da mão-de-obra indiferenciada.

Não existem obras públicas, o que faz com que essa mão-de-obra não seja ocupada.

Se conseguíssemos que a construção do novo Centro de Controlo se efectuasse o mais rápido possível, este problema poderia ser resolvido.

Pergunto ao Sr. Presidente do Governo Regional se os prazos que foram referidos durante a campanha eleitoral, pelo Partido Socialista, foram ou não alterados?

A pergunta é simples e espero que a resposta seja esclarecedora.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Neste capítulo dos nossos debates, a imposição de tempo impede prolongar-me.

De qualquer modo, não queria deixar passar esta ocasião sem colocar algumas questões ao Governo Regional e que se prendem com uma leitura atenta do Programa.

O Programa do Governo refere-se à "construção de uma rede de abate mais reconhecida pela União Europeia".

Esta é uma matéria que, na minha opinião, constituirá um assunto forte para este Governo Regional e todos nós termos que nos recordar das atitudes e das tomadas de posição do actual Sr. Secretário Regional, quando Deputado Regional, porque, de facto, sempre lhe reconhecemos grande entusiasmo na defesa desta matéria. Por isso mesmo, temos que ter esperança de que seja uma matéria em que a atitude do Governo seja de resolver de uma vez por todas este problema.

Todos nós sabemos que o matadouro do Faial está em construção.

Foi lançado a concurso, recentemente, o matadouro das Flores, mas com uma nuance, esse concurso implica também a feitura de projecto.

A pergunta que colocamos ao Governo é como é que ele vai articular esta rede regional? Como é que ela vai orientar-se, procurando abarcar as nove ilhas, tendo em conta que o trânsito de animais sofrerá, a breve prazo, a nível da União Europeia, limitações muito grandes?

Nós poderíamos continuar com esta matéria e aprofundá-la um pouco mais. Se for necessário fá-lo-emos, mas por agora pedíamos apenas este esclarecimento ao Sr. Secretário.

Em relação ao ensino, verificamos no Programa do Governo algumas referências e muitas delas que relevamos e consideramos importantes, como sejam as que estão nas páginas 68, isto é, "Humanizar a Escola", onde se faz referência aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

No entanto, há um outro assunto que nós não vislumbramos qualquer referência e gostaríamos de saber qual a orientação do Governo.

Em muitas das nossas ilhas, principalmente as mais pequenas, foram implementados os 10.º e 11.º anos. Até ao momento penso que há uma ilha ou outra em que já está a ser implementado o 12.º ano.

Gostaríamos de saber qual a postura do Governo, no futuro, em relação à continuidade ou não deste grau de ensino, concretamente o ensino liceal nas ilhas mais pequenas, embora com muitas limitações, mas que pela experiência realizada nos últimos dois anos, tem sido muito positivo.

Outra matéria que gostaríamos de ver esclarecida diz respeito às ligações de fibra óptica que vêm nas páginas 43 do programa onde se refere esse projecto e instalação de cabo de fibra óptica e a sua interligação às diversas ilhas.

Foi do conhecimento público e veio na comunicação social que este projecto terminaria com a ligação das ilhas do Grupo Oriental, Central e Ocidental.

A pergunta que deixo ao Governo Regional é como será resolvido este problema, em relação ao Grupo Ocidental, e se efectivamente podemos ter esperança de que os que vivem nas Flores e no Corvo, possam ter acesso, nas mesmas condições, do que aqueles que vivem nas restantes ilhas, porque as novas tecnologias implicam que esta

ligação se faça em todas as ilhas para sermos cidadãos em igualdade de circunstâncias.

Outro assunto relacionado com os transportes, diz respeito ao anunciado desmantelamento e desarticulação da ANA-EP.

Como todos sabemos, os aeroportos de Santa Maria, São Miguel, Horta e Flores, são aeroportos dessa empresa.

Esta matéria preocupa o Governo Regional e daí perguntarmos o que é que pensam se se concretizar, a breve trecho, esta desarticulação?

Qual será o futuro destes aeroportos em relação aos postos de trabalho que lá existem, uma vez que as pessoas estão ligadas a esta empresa pública e já é do conhecimento público a sua preocupação em relação a esta anunciada desarticulação da empresa?

Outro assunto que aqui é referido, e já foi mencionado por outro Sr. Deputado, relaciona-se com as ligações da SATA com o Grupo Ocidental.

Nós consideramos que esta referência é importante. No entanto, em matéria de transportes, para além da frequência, existem algumas situações que, na nossa opinião, são deploráveis e são criticáveis, isto é, hoje, um passageiro que se encontre no continente português e que pretenda dirigir-se à Ilha das Flores, não o pode fazer no mesmo dia, em dia nenhum da semana.

Nós pensamos que isto é uma injustiça grave e deve merecer a atenção do Governo Regional.

Outro caso que verificamos, dada a nova regulamentação da TAP, é que qualquer passageiro com passagem de residente só pode ter um "cupon" de passagem. Mercê da programação da SATA em muitos dias para chegar a São Miguel — temos ligação no mesmo dia Flores/Lisboa, via São Miguel — o passageiro, como tem que mudar de avião na Terceira ou esperar para ele ir a São Jorge ou à Graciosa, tem que ter dois "cupons" e tem que pagar mais 10 ou 12 contos de diferença.

Acho que isto é uma injustiça em relação às pessoas que vivem no Grupo Ocidental e penso que esta regulamentação da TAP terá que ser urgentemente revista.

Gostaria de saber se o Governo Regional está preocupado em dar andamento a processos destes que têm causado, nos últimos tempos, algumas injustiças.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Menezes.

Deputado António Menezes *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

No Programa do Governo, vejo com algum desenvolvimento os problemas relacionados com a reinserção social dos repatriados, ou seja, os cidadãos portugueses que cometeram delitos criminais nos Estados Unidos da América e vieram a ser deportados para os Açores.

Vejo realmente com algum desenvolvimento e concordo com as medidas que estão lá preconizadas, no sentido da sua reinserção social.

No entanto, como não vejo isso expresso no Programa, gostaria de pedir um esclarecimento ao Governo, no sentido de saber se aceita este facto como consumado e apenas se preocupa com o problema da reinserção destes açorianos na sociedade açoriana, ou se a montante pretende desenvolver diligências junto do Governo da República, e Portugal junto dos Estados Unidos da América, de forma a que este problema dos repatriados seja assumido com responsabilidade pelo Governo dos Estados Unidos, na medida em que estes cidadãos que formalmente são portugueses, são produto da sociedade americana, muitos deles estão completamente desenquadrados da nossa cultura e muitos deles já não dominam a língua nem têm família aqui.

Peço ao Sr. Presidente que desenvolva o seu pensamento no que diz respeito a esta matéria e gostaria de saber se concorda e se pretende continuar a insistir junto do Governo da República, e este por sua vez junto dos Estados Unidos, para que essa torrente de repatriados não continue a chegar da forma como chega.

A segunda questão que gostava de pedir um esclarecimento ao Sr. Presidente, relaciona-se com os vistos de turista.

Como sabem, Portugal e a Grécia são os únicos dois países da Europa, aos quais os americanos e o Governo dos Estados Unidos exigem visto de entrada como turista.

Atendendo às relações privilegiadas entre Portugal/Estados Unidos e ao papel dos Açores neste relacionamento à nossa numerosa comunidade nos Estados Unidos,

gostava de perguntar o que é que pensam o Sr. Presidente e o Governo sobre esta questão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Forjaz Sampaio.

Deputado João Forjaz Sampaio *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muitos dos projectos candidatos às ajudas previstas no Regulamento 2328, aguardam disponibilidade de quota para serem decididos.

Esta situação, há muito que ultrapassou os prazos previstos e começa a causar graves prejuízos aos agricultores.

Gostaria que o Sr. Secretário nos esclarecesse sobre a actual situação deste assunto.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina Silva *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O passado recente do Partido Socialista nesta Casa, salientava um cuidado aprofundado e uma preocupação aprofundada relativamente a questões ambientais, nomeadamente em relação à questão da eutrofização das nossas lagoas.

No entanto, não vejo neste Programa do Governo, nenhuma referência aprofundada sobre este assunto.

Por contra-posição, vejo uma referência demasiadamente aprofundada, a meu ver, para um Programa do Governo e dou a título de exemplo as bibliotecas e arquivos.

Queria saber se esta é a prova de que as lutas do passado vão ser esquecidas e, mais a jeito, outras vão ser relevadas.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta fase de discussão do Programa do Governo, gostaria de colocar uma pergunta, concretamente na área da tutela do Sr. Secretário da Educação e Segurança Social.

É sabido e foi um dos pilares de força do PS, — e também de certa forma do PSD — a nível de grandes defesas e de grandes consensualismos que se verificaram no Pico, a defesa das nossas grávidas terem filhos na sua ilha.

Eu vejo que há aqui uma intenção de redefinição dos cuidados de saúde a prestar em cada ilha.

Vejo que o novo Centro de Saúde está concluído e que tem algumas capacidades e potencialidades para prestar serviços a nível da cirurgia também, de uma forma que tecnicamente seja ajustada, mas gostaria de ser esclarecido se o que aqui está, quer dizer finalmente, como muitos de nós temos vindo a defender, que vai ser possível termos filhos na Ilha do Pico?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de colocar a seguinte questão ao Governo:

Como todos nós sabemos, ilhas como a minha, a Ilha de São Jorge, e todas elas de um modo geral, têm problemas a nível da orla costeira.

Neste Programa do Governo, em relação à protecção da orla costeira, não vejo uma menção que nos permita ajuizar daquilo que o Governo pensa para esse assunto.

São Jorge, concretamente, tem uma das jóias ecológicas importantes dos Açores, nomeadamente a Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, que está em vias de extinção se não houver um programa de protecção da orla costeira, não só naquela zona, mas fundamentalmente lá e em muitas das ilhas dos Açores.

Pergunto a este Governo o que é que pensa sobre este assunto?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros.

Deputado Jaime Medeiros *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à página 42, pretendia pedir um esclarecimento em relação a uma passagem da "Política de Transportes e Comunicações".

No meio da página diz-se que o transporte marítimo "... funciona, hoje em dia, numa base puramente comercial. A atribuição do serviço público no tráfego marítimo transfere o pagamento dos custos sociais para os utilizadores do sistema, penalizando simultaneamente as actividades económicas em todas as ilhas."

Gostaria que me explissitassem melhor isto, uma vez que não percebo o que é que aqui pretendem dizer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Carlos Macedo.

Deputado João Carlos Macedo *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria apenas fazer uma pergunta relacionada com o apoio que o Governo pretende prestar às comunidades emigrantes.

Gostaria de saber no âmbito dessa política, em que medida está prevista o apetrechamento dos Consulados Portugueses e das associações existentes no seio das nossas comunidades emigradas de apetrechamento cultural, ou seja, bibliotecas e suportes de música portuguesa e açoriana através de apoio discográfico?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O turismo foi um assunto que preocupou diversos deputados de diferentes ilhas, na legislatura anterior, porque consideravam que era importante para a sua promoção uma infraestrutura que, normalmente se chama de "portos de recreio".

Foi preocupação manifestada por deputados de diversas bancadas até mesmo das ilhas mais pequenas.

No Programa do Governo, quer no que diz respeito à área do turismo, quer no que diz respeito ao capítulo das obras públicas, eu não vejo qualquer referência relativamente a uma obra que é considerada por muitos como importante na promoção do turismo e com reflexos na economia das respectivas ilhas, nomeadamente na área da restauração.

A questão que formulo é no sentido de saber se o Governo tenciona, ao longo do seu mandato, tomar algumas iniciativas no sentido de corresponder a essa pretensão, manifestada por diversos deputados.

No que concerne ao porto de recreio cujo contrato já foi inclusive assinado, gostaria de saber se há empenhamento deste Governo no sentido de concretizar essa infraestrutura que é importante para o turismo de uma ilha e de uma Região?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão que queria levantar refere-se, concretamente, à política de transportes e comunicações, nomeadamente a questão relacionada com os transportes marítimos.

No segundo parágrafo do Programa do Governo, é feita uma referência aos portos de Ponta Delgada e Praia da Vitória, com as respectivas percentagens do movimento geral de mercadoria.

Como é sabido, até agora, tem sido seguida uma política em que as empresas de transportes marítimos são obrigadas a fazer um determinado número de portos.

Concretamente, no que diz respeito às ligações directas de Lisboa para os Açores, a empresa Transinsular tem vindo a escalar os portos de Ponta Delgada, Praia da Vitória e Horta.

Gostaria de perguntar ao Sr. Presidente do Governo ou ao Sr. Secretário com responsabilidades nesta matéria, se o Governo Regional está na disposição de continuar a defender essa política e se nas negociações que têm em vista a liberalização, também defenderá essa situação de que o Porto da Horta venha a continuar a ser escalado directamente por navios vindos do Continente?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A minha questão situa-se na área da cultura.

À Região foi confiada pelo Governo da República, a guarda e preservação de um bem de valor inestimável que é património mundial, isto é, Angra do Heroísmo — Património da Humanidade.

Neste Programa do Governo, não há uma única palavra sobre este assunto.

Pergunto ao Governo se pretende continuar a dar a atenção que a preservação de um bem como este merece e tem que ter, nomeadamente havendo legislação aprovada aqui, nesta Casa, que remete para a responsabilidade directa de um membro do governo a autorização de toda e qualquer alteração à cidade?

Pretende o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais continuar a cumprir essa legislação, sendo V. Exa. que irá dar parecer favorável sem o qual nada se fará na cidade?

Uma vez que a Câmara não pode licenciar nada sem o seu parecer favorável, pretende V. Exa. apresentar nesta Câmara alguma alteração ao Decreto Legislativo Regional 15/84/A para mudar essa filosofia?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A questão que queria colocar localiza-se na área da saúde.

É do conhecimento geral, o grande défice que existe, tanto a nível da Região como a nível do país, de médicos de clínica geral, o que traz alguns problemas a nível de algumas ilhas, em que apesar de serem abertos constantemente concursos, os médicos não aparecem para concorrer, o que resulta em graves problemas de atendimento aos utentes.

Sabemos também que grande parte deste problema se inicia logo após a saída das universidades, uma vez que a grande parte dos médicos vai para as especialidades e a nível da clínica geral poucos ficam para cobrir as vagas existentes.

Pergunto ao Sr. Presidente o que é que pensa fazer o Governo do Partido Socialista, no sentido de que os médicos de clínica geral apareçam em maior número e que, de facto, alguns dos centros de saúde desta Região vejam as suas vagas completamente ocupadas, de forma a que o utente tenha um serviço à altura?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado João Greves, gostaria de saber quantos voos realizar-se-ão para o Corvo, em que dias e se vão manter o mesmo número de voos no Verão e no Inverno?

Por outro lado, recentemente foi criada no Corvo a LACTICORVO, ou seja, uma fábrica de queijo artesanal apoiada pela Câmara Municipal do Corvo.

Gostaria de saber se vai haver ou não apoio do Governo Regional nesta iniciativa?

Muito obrigado.

Presidente: Uma vez que não há mais inscrições para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional para prestar os esclarecimentos solicitados.

Presidente do Governo Regional dos Açores *(Carlos César):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Agradeço as perguntas que nos foram colocadas e eu e os Srs. Membros do Governo iremos respondê-las, ora neste período, ora no decurso das intervenções que cada um dos Membros do Governo têm previstas, designadamente nas suas áreas sectoriais.

Posso ir adiantando que o Programa Eleitoral que este Governo submete, não contém nenhuma menção, nenhuma ideia, nenhum princípio que não esteja em conformidade com o partido que o suporta ou com as grandes orientações do Programa Eleitoral.

Isso é suficientemente tranquilizador para quem o subscreve, para quem o apresenta e para quem o tenciona executar.

Gostava também de tornar claro que a cooperação que entendemos ser essencial entre os Açores e a Madeira, é uma cooperação que não só se deve exercer no domínio político — no domínio da influência que a conjunção das Regiões Autónomas pode ter no plano nacional para efeitos, como até a Revisão Constitucional, as grandes orientações das revisões que certamente se operarão nos respectivos Estatutos Político-Administrativos — como também certamente no âmbito das finanças regionais, já que podendo haver uma só lei ou duas leis, o processo negocial, o processo de conversações que se desenrolar no âmbito de uma Região Autónoma, certamente também influencia a outra.

Por isso, é necessário existir alguma concertação, algum diálogo que permita, por via disso, aprofundar e defender melhor as regiões nesse contexto negocial. É um exemplo de urgência no relacionamento entre a Madeira e os Açores.

Naturalmente, que nós estamos interessados em estudar e incrementar formas de complementaridade no plano económico e no plano cultural entre a Região Autónoma da Madeira e a Região Autónoma dos Açores.

Por via disso, podemos também nos Açores aumentar determinadas exportações, introduzirmo-nos numa fileira de fluxo turístico, enfim, são tudo matérias que temos que estudar, porque esse relacionamento entre os Açores e a Madeira é inexistente sob esse ponto de vista substancial.

Gostava também de dizer que, no que diz respeito ao problema dos terrenos da Base das Lajes, ele está resolvido, ou seja, foi recuperado o atraso que no decurso dos Governos da República anteriores se verificava nesse domínio.

Já existia há um mês atrás uma execução em 1996 da ordem dos 400 mil contos. Estimava-se há um mês atrás, que —esta é a última informação que se conhece sobre isso — até ao final do ano, se executasse toda a verba prevista no Orçamento de Estado em matéria das indemnizações que tinham lugar. Para o próximo ano encontra-se igualmente previsto o desenvolvimento normal e anunciado do pagamento dessas indemnizações.

Tal como disse aos Srs. Deputados, nós iremos informar a Assembleia, nomeadamente a comissão especializada, sobre o desenvolvimento das conversações que têm lugar a propósito do acompanhamento do acordo das Lajes, em que se inclui naturalmente as questões laborais.

Não haverá da parte do Governo Regional qualquer menorização dessa componente no acompanhamento das negociações e não nos resumiremos naturalmente às partes das quais possam resultar compensações financeiras, esquecendo outras componentes que naturalmente terão que ter a nossa atenção.

Aliás, mesmo neste âmbito, já foi possível introduzir ao longo desta última semana, nos contactos efectuados com o patrocínio do Ministério dos Negócios Estrangeiros entre a Região Autónoma dos Açores e a Embaixada dos Estados Unidos no País,

vários contactos que têm incluído, entre outras matérias, o tratamento das questões relativas aos repatriados.

Sobre essa matéria existe um compromisso verbal da Embaixada dos Estados Unidos (ainda anteontem isso foi reiterado a um representante do Governo Regional), no sentido de que será clarificado de outra forma o aviso às autoridades regionais em relação aos repatriamentos que tiverem lugar.

Eu tenho que confessar ao Sr. Deputado António Menezes que, como ele bem sabe e melhor que a generalidade dos Srs. Deputados que aqui estão presentes, esse problema não pode ser tratado com as autoridades americanas ao nível do exercício e da aplicação da justiça.

Como ele tem origem aí e tem origem numa situação peculiar que, do meu ponto de vista poderá tender a agravar-se e não a melhorar, nós temos que estar preparados para, por um lado, ter essa informação o mais cedo possível e por outro, agir num quadro da permanência dessas pessoas nos estabelecimentos prisionais onde se encontram num processo de pré-identificação e de pré-inserção na Região. Também não podemos deixar de tratar este problema quando ele surge nos Açores, da mesma forma que devemos tratar todos os problemas de reinserção de emergência de grupos com antecedentes ou com comportamentos de risco.

Portanto, tem que haver necessariamente uma prestação mais activa no domínio da reinserção social em relação a grupos como esses, que como muito bem disse, alguns deles nem sequer falam a língua portuguesa e alguns nem sequer têm parentes nos Açores, nem pai, nem mãe, nem tia, nem irmão ou outro grau de parentesco qualquer.

Essa matéria está a ser tratada. O nosso envolvimento é total e vamos informando naturalmente a Assembleia, ao longo dos progressos que tivermos, ou sobre as dificuldades que entretanto ocorrerem.

Gostava de dizer que em matéria financeira com o Estado, os nossos compromissos, naturalmente, são aqueles que são públicos, ou seja, são aqueles que constam no Orçamento de Estado, do ponto de vista de financiamento da administração regional.

Evidentemente que existem — e eu tenho dito, sem que através disso procure insinuar formas de relacionamento financeiro oculto — áreas de cooperação que podem ter uma tradução financeira e que podem reforçar aquilo que, manifestamente,

é insatisfatório no Orçamento de Estado para 1997, mas que tem uma lógica própria para além dos problemas nacionais de contenção do défice que são conhecidos. Não há dúvida de que o Orçamento para 97 tem uma lógica que advém do Orçamento de 96.

A principal justificação da estrutura de Orçamento do Estado de 97 em relação aos Açores, é sem dúvida o facto de, entretanto, não ter sido feita a Lei de Finanças Regionais.

O Orçamento de Estado em 96, foi considerado excelente pela generalidade dos partidos políticos. Não estou a lembrar-me concretamente do PP, mas creio que talvez tenha sido o único partido que não terá utilizado da palavra, mas pelos restantes partidos foi considerado excelente e até houve uma luta muito grande entre alguns protagonistas para serem os autores desse grande sucesso das transferências.

Lembro-me bem que não ficou claro dentro do anterior Governo Regional, quem tinha sido o protagonista do sucesso e lembro-me também que ficámos com algumas dúvidas se o Primeiro-Ministro ainda andava no país nessa altura.

De qualquer modo, o Orçamento de Estado para 1996 foi um êxito e corresponde, na sua estrutura, ao Orçamento de Estado de 97 com o crescimento normal deste Orçamento de Estado.

Isto quer dizer que naturalmente é insatisfatório, porque nós estamos na perspectiva da aprovação de uma Lei de Finanças Regionais que altere esse quadro de relacionamento financeiro.

Mais recentemente, já percebi porque é que para nós, Governo Regional, este orçamento é tardiamente insatisfatório e até já percebi porque é que o PSD chegou primeiro à classificação de insatisfatório.

É porque eles sabiam antes de nós, como é natural, o estado real em que se encontra as finanças públicas regionais e nós só agora depois de tomarmos posse é que estamos a ver o que realmente anda por aqui.

Desta forma, estamos de acordo com o PSD: o Orçamento de Estado para 1997 é insuficiente.

Vamos fazer tudo para que possa ocorrer alguma notificação. Só tenho pena de não poder, com a formalidade que se exige a um Presidente do Governo Regional, pedir

ao Primeiro-Ministro que compense este Governo por coisas que não sabia que o Governo anterior tinha feito.

Vamos fazer tudo o que for possível, mas naturalmente é muito difícil recuperarmos o Orçamento de Estado, nesta fase. Mas existirão, certamente, formas de complementaridade e de cooperação do Governo da República com o Governo Regional que resultem nessa matéria.

Ele pode ajudar-nos, por exemplo, na recuperação de prejuízos provocados pelos temporais nas Flores. Este é um exemplo de como o Governo da República pode ultrapassar os constrangimentos e a limitação que as transferências que lá se encontram marcam para a Região Autónoma dos Açores.

Gostava também de dizer que as nossas preocupações ambientais são indestrutíveis e há outras também. Aliás, têm o alto patrocínio do Presidente do Governo Regional, como devem calcular.

O facto de estarem aqui bibliotecas e arquivos com tanto ênfase e não estar, propriamente, o processo de eutrofização das Lagoas, é porque não precisamos de relembrar o que já lembrámos. Só precisamos de lembrar o que no passado nos esquecemos. É essa a razão porque aqui não estão.

(Risos da Câmara)

Pretendia também prestar-vos mais dois esclarecimentos.

No que diz respeito à questão levantada pelo Sr. Deputado João Carlos Macedo, relativamente ao quadro das nossas relações com os Estados Unidos, gostaria de referir apenas um pormenor, para que ele tipificasse a forma como o Governo tratará esta matéria do relacionamento com os Estados Unidos e com a nossa comunidade emigrante.

Penso que uma das modificações a introduzir na nossa política, em relação à emigração, será o facto dela dever ser sustentada no apoio e na cooperação que é possível obter na estrutura diplomática portuguesa e dos serviços dos consulados.

As indicações que eu tenho, que aliás são reais e correspondem aos próprios memorandos e resumos dos gabinetes que trataram essa matéria, é que essa via não

foi convenientemente explorada e utilizada. Creio que ela pode ser utilizada com grande vantagem para os Açores e para os emigrantes.

Em relação à questão do NAV II, as informações que vos posso prestar sobre essa matéria assenta no seguinte:

Como sabem a reorientação do Projecto do Atlântico, ocorreu em 23 de Novembro de 1995 e depois foi confirmada com a Lei n.º 2/96 da Assembleia da República.

Houve uma reorientação que nos próprios documentos que a ANA possui está clara do ponto de vista da alteração de investimentos, que ocorre da necessidade de ter que manter em Santa Maria o Projecto NAV II.

Houve uma modificação evidente e nesse domínio uma orientação nova, porque anteriormente estava a haver uma orientação oposta.

Na sequência disso, foram considerados de outra forma, e segundo outra reorientação, quatro aspectos essenciais que têm a ver com o edifício do novo Centro de Controle Oceânico, com os sistemas de comunicação de rádio e de telefone, com sistemas de tratamento e de visualização de dados de voos e com os chamados sistemas auxiliares, cuja implementação, naturalmente, teve que ser revista, porque eles estavam projectados para serem partilhados com o Centro de Tráfego Aéreo de Lisboa. Portanto, como houve uma nova orientação, eles têm que ser autonomizados.

O que vos posso dar em termos de prazos como foi solicitado, creio eu, pelo Sr. Deputado José Humberto Chaves, é que quanto ao edifício do Centro de Controle Oceânico, ou seja, as obras que vão permitir a instalação dos equipamentos do novo Centro, as mesmas deverão estar concluídas a 31 de Maio de 1998 possibilitando, após os necessários períodos de ensaio, a entrada em operação do centro no final desse mesmo ano.

Quanto à torre de controle, prevê-se que esteja concluída em Abril de 1997 e que os equipamentos sejam fornecidos no segundo semestre do mesmo ano.

Quanto ao hangar, prevê-se que a obra esteja concluída em Fevereiro de 1997.

Em relação ao edifício de socorros e combate de incêndios, os projectos em execução, já estão em fase de conclusão e a adjudicação deverá ter lugar ainda em Novembro de 1996.

Quanto aos sistemas de comunicação por rádio e telefone, o prazo inicialmente previsto para aprovação desse estudo prévio, já foi ultrapassado — portanto, aqui não está a ser cumprido o calendário definido em Fevereiro — e o objectivo a atingir, consiste no fornecimento do sistema até final de 1997, de modo a permitir a instalação das estações no primeiro semestre de 1998, e a instalação dos respectivos equipamentos no novo Centro, logo que esteja disponível em Maio do mesmo ano.

Em relação ao sistema de tratamento e de visualização de dados de voos, dar-se-á início à adaptação do sistema, à localização em Santa Maria, de modo a que a sua instalação no novo edifício do Centro de Controle Oceânico tenha também início em Junho de 1998.

Prevê-se também a instalação de uma central de computação automática de mensagens e o lançamento de um concurso ainda em Dezembro deste ano.

Nada indica, segundo os compromissos que a ANA assumiu nesta matéria e que de resto foram objecto de tratamento imediato por parte deste Governo após a sua tomada de posse, que exista um afastamento em relação aos calendários previstos, pelo menos os calendários que foram previstos em Fevereiro deste ano e que foram apresentados ao Ministro do Equipamento Social e que na altura, foram também tornados públicos.

Prevê-se que o Centro de Controle Oceânico de Santa Maria entre em funcionamento no final de 1998, concluindo este processo complicado a que temos assistido durante estes longos anos, tranquilizando finalmente as pessoas, quer dos Açores, quer aqueles que poderão ser beneficiários reais da instalação deste serviço, ou seja, os habitantes da Ilha de Santa Maria.

Gostava apenas de vos dizer sobre uma das perguntas aqui colocadas, designadamente em relação à situação precária do funcionalismo público, que a orientação é clara, o que aliás já não é original. É uma orientação nacional no tratamento de todos os trabalhadores que se encontram a recibo verde e contrato precário.

A orientação do Governo Regional, nestas circunstâncias, é a mesma orientação do Governo da República, porque os programas em domínios como estes são comuns, porque são os programas do mesmo partido.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer ao Sr. Presidente do Governo, que falar do estado das finanças regionais não é coisa que me preocupa, nem que me deixe preocupação.

Gostaria, quanto antes, independentemente de o poder fazer através da Assembleia Regional, que trouxesse a esta Casa a situação das finanças regionais, porque não acho correcto que se lance pela terceira vez nesta Casa qualquer suspeição sobre essa matéria.

Por outro lado, queria dizer ao Sr. Presidente que qualquer que seja a herança pesada ou leve que o Sr. entenda que recebeu para cumprir um orçamento com um investimento de apenas 34 ou 35 milhões de contos, precisará sempre de uma receita adicional dos 19 milhões de contos.

Não é uma questão do que está para trás. É uma questão de cumprir um orçamento idêntico àquele que se cumpriu nos anos anteriores.

A Lei das Finanças Regionais é uma lei que decorre sobre a orientação do Ministério das Finanças e é ao Ministro das Finanças e à equipa que ele nomeou que cabe coordenar os trabalhos e marcar o respectivo calendário.

Estava prevista para 97, o que nos deu alguma tranquilidade na execução do orçamento de 96 e, infelizmente, já está adiada para 98, o que muito nos preocupa e preocupa também o novo Governo, julgo eu, porque tem mais um ano para resolver essa situação.

Em relação à Lei das Finanças Regionais, é apenas isso que nos preocupa e portanto, há insuficiência de transferências durante este ano, porque considero que apesar da Lei das Finanças Regionais produzir efeitos em 98, é possível, ou pelo menos bastante desejável, que se conseguissem algumas medidas prévias, alguma situação intermédia, que atenuasse o Orçamento de 1997.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente *(Fernando Lopes):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É com prazer que respondo a algumas perguntas aqui colocadas pelos Srs. Deputados, nomeadamente aquelas que se referem a posições por mim defendidas nesta Casa. Refiro-me, concretamente, às que se referem à rede de abate e à situação no sector da carne.

Como é do conhecimento dos Srs. Deputados, as minhas preocupações com este sector, estão reflectidas no Programa do Governo.

Na página 29 afirma-se:

"São objectivos a atingir no quadro desta Legislatura:

1. Reforçar a competitividade das fileiras do leite e da carne."

Mais abaixo, diz-se:

"Quanto à produção de carne, é necessário uma definição clara da raça de gado bovino, dos cruzamentos..." etc..

Na página 31, por baixo do título "Modernização tecnológica e diversificação da produção" diz-se, concretamente, que "face à actual crise estrutural, é conveniente a constituição de agrupamentos produtores que organizem a produção de carne".

No ponto 2, fala-se na "construção de uma rede de abate de animais reconhecida pela União Europeia".

Há aqui uma preocupação de natureza estrutural que é consistente com as minhas posições anteriormente defendidas nesta Casa.

Eu sempre defendi que a situação no sector da carne não é uma situação conjuntural, que há factores conjunturais que a agravam, mas sem que estas medidas de natureza estrutural sejam tomadas, estaremos, pura e simplesmente, a aplicar fundos públicos sem resultados positivos.

Recordo que o anterior Governo tomou diversas medidas de carácter conjuntural, nomeadamente o conjunto das portarias, como sejam, as Portarias 45/95, 76/95, 48B/96 e 23/96, que se destinavam, respectivamente, a apoiar escoamento de novilhos, vacas e de novilhos com mais de 6 meses e o abate de vitelos.

No período de vigência desta portaria que começou em Maio, até este momento, foi apoiada a exportação de 12.552 novilhos, de 8.860 vacas, incluindo aqui o apoio à exportação de 5.500 vacas, mais o abate das vacas brucélicas, e de 2.961 novilhos com mais de 6 meses.

O que é um facto, é que face a este quantitativo de gado escoado, não se alterou substancialmente a situação do mercado. De facto, o custo para o erário público, para o orçamento regional, foi extremamente elevado.

Desse ponto de vista e respondendo concretamente à pergunta do Sr. Deputado José Monjardino, no que respeita a medidas conjunturais, digo-lhe que, neste momento, estamos a reavaliar a eficácia destas medidas, mas desde já, posso informar que uma delas vai ser reforçada, porque penso que essa tenderá a actuar não só no curto prazo, mas a produzir um equilíbrio no mercado a médio prazo. Refiro-me, concretamente, ao abate de vitelos.

Pensamos que essa medida produzirá um custo mais reduzido para o orçamento regional e poderá, a curto prazo, vir a equilibrar a oferta de gado para abate na Região.

Por outro lado, durante esta semana, esteve na Região uma inspecção da Comunidade Europeia para analisar o prosseguimento do programa da erradicação da brucelose.

Vou ter esses dados em minha posse brevemente e em função dessa missão e da opinião dos técnicos responsáveis, tomarei medidas que permitam continuar, no futuro, com o programa de erradicação da brucelose o que, aliás, é referido no Programa do Governo.

No que respeita aos lacticínios do Corvo e à LACTICORVO, tive a oportunidade, ainda como deputado e no final da anterior Legislatura, de contactar com o Sr. Presidente da Câmara e, nessa altura, ele deu-me conta das suas preocupações e dos seus projectos, nomeadamente o apoio que a Câmara pretendia dar.

Ainda não tive a oportunidade de falar com o Sr. Presidente, mas em tempo oportuno fá-lo-ei e nessa altura procuraremos encontrar as formas de levar este projecto em frente.

Em relação aos projectos candidatos às ajudas previstas no Regulamento 2328, questão colocada pelo Sr. Deputado João Forjaz Sampaio, a minha posição também é

conhecida como deputado, a qual manifestei em campanha eleitoral, ou seja, seria necessário uma disponibilidade da parte do Governo nacional, da reserva nacional, que permita assegurar os pedidos de quota que, neste momento, já deram entrada. Penso que isso é possível.

Tenho o compromisso do Ministério da Agricultura e do Sr. Secretário de Estado e em ocasião oportuna conversaremos sobre esse assunto, procurando cumprir esse compromisso eleitoral do Partido Socialista.

No domínio das pescas e no que respeito à fiscalização da Zona Económica Exclusiva, já tive oportunidade de produzir declarações.

É evidente que essa é uma responsabilidade do Governo da República, mas é responsabilidade política deste Governo cooperar com o Governo da República.

Será isso que faremos e envidaremos todos os esforços para que, em diálogo com as entidades nacionais, possamos aumentar e reforçar os recursos devotados às fiscalização dessa zona.

Sabemos que não são com os actuais recursos que a marinha tem na Região, nomeadamente com o tipo de barcos que possui, que é possível garantir efectivamente essa fiscalização de uma forma eficaz. Reconhecemos que são necessários meios aéreos para aumentar a eficácia da fiscalização.

Também reconhecemos que esta é uma área extremamente vasta e que há operadores que fazem um "jogo do gato e do rato" no limite desta área de fiscalização, ou seja, posicionam-se numa área que lhes permite em qualquer altura entrar dentro da nossa zona e pescar.

Não é possível com os actuais barcos penalizar esse comportamento, mas penso que com uma possível entrada de outros meios ao serviço, nós podemos identificar quem está dentro da zona e penalizá-los efectivamente.

Penso que no que respeita às perguntas aqui formuladas, já procedi aos necessários esclarecimentos. Na minha intervenção abordarei outros assuntos.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Menezes):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu gostaria de responder às perguntas que me foram dirigidas, sem prejuízo de depois aprofundar na minha intervenção alguns aspectos que foram focados.

Em relação às questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado José Monjardino, no que diz respeito à regulamentação de algumas profissões, obviamente que nós não pretendemos introduzir nenhuma forma de condicionamento ou de proteccionismo. Aliás, isso seria inconstitucional e anti-estatutário, portanto, não é isso que nós queremos fazer.

O que nós pretendemos tem a ver com a transcrição e a aplicação na Região de algum normativo nacional que se relaciona com a actualização profissional, com as suas consequências em termos de segurança de trabalho e de protecção do consumidor.

Trata-se de transferir normas para a Região que têm a ver com as condições da creditação e qualificação profissional que os trabalhadores devem ter, nomeadamente para poderem trabalhar de forma liberal e exemplifico: quando alguém chama um electricista ou um canalizador, obviamente que gostaria que essa pessoa fosse realmente o que é anunciado ser. Não há aqui nenhuma questão de condicionamento.

Em relação à toxicodependência e ocupação dos tempos livres nas escolas, ao longo do nosso Programa de Governo aparecem várias vezes referências a esse assunto.

Chamaria a atenção para a página 83 que fala sobre a toxicodependência nas políticas de juventude; para a página 53 que menciona as actividades extra-curriculares nas escolas; a página 54 refere a animação e ocupação dos tempos livres no âmbito do sistema formal de ensino nas escolas; e a página 63 indica a relação que tem que existir entre os serviços de saúde e a toxicodependência ou prevenção da mesma e sua recuperação. Creio que esses aspectos estão amplamente cobertos pelo Programa do Governo.

Além disso, com a autonomização que nós queremos fazer das escolas, uma das condições que pretendemos é a elaboração de projectos educativos de escola que, obviamente, têm que cobrir essas questões e têm que prever de que forma as escolas ocuparão os tempos livres dos alunos, nas horas em que eles se encontram lá.

Em relação à questão colocada pela Sra. Deputada Berta Cabral sobre o peso orçamental e custos da saúde, a sua quantificação será objecto de tratamento pormenorizado aquando da apresentação do Orçamento para 1997. Creio que ainda é um bocadinho prematuro falar sobre isto.

De qualquer forma, gostava de lhe dizer que uma boa parte das medidas que nós queremos implementar nestas áreas, são medidas que têm a ver com a racionalização do sistema e com a tentativa de aumentar a produtividade do dinheiro que é investido. Nós queremos aumentar o orçamento. Quanto, não lhe posso dizer porque isso dependerá das disponibilidades financeiras para o próximo ano, mas uma boa parte destas medidas nós gostaríamos que fossem resultado de um aumento da produtividade do sistema e sendo assim, estas medidas não terão implicação directa nos seus custos.

Em relação à Escola de São Roque do Pico, questão colocada pelo Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, eu já tenho informação do Sr. Secretário que tem a tutela desta área que a escola vai ser consignada muito em breve. Apenas está a decorrer um mero processo burocrático e a ampliação da escola vai iniciar-se logo que seja possível.

Quanto à Escola das Lajes, eu já tive oportunidade de a visitar e, em relação à dimensão do seu pavilhão, já foram desencadeados os mecanismos que levarão, tanto quanto for possível, a obras de conservação ou pelo menos aos arranjos necessários para que o pavilhão possa entrar já em funcionamento nos próximos meses e depois proceder-se-á a uma reparação mais aprofundada, porque na verdade a estrutura está num estado de degradação que quase que exige uma reconstrução de raiz.

Em relação à ampliação da escola, vão iniciar-se os estudo e o processo que conduzirá ao lançamento do projecto. Realmente é uma necessidade e com a brevidade possível e quando as disponibilidades financeiras o permitirem, será contemplado.

No que diz respeito à questão levantada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, sobre a humanização das escolas e continuidade do ensino secundário nas ilhas menos populosas, eu gostava de lhe dar a garantia deste Governo de que esse processo continuará e nós faremos o possível para que o ensino em todas as ilhas seja o mais alargado possível e tenha a maior qualidade possível.

Obviamente que há problemas que têm a ver com a diversidade de áreas que são oferecidas.

Neste momento, não é possível cobrir todas as áreas do ensino secundário em todas ilhas, o que originará a deslocação de alunos para outras ilhas, mas isso tem a ver quer com restrições de carácter financeiro, quer com a falta de pessoal docente qualificado que permita implementar em todas as ilhas da Região todas as áreas do ensino secundário.

Esta será uma política que vamos prosseguir, embora com as devidas cautelas para garantir a qualidade de funcionamento do sistema e para evitar que nós, através da criação do ensino nessas ilhas, estejamos a prestar um serviço aos nossos jovens, porque teremos jovens menos preparados e com condições inferiores de competitividade, quer na Universidade, quer no acesso a ela.

Esta é uma política que irá prosseguir com a prudência necessária para garantir estas questões.

Em relação à questão levantada pelo Sr. Deputado Duarte Freitas sobre os nascimentos na Ilha do Pico, esta é mais complicada, porque na verdade um parto, hoje em dia, para ser feito em condições de segurança, exige uma equipa alargada de pessoas e de técnicos preparados e esta é uma questão que não pode ser tratada com leveza.

Vozes da bancada do PSD: Então, Manuel Serpa?!

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Isto é a sério, não é para brincar!

Orador: Contudo, o que lhe posso garantir é que este Governo fará os possíveis para criar nas ilhas condições para isso, mas os partos só passarão a ser feitos nessas ilhas quando estiverem garantidas todas as condições médicas de segurança que permitam esse processo.

Eu sei que os Srs. Deputados do PSD acham que o que está a ser dito pelo Sr. Deputado Rui Pedro Ávila é algo negativo, mas não é.

Nós vamos iniciar esforços no sentido de criar o mais rapidamente possível essas condições nesses locais. Contudo, o serviço só começará a funcionar quando as condições estiverem criadas.
Os Srs. tiveram 20 anos para fazer isso, agora esperem pelo menos quatro para resolver a questão.

Vozes da bancada do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

Orador: Em relação à questão levantada pelo Sr. Deputado Aurélio da Fonseca sobre a questão do Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo e da sua relação, esse é um assunto que me tem preocupado e ao qual eu já dediquei alguma atenção depois de ter sido empossado como Secretário e já estabeleci alguns contactos.
Obviamente, Angra do Heroísmo tem que continuar a ser património mundial e tem que ser preservada e vamos fazer todo o possível para aumentar a qualidade daquilo que lá está, ou seja, a qualidade arquitectónica e a sua conservação.
Contudo, provavelmente será necessário introduzir algumas alterações ao Decreto 15/84/A, porque creio que é preciso aumentar a corresponsabilização da autarquia, neste caso, a Câmara Municipal de Angra, na gestão da cidade.
Na verdade, creio que a competência básica de gerir qualquer cidade, mesmo que ela seja património mundial, deve estar na autarquia que tem a sua tutela.
Porém, é preciso manter mecanismos de salvaguarda que permitam estabelecer uma rede de segurança que, no caso de haver alguma coisa que não corra bem, permita a intervenção do Governo.
Ainda é muito cedo para estarmos aqui a estabelecer todas as regras que terá, mas a minha promessa é que o mais breve possível será submetida a esta Câmara legislação, visando aperfeiçoar esse sistema no sentido de aumentar a responsabilização municipal, ao mesmo tempo que se mantêm as condições de salvaguarda, porque essas são fundamentais e não abdicaremos de manter a cidade de Angra do Heroísmo como património mundial.
Em relação à questão que foi levantada pelo Sr. Deputado José Maria Bairos sobre a falta de médicos de clínica geral nas ilhas mais pequenas, queria referir que não é só

nas ilhas mais pequenas ou menos populosas que isso acontece. Mas sim verifica-se essa situação um pouco por toda a Região.

No entanto, na página 59, n.º 8, do nosso Programa do Governo, lá fala-se na criação de incentivos para a fixação nas ilhas. Estende-se à área da saúde aquilo que já tem vindo a ser feito em relação à área da educação. Portanto, criam-se condições que permitam a fixação de pessoal médico e de enfermagem fora dos centros mais populosos.

Esta é uma questão que tem que ser estudada em colaboração com as entidades nacionais, particularmente no que diz respeito à antecipação das reformas, que exige a concordância da Caixa Nacional de Pensões, ou em relação a questões que têm a ver com a disponibilidade de médicos no mercado nacional e que têm a ver com o número de médicos que as universidades formam e com a política nacional na área da medicina.

De qualquer maneira essa é uma área que vai merecer toda a nossa atenção e faremos o possível por ter pessoal médico e de enfermagem necessário em todas as ilhas e em todos os centros de saúde.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de prestar alguns esclarecimentos relativamente às questões que me foram dirigidas, directa ou indirectamente.

Em relação ao preço da energia eléctrica da EDA, remeto os esclarecimentos para a minha próxima intervenção.

No que diz respeito aos terrenos da Calheta de Ponta Delgada, devo dizer-lhes que só a partir de ontem, tomei legalmente posse da área do turismo. Contudo, devo dizer-vos que já me chegaram algumas reclamações que serão analisadas quanto aos fundamentos legais e mais não digo sobre esse assunto.

No que se refere às ligações com o Grupo Central, após várias conversações com a SATA acerca deste assunto, passarei a transcrever claramente o que foi decidido — é evidente que esta decisão poderá evoluir com o tempo.

"Quanto à ilha das Flores, o alargamento do período em que se verifica o aumento do número de voos, passa a ser do início de Junho até ao final de Setembro.

Vai-se introduzir voos directos entre Ponta Delgada e Flores, naquele período, às Segundas e às Sextas. Haverá duas frequências ao Sábado em Dornier no período de Julho a Setembro, sendo uma entre a Terceira e Flores e a outra entre a Horta e Flores.

Haverá um acréscimo da capacidade oferecida em 96, em cerca de 6 mil lugares. O aumento tem cerca de 50 no número de frequências oferecidas em relação às de 96.

Haverá melhores ligações aos voos da TAP e charter de modo a se poder realizar ligações com o Continente no mesmo dia." — isto não significa que vão poder ir a Lisboa e vir no mesmo dia.

"Quanto ao Corvo, haverá a continuação da operação tradicional às Segundas e às Quartas. A terceira frequência semanal realizar-se-á às Sextas nos meses de Julho e Agosto e haverá um acréscimo da capacidade oferecida em 96, em cerca de 230 lugares.

De qualquer forma, estamos abertos a formulações destes horários de acordo com as necessidades do mercado."

Em relação à adjudicação da obra do reforço do molhe em Santa Maria, gostaria de frisar que nesta data decorre a análise das propostas desta empreitada, prevendo-se estar em condições para a sua adjudicação na segunda quinzena de Dezembro, a fim de se assinar o respectivo contrato na primeira quinzena de Janeiro.

Quanto ao cabo de fibra óptica, como sabem, esta foi matéria de negociação do anterior Governo, mas do que sei, para o Grupo Ocidental a Marconi prevê a instalação de uma estação terrena de antenas parabólicas destinadas a captar sinais de satélite para telecomunicações.

Prevê-se recorrer a antigas instalações da base militar. Esta é uma alternativa à tecnologia do cabo submarino que deve corresponder a um investimento total na

ordem dos 300 mil contos, mas sobre o qual ainda não foram lançados prazos de execução.

Todo este processo, será devidamente reanalisado e verificar-se-á da sua bondade em relação a estas ilhas.

Quanto ao desmantelamento dos aeroportos de Santa Maria e Flores, estes serão objecto de negociações com a ANA-EP no âmbito dos diferentes problemas a serem resolvidos com as diversas empresas públicas com interesses nos Açores, nomeadamente no âmbito das negociações entre a SATA e a ANA-EP.

O escalar dos portos da Horta e mesmo das Flores por navios da Transinsular, penso que não merece qualquer dúvida, uma vez que continuarão a ser escalados, mas isto não significa que com diálogo não se diversifique com outras ligações marítimas estas ilhas, ainda na vigência do presente acordo.

Em relação à questão lançada pelo Sr. Deputado Jaime Medeiros, eu penso que quando se fala no Programa do Governo que a estrutura do tráfego aponta para a clara separação entre o tráfego inter-ilhas e os fluxos com o Continente, afirma-se que "enquanto que o primeiro assunto está claramente no carácter social, o segundo funciona hoje em dia numa base pelo menos comercial".

No final do período diz-se:

"É igualmente desejável que esta componente social seja comparticipada pela República no âmbito das suas políticas de distribuição".

Eu penso que era esta a questão, mas de qualquer maneira a intenção é esta, porque não entendi bem a sua pergunta.

Obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Jaime Medeiros pede a palavra com que finalidade.

Deputado Jaime Medeiros *(PSD):* Para pedir um esclarecimento sobre o assunto anteriormente abordado.

Presidente: Sr. Deputado, nós estamos numa fase diferente na prestação de esclarecimentos. Só com outro enquadramento regimental é que eu lhe poderia conceder a palavra.

Deputado Jaime Medeiros *(PSD):* Sr. Presidente, o Sr. Secretário não respondeu convenientemente à questão que eu lhe tinha colocado.

Presidente: Sr. Deputado, julgo que isso poderá ser esclarecido aquando das intervenções.

Deputado Jaime Medeiros *(PSD):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Finda a prestação de esclarecimentos, vamos entrar no debate do Programa do Governo.

Para o efeito tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente *(Fernando Lopes):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Na minha primeira intervenção desta tribuna, no início da VI Legislatura, saúdo vossa Excelência, Senhor Presidente, desejando-lhe as maiores felicidades no desempenho do alto cargo para que foi eleito.

Na sua pessoa saúdo todos os Srs. Deputados e os Açorianos que aqui representamos na sequência das eleições de 13 de Outubro passado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma política para o Mundo Rural associa, de forma estreita, as políticas para os mercados agrícolas e a política de ordenamento do território.

Os produtores agrícolas desempenham hoje uma multiplicidade de funções das quais realçamos a protecção do ambiente, a gestão e conservação dos recursos naturais e a produção agrícola em sentido restrito.

Destas funções apenas a da produção agrícola é remunerada no mercado. No exercício das outras funções produzem-se bens e serviços que só marginalmente são remuneradas no mercado, mas que, pelo seu valor social, a comunidade tem vindo progressivamente a suportar pela via orçamental.

A boa gestão e conservação do mundo rural depende, em primeiro lugar, da manutenção dos produtores agrícolas exercendo essa multiplicidade de funções com dignidade e rendimento equiparável aos auferidos pelos outros sectores de actividade.

No actual contexto internacional, definido pelo acordo GATT e pela Política Agrícola Comum, é do interesse regional não perder a experiência industrial acumulada nas agro-indústrias, como é do interesse regional desenvolver a produção agrícola que as sustenta.

O sector agrícola açoriano continuará a assumir nos próximos anos uma importância decisiva para o desenvolvimento sustentável dos Açores.

As actividades de produção agrícola representam por si só uma parte importante do produto e do emprego regionais.

A evolução das actividades de transformação e comercialização, a agro-indústria, depende directa ou indirectamente do desempenho da produção agrícola e representa, directa ou indirectamente, a maior parte do produto e do emprego gerados no sector secundário.

A evolução do turismo, como uma das actividades com elevado potencial de desenvolvimento, dependerá igualmente da conservação do ambiente e dos recursos naturais e da promoção do espaço e da paisagem rural para o qual a evolução futura da produção agrícola terá uma contribuição decisiva.

A evolução da agricultura açoriana nos próximos anos depende de três grupos de factores:

Em primeiro lugar, das alterações nos sistemas de preços e ajudas à produção agrícola dependentes da evolução futura das Organizações Comuns de Mercado do leite e lacticínios, carne de bovino e cereais.

Em segundo lugar, da capacidade dos produtores reagirem às pressões que estes factores exercem sobre a rentabilidade dos sistemas de produção agro-pecuária.

Por último, da capacidade de através da política de investimento público, criar condições favoráveis ao desenvolvimento regional. A opção do Governo Regional é a de reforçar prioritariamente as actividades competitivas ou potencialmente competitivas. Esta orientação visa no quadro desta Legislatura:

a) Reforçar a competitividade das fileiras do leite e da carne;

b) Apoiar a reestruturação dos sectores de transformação, nomeadamente na sua vertente cooperativa;

c) Apoiar as actividades com potencial de crescimento que diversifiquem a base económica e criem novas alternativas de emprego.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como se refere no Programa do Governo a existência e a disponibilidade de recursos pesqueiros e a natureza perecível destes mesmos recursos condicionam todas as

possibilidades de desenvolvimento, tanto na área das pescas como nas actividades industriais e comerciais que lhes estão associadas.

Após um período em que, sobretudo durante a última década, se aumentou o esforço de pesca, surge agora a necessidade de reavaliar o quadro de desenvolvimento das pescas na Região.

Relativamente aos grandes pelágicos, interessa avaliar eventuais desproporções entre os diferentes componentes da fileira e o impacto que a abertura dos mares açorianos à frota da União Europeia poderá ter nos mesmos e na economia regional.

Relativamente às espécies demersais que constituem muitas delas stocks da própria Região, importa avaliar a electiva susceptibilidade desses stocks numa perspectiva da manutenção do actual acordo que limita o acesso às frotas nacionais e na perspectiva de um possível acesso mais generalizado de outras frotas.

As medidas e acções governativas para o sector das pescas visam garantir um esforço de pesca sustentável, através da racional utilização dos meios e recursos piscatórios existentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este Programa de Governo entende a política de ambiente como uma política transversal que percorre as outras actividades que directa ou indirectamente utilizam ou dependem de recursos naturais limitados.

O conceito de recursos naturais limitados implica, logicamente, a necessidade de garantir uma utilização que seja sustentável no tempo.

No domínio dos recursos hídricos, é objectivo do Governo Regional garantir a sua correcta gestão e protecção melhorando a sua qualidade.

A protecção das espécies e comunidades ameaçadas será promovida no âmbito do sistema regional de áreas protegidas e em coordenação com a Direcção Regional dos Recursos Florestais.

Pretende definir-se uma estratégia de enriquecimento da diversidade florestal da Região Autónoma dos Açores, sob criteriosa vigilância técnico-científica, salvaguardando-se necessariamente a protecção e conservação de zonas de interesse ecológico e promovendo medidas restritas e rigorosas à introdução de espécies que de alguma forma possam pôr em risco as comunidades regionais.

Quanto à gestão de recursos, não esquecendo que cerca de 10% do território é público, definem-se três áreas fundamentais. Em primeiro lugar, a floresta de produção, essencialmente constituída por povoamentos de criptoméria que começam já a atingir a idade de exploração que deverá ser regulamentada, tendo em conta os aspectos económicos, sociais, ecológicos e paisagísticos.

Segundo as grandes áreas de pastagem e situações mistas que devem ser encaradas como sistemas de uso múltiplo da floresta e geridas tendo em conta os seus aspectos económicos, sociais e ambientais, e por fim o repositório da maioria dos espaços que conservam a flora endémica original dos Açores, estando alguns deles classificados como reservas florestais naturais.

Por outro lado, no apoio ao sector, é preciso ter em conta que a maioria dos povoamentos florestais são privados, devendo ser promovidas acções de formação e sensibilização para uma eficiente exploração de povoamentos florestais, de modo a obter madeiras de qualidade, sendo importante que continuem a existir incentivos, para que áreas marginais e mesmo solos agrícolas de potencial mais duvidoso, possam vir a ser sujeitos a plantações de essências florestais, tendo em conta que podem ser um importante complemento ao rendimento agrícola.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A coordenação das funções e competências que, no domínio específico dos recursos hídricos e ordenamento territorial, se encontravam dispersas por vários departamentos governamentais é um primeiro passo na reforma da administração regional. Sendo uma política transversal a preocupação ambiental está necessariamente presente noutros sectores da governação, na industria, no turismo, na saúde, na educação.

Este Governo assume como um dos seus valores básicos a eliminação de barreiras entre a administração e os cidadãos e a participação dos cidadãos na preparação e discussão das políticas assim como na sua execução.

A criação do Conselho Regional do Ambiente, bem como a revitalização do Conselho Regional da Agricultura e do Conselho Regional das Pescas visam criar foros activos na defesa do ambiente e do consumidor. A cooperação das organizações não governamentais, catalizadoras das acções voluntárias dos cidadãos, será

incentivada, assim como o apoio às autarquias no exercício das suas competências próprias em áreas de saneamento ambiental.
Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.
Deputado António Almeida *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:
Depreendo da leitura no que concerne ao sector agrícola deste Programa do Governo, de que a orientação geral se faz no sentido, essencialmente, do apoio ao investimento.
Como sabe, as políticas agrícolas quer no âmbito da União Europeia, quer nacionais, quer regionais, estão condicionadas por fenómenos circunstanciais de mercado.
Contra este tipo de problemas, o esquema normalmente adoptado é o da intervenção directa nos preços, ou seja, pôr em prática um conjunto de programas de apoio ao rendimento.
Eles existem na União Europeia, no território Continental e na Região Autónoma dos Açores.
Gostaria que me informasse se em relação ao conjunto de programas de apoio ao rendimento que existem a funcionar na nossa Região, alguns deles na sequência de programas comunitários de apoio, irão continuar ou não em vigor?
Em relação à intervenção directa nos preços, gostaria que me esclarecesse, em relação às intervenções, nomeadamente no preço do leite e da carne, se elas continuarão até que sejam atingidos os objectivos de resolução de problemas estruturais preconizados neste programa do Governo?
Na sequência da sua intervenção, gostaria de lembrar que as medidas de apoio ao rendimento são importantes.
Tudo o que se faz para resolver problemas estruturais, visa a melhoria e a garantia dos rendimentos dos agricultores, mas até que estruturalmente estes problemas

estejam resolvidos, é preciso garantir um rendimento em condições satisfatórias dos agricultores.

Ao contrário do que disse, há um conjunto de medidas que foram assumidas em relação à intervenção na exportação de gado vivo e de carne, que discordo da sua opinião, porque elas tiveram um efeito na economia. Elas permitiram a comercialização desse mesmo gado vivo e da carne, face aos condicionalismos do mercado tradicional no continente e na Madeira. Não resolveram problemas estruturais, mas tiveram efeito na economia.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em relação ao ordenamento agrário, eu gostaria que me explicasse em traços gerais, que estímulo é este que vem referido no Programa do Governo em relação ao ordenamento agrário, designadamente em relação a medidas de apoio ao emparcelamento e à estruturação fundiária.

No que diz respeito ao ordenamento agrário, há um conjunto de projectos que se destinam aos perímetros de ordenamento agrário.

Gostaria de saber se a estratégia que até agora foi delineada será acolhida e continuada por este Governo?

Em relação à renegociação dos objectivos de programas sectoriais comunitários, gostaria que me elucidasse, exemplificando com os objectivos que se pretenderam atingir com o POSEIMA, que tipo de objectivos serão renegociados e alterados em relação a estes programas sectoriais que dizem respeito ao sector agrícola?

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma palavra introdutória antes das perguntas, para congratular-me com um aspecto positivo desta orgânica de Governo e que diz respeito à Secretaria que V. Exa. tutela.

Eu sempre defendi, e fi-lo dessa bancada por várias vezes no último ano, que as áreas do ambiente que estavam dispersas deveriam existir numa única secretaria. Felizmente isso foi feito.

O PSD no seu Programa Eleitoral também o tinha.

Dúvidas eu tenho, naturalmente, no que diz respeito à associação entre o ambiente e a agricultura e pescas, mas isso é uma outra questão. Assunto de orgânica arrumado, estamos cá para ver.

Remetendo-me agora à minha condição de deputado eleito pela Ilha do Pico, gostaria de lhe pôr duas questões.

O cedro do mato e a urze são espécies protegidas pela Convenção de Berna.

Na minha maneira de ver, a urze está a mais nessa Convenção, na medida em que é uma espécie que prolifera por todo o sítio em todas as nossas ilhas e não tem nada que estar protegida.

O mesmo não se pode dizer sobre o cedro do mato que já tem problemas, relativamente, à sua extinção.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Nalgumas ilhas.

O Orador: Nalgumas ilhas.

Na Ilha do Pico, concretamente, há um problema grave que se relaciona com o aspecto agrícola, ou seja, há necessidade de continuar a arrotear terrenos para o desenvolvimento da pecuária. A maioria desses terrenos têm cedro do mato, umas vezes em grandes manchas, outras vezes disperso.

Gostaria de saber como é que vamos compatibilizar o desenvolvimento económico importante para a Ilha do Pico, que tem a ver com as arroteias, e a protecção do cedro do mato que, do meu ponto de vista, é uma espécie importante e que deve continuar a ser protegida?

No que diz respeito à paisagem protegida relacionada com a cultura da vinha do Pico, criada há alguns meses nesta Assembleia por unanimidade, do meu ponto e vista, é uma paisagem protegida única em relação àquelas que existem nos Açores, na medida em que toda ela é constituída por património construído, seja esse património muros reticulares e currais, sejam solares, adegas, armazéns, alambiques, ou muitas outras coisas.

Pergunto muito rapidamente se o Governo vai dotar o orçamento de recursos financeiros para que este património possa ser salvaguardado?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

No passado recente, a Secretaria da Agricultura e Pescas teve intervenções no que diz respeito ao abastecimento de água às explorações e nos caminhos agro-silvo-pecuários.

Em relação a esta última, houve inclusivamente um projecto que foi apoiado pela Comunidade Europeia.

Deu-me a impressão que estes dois aspectos de intervenção tradicionais da agricultura e pescas, não foram referidos na intervenção do Sr. Secretário.

Se foram, apresento as minhas desculpas, mas se não foram gostaria de saber se vai continuar a haver intervenções nestes capítulos, concretamente nos caminhos agro-silvo-florestais e no abastecimento de águas às explorações?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros.

Deputado Jaime Medeiros *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tendo sido ontem aprovada a orgânica do novo Governo, ficou definitivamente assente que o urbanismo ficava na Secretaria da Agricultura e Ambiente.

Sendo assim, perguntava ao Sr. Secretário como é que vai resolver o problema nas ilhas onde não existem departamentos próprios para tratar desses assuntos?

No caso concreto de São Miguel, há um departamento próprio que naturalmente o manterá e que tratará desses assuntos ligados à sua Secretaria. Mas no caso das Ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico e Flores, quem passará a dar os pareceres solicitados pelas câmaras sobre volumetria de edifícios, definição de cérceas, recuos, arquitectura de edifícios, índices de ocupação de solos em termos de urbanizações?

Será uma estrutura nova a criar em cada ilha com esse fim, ou serão os chefes de serviços agrícolas de cada ilha que o farão?

A segunda questão que gostaria de colocar diz respeito à manutenção e conservação de linhas de água e cursos de água.

Na estrutura anterior a manutenção e conservação de linhas e cursos de água era feita em São Miguel por uma equipa própria com pessoal e equipamentos. Nas outras ilhas era feito pelo pessoal das estradas, por uma questão de racionalização de meios.

Com esta nova orgânica, nas outras ilhas as estradas estão afectas numa outra secretaria?

V. Exas. pretendem criar equipas próprias de pessoal e equipamento para fazer esse tipo de manutenção ou, pura e simplesmente, deixa de se fazer esse serviço?

Uma terceira questão e última, relaciona-se com o controlo da eutrofização das Lagoas.

Que medidas, a mais do que aquelas que já existem, irá V. Exa. tomar para deter e controlar a eutrofização das Lagoas existentes na Região?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Carlos Macedo.

Deputado João Carlos Macedo *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria apenas pedir ao Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, que explicitasse aquilo que certamente vai no seu pensamento, no que diz respeito à promoção dos produtos oriundos da agricultura, pesca e agropecuária nos mercados exteriores à Região.

Estou a lembrar-me designadamente do caso do ananás que sendo um produto exótico e original dos Açores, concretamente de São Miguel, neste momento não beneficia de qualquer acção nesse sentido.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Agricultura, Pescas e Ambiente:

Falou V. Exa. na sua intervenção, e muito bem, que produtos da pescas são produtos perecíveis e, como tal, susceptíveis de cuidados especiais.

Felizmente na nossa Região, e mercê da evolução e da reconversão que tem vindo a ser feita no sector das pescas, hoje em dia, na maioria dos portos, o pescado já não se destina como anteriormente se destinava apenas para consumo interno, mas a sua grande maioria é para a exportação.

Refiro-me concretamente ao caso da Ilha do Faial onde, sobretudo, de Inverno, — este ano já se fez sentir essa preocupação — devido à TAP escalar apenas 3 vezes o aeroporto da Horta, sobretudo à Sexta-feira, porque se trata de um voo circular, tem

havido problemas com o escoamento do pescado, ficando inclusivamente quantidades significativas sem embarcarem e daí resultarem custos adicionais para que o produto seja colocado poucas horas depois noutro aeroporto, para que se possa fazer chegar ao destino final, ou então prejuízos graves com a deterioração e falta de qualidade resultante do produto final.

Gostaria de saber que medidas específicas têm, sobretudo no que diz respeito ao escoamento do pescado em fresco?

Presidente: Para responder aos pedidos de esclarecimento solicitados, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente *(Fernando Lopes):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Começarei pelas perguntas do Sr. Deputado António Almeida, nomeadamente pelas políticas de apoio ao rendimento.

Na minha intervenção, penso que fui claro em relação à definição dos princípios que orientam a política para o sector deste Governo.

Eu disse que das funções exercidas pelos nossos agricultores, apenas a produção agrícola é remunerada no mercado, porque há outras funções que não o são. Estas, pelo seu valor social, a Comunidade tem vindo progressivamente a suportar pela via orçamental.

Esta é também uma orientação da Política Agrícola Comum Comunitária e, desse ponto de vista, podemos assegurar que os apoios ao rendimento existentes e que estão inscritos na Política Agrícola Comum, irão manter-se.

A grande diferença ao nível da orientação da política, é que este Governo põe claramente o assento tónico na necessidade de reforçar a competitividade nos sectores mais importantes, nomeadamente nas fileiras do leite e da carne.

Este Governo também põe ênfase no reforço do nosso sector de transformação, nomeadamente na sua componente cooperativa, porque — e eu aqui sempre defendi essa posição e mantenho-a — os apoios ao rendimento, por muito que aumentem, não são a solução estável e de futuro para os nossos agricultores e lavradores.

A solução estável para o futuro é aquela que depende deles, depende da política regional e do reforço da sua competitividade.

Remeter uma posição de defesa em termos de política agrícola, no meu entender, foi uma opção errada tomada anteriormente.

O que é um facto é que, neste momento, os principais produtores agrícolas, nomeadamente os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia e outros, estão a adoptar posições extremamente agressivas de conquista de mercado e de expansão da produção.

Veja-se a nova Lei de Enquadramento da Política Agrícola norte-americana que liberta terras que anteriormente estavam em pousio, o que vai permitir a entrada no mercado de uma produção maior de cereais e competir com agressividade nos mercados do Extremo Oriente.

O mesmo se passa em relação aos mercados do leite e de lacticínios.

Este Governo pensa que, embora mantendo a componente social da política agrícola, não se deve descurar o reforço da competitividade e a garantia do futuro. Esta é a orientação geral.

Estímulo do ordenamento agrário.

Mais uma vez, Sr. Deputado, no que respeita ao ordenamento agrário, esta é uma política estrutural da mesma forma que o reforço da competitividade.

No nosso sector de transformação, só há futuro garantido com o ordenamento agrário correctamente conduzido, mas não o ordenamento agrário que se circunscreva a um perímetro, por muito que lá se faça e por muito bem que se tenha feito.

Refiro-me concretamente, no caso de São Miguel, à bacia leiteira de Ponta Delgada e, no caso da Terceira, à do Paúl.

O que aconteceu, é que se deixaram ao abandono outras áreas e outros perímetros.

O que acontece é que, de certa forma, se descurou as tarefas, em termos de ordenamento, na construção de caminhos dos serviços florestais por administração directa que, nalguns casos, têm custos menores.

É política deste Governo reforçar os meios adstritos ao ordenamento agrário e aproveitar dessa forma os meios existentes ao nível da direcção regional dos recursos florestais.

Renegociação de programas comunitários.

Srs. Deputados, ainda não chegou à altura de aqui fazermos o ponto da situação da Região.

Há compromissos assumidos pelo anterior Governo, de tal monta, que nos vão obrigar a repensar alguns dos programas comunitários e apoios concedidos no âmbito destes programas.

Ambiente.

Perguntas sobre a Ilha do Pico, mais propriamente cedro do mato e urze.

Penso que fui claro na minha intervenção. Independentemente da protecção a esta ou aquela espécie, nós sabemos que as espécies não podem ser protegidas isoladamente. Aliás, esse foi um problema que o Sr. Deputado aqui enfrentou noutra posição.

Essa questão foi posta aqui repetidas vezes e na altura não conseguiu dar resposta, porque tinha a concepção de que se deve proteger esta espécie isoladamente daquela.

Não, Sr. Deputado, a nossa opção é que se devem proteger áreas e com associações, porque nós ainda não temos o conhecimento científico suficiente que permita avaliar onde é que podemos intervir ou não podemos intervir.

Desse ponto de vista, é preferível proteger áreas com associações e garantir de facto a preservação do nosso património natural, tanto na Ilha do Pico como nas restantes.

É evidente que há conflitos entre a utilização de natureza agrícola e a protecção do meio ambiente, mas esses conflitos não podem ser dirimidos sem uma orientação clara.

Se de facto estivermos a proteger a espécie do ponto de vista isolado e não do ponto de vista da área, então não chegamos a nenhum lado e adoptamos uma posição que não é somente uma posição de defesa dos recursos naturais, mas é uma posição conservacionista total. Não se pode mexer em nada e essa de facto é incompatível com o desenvolvimento agrícola e rural.

Uma posição que assegure simultaneamente a defesa dos recursos em áreas bem definidas, permite encontrar equilíbrios entre interesses ambientais e interesses agrícolas.

Esperamos também que a política de abertura e de diálogo que este Governo vai imprimir, nomeadamente pondo a funcionar o Conselho Regional da Agricultura e criando o Conselho Regional do Ambiente, crie as condições para que os diversos

intervenientes possam chegar a acordos entre si, porque é evidente que estas tarefas não competem só ao Governo, competem à sociedade na globalidade e aos diferentes intervenientes em cada uma destas áreas.

Ainda neste domínio, a questão de coordenação das diferentes áreas e o facto deste Governo ter congregado todas as áreas respeitantes ao ambiente, nomeadamente o ordenamento do território e os recursos hídricos debaixo da mesma tutela, em relação ao problema colocado pelo Sr. Deputado Jaime Medeiros, ou seja, como é que vamos fazer nas ilhas onde não há serviços, gostaria de lhe dizer que os técnicos são os mesmos. Se já davam pareceres antes, porque é que não hão-de dar pareceres agora?!

Deputado Jaime Medeiros *(PSD):* E nas obras públicas os técnicos continuam a ir lá?

O Orador: Claro que continuam.

Os técnicos existem, os recursos humanos não desaparecem por se mudar a coordenação política.

Há uma coisa que é preciso perceber, ou seja, neste Governo não há secretarias umas contra as outras. Este é o mesmo Governo e nós vamos cooperar.

Vozes da bancada do PS e Governo: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Se os recursos existem, nós vamos pô-los ao serviço do objectivo central deste Governo, ou seja, promover o bem estar e o desenvolvimento desta Região e, neste âmbito, seremos capazes de inovar.

Não é preciso reproduzir delegações aqui, ali e acolá, de criar cargos políticos aqui e acolá ou aumentar os custos. Os recursos existem.

Há é que utilizar os recursos humanos e os recursos técnicos.

Esta é a perspectiva global e de coordenação que está presente na nova estrutura e na nova filosofia deste Governo.

Outra questão que aqui foi colocada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão relaciona-se com os caminhos agro-florestais e o abastecimento de água às explorações.

Julgo que não referi explicitamente esse assunto, mas é evidente que essa função se vai manter, Sr. Deputado. Aliás, eu já referi anteriormente no que diz respeito ao problema do ordenamento agrário.

A política seguida até aqui era um bem de descoordenação de meios e estavam-se a lançar a concursos caminhos com um determinado custo e, por outro lado, a fazer intervenções ao nível dos recursos florestais com os custos e pela administração directa.

É necessário haver aqui alguma coordenação e alguma poupança de meios.

Manutenção de linhas de água.

É preciso equipas próprias?

Penso já respondi em termos de coordenação.

Se os meios existem ao nível de ilha, sejam pertença das obras públicas, ou dos recursos florestais, há que os coordenar.

Não é preciso ter uma equipa num lado parada e ir buscar não sei quantos operários a outro lado para fazer, só porque são desta secretaria. Não, são todos funcionários públicos e estão ao serviço dos cidadãos.

Controlo de eutrofização das lagoas.

Que medidas a mais?

Fundamentalmente, medidas de carácter estrutural e essa foi uma das críticas fundamentais que aqui fizemos enquanto oposição, porque muitas das medidas tomadas até agora foram, sobretudo, de carácter pontual.

Desse ponto de vista há medidas a mais e essas medidas procurarão ir ao fundo dessas questões em termos de ordenamento do território, em termos de ordenamento das bacias...

Deputado José Maria Bairos *(PSD):* Quais são essas medidas?

O Orador: Aliás, há um documento que é falado há anos nesta Região o qual eu nunca vi e sempre perguntei por ele, ou seja, o PROTA que julgue que já conheceu diversas versões e ainda por aí nalgum gavetas, mas eu nunca o vi.

Deputado Jaime Medeiros *(PSD):* Se o Sr. Secretário tivesse falado comigo antes, eu tinha-lhe mostrado.

O Orador: Eu já falei com tanta gente e em tantos anos nunca souberam dizer-me onde é que ele parava.

Se me remeterem eu sou capaz de olhar para ele.

Por último, e em relação à questão da promoção dos produtos açorianos nos mercados exteriores à Região, esta vai ser uma linha fundamental da política deste Governo em cooperação com a iniciativa privada.

Nós não nos vamos substituir à iniciativa privada. No entanto, vamos criar as condições para que ela possa fazer essa promoção, como é o caso do ananás.

Não é preciso inventar meios novos. Nós sabemos que há promoções, inclusive nas cadeias de distribuição normais dos chamados hipers.

Nós sabemos que essas redes de distribuição fazem campanhas promocionais em determinados períodos. No que respeita ao ananás, é possível apoiar a iniciativa privada para estar presente em épocas determinadas, concretamente na época do Natal.

Com o apoio governamental, é possível definir e apoiar áreas na iniciativa privada de produtos açorianos em determinados períodos.

Se fizermos isso com grande economia de meios, estaremos a promover não só o ananás mas também outros produtos. Mais do que isso, estaremos também a poupar em termos de promoção da imagem da Região, porque a Região estava a investir muito dinheiro na promoção turística, descoordenada com a produção, em termos de imagem dos produtos.

Aqui, deve-se dizer que os departamentos governamentais não devem governar cada um para seu lado e não devem estar uns contra os outros e a competir uns com os outros, porque o dinheiro é o mesmo, ou seja, é o dinheiro dos impostos que os cidadãos pagam.

Deputado Victor Cruz *(PSD):* O Sr. já disse isso 3 vezes.

O Orador: Desse ponto de vista, vamos inovar, vamos ordenar políticas e vamos actuar de uma forma eficaz.

Muito obrigado Srs. Deputados.

Presidente: Srs. Deputados, uma vez que já ultrapassámos as 13.00 horas, vamos interromper para almoço.

Regressaremos às 15.00 horas para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 13.05 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que tomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 15.20 horas)

Antes de recomeçarmos os nossos trabalhos com os pedidos de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, informo os Srs. Deputados de quais são os tempos disponíveis.

Partido Socialista — 4 horas, 19 minutos e 45 segundos.

Partido Social Democrata — 3 horas, 55 minutos e 30 segundos.

Partido Popular — 21 minutos.

Partido Comunista Português — 22 minutos e 15 segundos.

Governo — 2 horas, 54 minutos e 15 segundos.

Posto isto, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de entrar concretamente nas perguntas, gostaria de fazer um comentário rebatendo a ideia que ficou da fácil compatibilização entre o agrupamento que há, nomeadamente do ordenamento urbanístico e recursos hídricos no ambiente, porque julgo que na prática quem vai sofrer são as populações, nomeadamente a nível de pareceres e de licenciamentos relativamente à construção, a nível de intervenções práticas em termos de trabalhos de campo em que os chefes dos vários sectores muitas vezes vão ter dificuldades de compatibilizar as equipas e de as pôr em campo.

Entretanto gostaria também de deixar outra nota.

Foi referido que este Governo não tinha conflitos entre as Secretarias. Não terá ainda, mas julgo que, a breve trecho, vai tê-os e, provavelmente, dentro das próprias secretarias devido aos factores que acabei de referir.

Quanto ao ordenamento agrário e ao emparcelamento, eu fiquei completamente por esclarecer relativamente àquilo que deveria ser uma especificação em relação à pergunta que foi feita.

Aliás, penso por várias razões, nomeadamente culturais, que nos próximos 10 ou 15 anos, estas questões vão ficar por responder e não vai haver medidas práticas que tenham resultado.

Quanto às medidas estruturais, elas têm efeitos a médio prazo. De certa forma eu concordo e penso que têm que ser feitos investimentos nessa área, a nível da agricultura, mas esses efeitos têm que ter alguma contrapartida de imediato para chegarmos a médio prazo.

Entretanto, é preciso que os agricultores sobrevivam, que se mantenham os níveis de apoio, que haja uma política ao rendimento que possa fazer com que ainda tenhamos níveis de eficiência e explorações agrícolas em funcionamento, ou então, temos que arranjar soluções para os meios humanos que vão ser libertos da agricultura se não houver esta preocupação ao nível do rendimento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tinha colocado uma pergunta ao Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, à qual não obtive resposta. Não sei se não respondeu porque já era tarde, ou se foi por esquecimento, mas aproveitaria a oportunidade para colocá-la de novo.

O Sr. Secretário disse na sua intervenção, tal como vem referido no Programa do Governo, que uma das dificuldades que há, relativamente ao sector das pescas, deve-se à natureza perecível dos recursos.

Actualmente, em muitas das nossas ilhas, o produto da pesca não é apenas para abastecimento local, mas sobretudo para exportação.

Acontece que na Ilha do Faial, e sobretudo aquando dos horários de Inverno da TAP, há dificuldades no transporte de pescado fresco para o Continente.

Gostava que me informasse se tem alguma medida específica para evitar essas situações, em que muitas vezes o peixe vai embalado para o aeroporto e regressa de novo, porque não teve espaço. Depois é enviado para outra ilha para apanhar o avião com custos adicionais bastante penalizadores, ou então o peixe não é exportado e as empresas têm prejuízos com a sua não comercialização, ou ainda devido a ser um produto perecível, tem que ser comercializado a preços inferiores.

Sobre este assunto, gostaria de saber quais as medidas que há, uma vez que refere claramente no Programa do Governo que há necessidade de serem tomadas outras medidas, mas em relação a esse aspecto não é feita qualquer referência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional.

Voltemos ao Pico.

O Pico, como diz o Sr. Deputado Manuel Serpa, algumas vezes tem o direito de ser o centro, nem que seja por ser a terceira ilha em população e a mais alta.

Deputado Francisco de Sousa *(PS):* E continuará!

O Orador: Relativamente à primeira pergunta que fiz ao Sr. Secretário, eu não posso estar mais de acordo com a sua resposta. Efectivamente, as espécies protegidas deveriam estar confinadas a determinados espaços, mas a pergunta que lhe fiz é uma pergunta de ordem prática.

Efectivamente, o que acontece é que há espécies protegidas internacionalmente e dei-lhe o exemplo do cedro do mato. Elas não são protegidas num dado espaço e num dado local, mas sim em todos os locais.

Pergunto: o Sr. Secretário Regional vai propor a alteração na Convenção de Berna, ou seja, eliminar essas espécies da Convenção?

Só dessa maneira é que conseguirá resolver o problema que lhe coloquei das arroteias.

Relativamente à questão que o Sr. Secretário não respondeu, porque entretanto teve que atender o telefone, dizia respeito à paisagem protegida relacionada com a cultura da vinha da Ilha do Pico, mas resumo aquilo que disse.

Trata-se de uma paisagem criada há poucos meses nesta Assembleia Legislativa Regional por unanimidade.

É uma paisagem que eu considero única, na medida em que toda ela é constituída por património construído, desde os currais, às adegas, aos armazéns, aos alambiques, aos solares, uma série de outro património que é necessário reconstruir nalguns casos, recuperar, corrigir dissonâncias e ter vigilância.

É intenção do Governo dotar a paisagem protegida relacionada com a cultura da vinha do Pico de meios materiais, humanos e financeiros para que aquilo que é o espírito e a letra do Decreto Legislativo Regional seja de facto posto em prática?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros.

Deputado Jaime Medeiros *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência da intervenção proferida pelo Sr. Secretário antes do almoço, gostaria de dizer a V. Exa. que percebi a forma como pretendem resolver o problema do urbanismo, o problema da conservação e manutenção das linhas de água e curso de água.

No entanto, parece-me que é uma forma teoricamente perfeita, mas na prática não resulta, porque quando duas equipes que têm, nomeadamente o seu chefe, dependem funcionalmente de duas entidades separadas e herarquicamente de uma delas, estão criadas, na prática, as condições para não dependerem de ninguém. E quem sabe de organização sabe disso.

No que diz respeito à questão do controlo da eutrofização das lagoas, eu perguntei-lhe que medidas complementares, para além daquelas que já estavam implementadas, pretendia introduzir.

Falou no Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas, mas gostaria de informar-lhe porque não tivemos ocasião de conversar antes da tomada de posse do VII

Governo, que esse plano está adjudicado à Universidade dos Açores. Portanto, parece que para além disso não há mais nada.

Quanto à questão do PROTA, informo-o que o documento encontra-se no Gabinete do Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos, quase pronto, faltando apenas alguns pormenores de cartografia que estão neste momento a ser desenvolvidos.

Se o Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos quiser transmitir-lhe o documento, ele encontra-se no armário por detrás da sua secretária.

Muito obrigado.

(Risos da bancada do PSD)

Deputado José Maria Bairos *(PSD):* Mais preciso, é impossível!

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente):* E outras coisas mais...!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência das questões que levantei durante a manhã em relação às medidas concretas, eu solicitei a informação do Secretário, mas elas não chegaram a ser respondidas.

Novamente elas foram colocadas pelo meu colega e provavelmente obteremos uma resposta, mas gostaria de particularizar algumas, nomeadamente em relação às medidas de apoio ao rendimento, porque não me referi apenas às medidas previstas na PAC, mas sim às medidas regionais.

Concretamente, existe um subsídio por litro de leite que está a ser aplicado neste momento, na Região e existe um conjunto de portarias de apoio à exportação de gado vivo, carne e carcaça, que teve oportunidade de referir, as quais gostaria de saber se permanecerão em vigor de imediato.

Em relação à troca e compra de terras, é feita referência às várias formas de incentivo.

Gostaria de saber que medidas estão previstas para incentivar a troca e compra de terras.

No que diz respeito às organizações de agricultores, existe um programa — PROAGRI — que parece ter alguma inadequação, em relação a algumas organizações que têm dificuldade em formalizar as suas candidaturas.

Peço ao Sr. Secretário para apresentar algum programa de apoio às cooperativas e associações agrícolas, no sentido de melhorar a capacidade técnica e de gestão das mesmas organizações ou adequar o programa PROAGRI já existente.

Em relação às empresas regionais, é salientada a necessidade de se encarar um saneamento económico/financeiro.

Este tipo de programa de saneamento económico/financeiro, abrangerá as empresas agrícolas ou não?

Quanto ao funcionamento do Conselho Regional de Agricultura, gostaria de saber se ele contará com a presença de todas as organizações de agricultores ou só das organizações de cúpula?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente *(Fernando Lopes):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, gostaria de referir que algumas das perguntas não são perguntas, mas sim opiniões e como tal têm a sua validade a qual eu não irei aqui discutir.

Eu expus aqui qual a opção, em termos de política, deste Governo.

No que diz respeito à questão de médio prazo e de curto prazo, talvez os agricultores não sobrevivam no curto prazo.

O Keynes dizia que no longo prazo estamos todos mortos, no curto prazo ainda estamos vivos.

Por outro lado, também é bom dizer que a responsabilidade no curto prazo não cabe somente ao Governo.

Há aqui responsabilidades e opções que têm que ser assumidas em conjunto pelo Governo e pelas organizações de produtores, porque os recursos orçamentais — eu já

disse isto em campanha eleitoral e volto a referi-lo — não são ilimitados, há que tomar opções. Nós tomámos a opção de dar um determinado ênfase e vamos dá-lo.

Dissemos claramente que vamos dirigir prioritariamente recursos para o reforço da capacidade competitiva e para o ordenamento agrário. De facto são medidas estruturais de fundo.

O que acontece é que anteriormente essas medias estruturais não eram tomadas ou de todo, ou não eram tomadas com a devida força. Portanto, apostava-se demasiado no curto prazo.

Pergunto ao Sr. Deputado se de facto no curto prazo isso resolvia alguma coisa ou se não estava a conduzir lentamente a agricultura desta Região à morte e ao impasse?

No que respeita à cooperação e, concretamente à última pergunta do Sr. Deputado António Almeida sobre o Conselho Regional da Agricultura, eu acabei de rever a lista de organizações que vão ser convocadas para a primeira reunião do Conselho Regional de Agricultura e vamos convocar todas as organizações.

O que acontece é que a legislação existente está desadequada. Quando foi feita na altura já estava desadequada e hoje em dia a realidade do sector é completamente diferente.

Na altura, não existia uma Federação Agrícola nos Açores por exemplo, e não existia algumas das associações e algumas das cooperativas que hoje existem, como seja a Cooperativa e a Associação da Ilha do Corvo.

A partir de hoje, elas passam a ser convocadas para o Conselho Regional de Agricultura e terei muito prazer em que estejam presentes.

Este Governo não vai falar apenas das ilhas grandes ou das grandes associações. Nós vamos convocar todos e pedimos a cooperação e o discernimento suficiente para pensarem no que é principal e colaborarem com o Governo na defesa do que é essencial, ou seja, assegurar a sobrevivência não só a curto prazo, mas a longo prazo. Assegurar não só a sobrevivência mas a prosperidade do sector.

Ainda dentro da área agrícola, no que se refere à troca e compra de terras, questão colocada pelo Sr. Deputado António Almeida, V. Exa. sabe, porque aliás discutimos em comissão, qual era a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Na altura, contrariamente ao Sr. Deputado que achava que as medidas e os apoios à compra de terras, nomeadamente o facto de poder contemplar 40% eram suficientes, eu disse-lhe que considerava que não era suficiente, sobretudo quando a avaliação que é feita por hectare para a valorização dos projectos é uma avaliação muito abaixo dos preços do mercado. O Sr. Deputado insistiu que era e defendeu isso com unhas e dentes.

O que se verifica é que não é um incentivo suficiente para a compra e troca de terras.

Tenho a perfeita noção de que o mercado da terra é um mercado difícil e que determinadas medidas podem serem medidas inflacionárias, daí que eu não lhe diga que, neste momento, tenha uma solução definitiva.

Não a tenho Sr. Deputado, nem nenhum de nós a tem, mas é para isso que estamos aqui, ou seja, para conversar.

Não podemos esquecer que de facto temos que actuar decididamente e as medidas que estão tomadas são claramente insuficientes.

Mais uma vez remeto para as instâncias em que este diálogo será possível, ou seja, o Conselho Regional de Agricultura.

Quanto aos apoios às organizações de produtores — PROAGRI — e dificuldades em apresentar projectos, confesso que de facto havia muitas dificuldades e eu, como deputado, trouxe a esta Casa algumas dessas preocupações face ao anterior Governo.

Havia filhos e enteados, agora já não há filhos nem enteados para este Governo.

Todas as associações são tratadas de forma igual, independentemente de quem esteja a presidir, quer goste do Secretário quer não goste do Secretário. Isso para mim é perfeitamente indiferente.

Nesta posição eu sou o Secretário Regional da Agricultura e Pescas e defendo uma posição institucional, a posição deste Governo e desta Região.

Para mim não há filhos nem enteados. São todos iguais e pretendo falar com todos.

Em relação à paisagem protegida da vinha na Ilha do Pico, Sr. Deputado Manuel Azevedo, nós iremos fazer o necessário e não esqueceremos o Pico.

Aliás, o Sr. Deputado sabe que temos acérrimos defensores do Pico na bancada do Partido Socialista e neste Governo também há pessoas empenhadas em levar para a frente este projecto.

Deputado Manuel Azevedo *(PSD):* Também estamos empenhados!

O Orador: Esperamos fazer como o Sr. Deputado fez ou, se for possível, melhor com a sua ajuda e com a ajuda de todos esperamos lá chegar.

Deputado Madruga da Costa *(PSD):* Ter acérrimos defensores não responde a coisíssima nenhuma, Sr. Secretário!

O Orador: O Sr. Deputado Madruga da Costa provavelmente está impaciente, mas quero lembrar-lhe que este Governo tomou posse há duas semanas, se não me engano. Esta é a segunda semana em que estamos em efectividade de funções. O vosso Governo e o vosso Partido estiveram no poder durante 20 anos. Deixe-nos avançar, tomar conhecimento e receber a transferência.

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* O que nós queremos saber é o que os Srs. pensam fazer!

Deputado Victor Cruz *(PSD):* Claro, é isso que precisamos saber!

O Orador: Os próprios directores regionais, por exemplo na minha secretaria, entraram ao serviço esta semana. Deixe-os entrar nas suas direcções regionais e depois voltamos a falar.

No que diz respeito ao subsídio do litro de leite e de apoio à exportação, eu disse aqui muito claramente, Sr. Deputado António Almeida, que no que respeita aos subsídios de apoio à exportação, eu tinha, tenho e continuo a ter, algumas dúvidas sobre a eficácia desses apoios.

Neste momento, está a ser preparado um relatório sobre a execução dessas medidas e em função desse relatório que foi pedido concretamente ao IAMA, serão tomadas opções.

No que respeita ao subsídio do litro de leite, neste momento, não há nenhuma intenção da parte deste Governo de acabar com essas medidas. Aliás, há um acordo que vem de trás e eu penso que deve haver estabilidade nesses acordos.

Em relação à questão dos transportes e dos produtos perecíveis, Sr. Deputado Eugénio Leal, há um problema de articulação com a TAP e com a SATA, mas em devido tempo iremos abordar isso.

Também quero dizer-lhe que já defendi anteriormente, nesta Casa, em relação ao POSEIMA, aquando da renegociação dos apoios à indústria, que esses apoios não deviam ser limitados somente ao atum.

Na altura, tentei defender e fazer chegar essas posições à Comissão, através do Deputado no Parlamento Europeu José Apolinário, ou seja, a posição de que seria necessário algum apoio à exportação do peixe fresco, porque há aqui desvantagens também ao nível dos custos da embalagem.

Não é só o atum que tem desvantagens competitivas face ao isolamento e ao afastamento, mas todas as outras espécies. Aliás, existem antecedentes no que respeita a outras regiões periféricas como sabe.

Nos "DOM" franceses e até mesmo nas Canárias, esses apoios são extensíveis a algumas dessas espécies e não são restritos ao atum ou às grandes espécies.

Nos "DOM" franceses esses apoios são concedidos ao camarão que é exportado e também no caso das Canárias.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Madruga da Costa pede a palavra com que finalidade?

Deputado Madruga da Costa *(PSD):* Apenas para prestar um pequeno esclarecimento ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Madruga da Costa *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Há um ano atrás, numa semana estava sentado naquela cadeira e na semana seguinte estava sentado nessa bancada. Não me recordo, nem tenho noção de que os Deputados que então estavam nesta bancada onde eu hoje estou, tivessem poupado o Governo, quer os novos elementos, quer os membros antigos, de qualquer pergunta ou de qualquer questão.

Deputado Francisco de Sousa *(PS):* Pouparam, sim senhor!

O Orador: O que fizemos foi responder àquilo que sabíamos, com humildade e dizer claramente aquilo que não sabíamos.

O comentário que eu fiz, Sr. Secretário, foi apenas dizer que o Sr. tinha respondido a uma pergunta do Sr. Deputado Manuel Azevedo com uma evasiva, dizendo que naquela bancada também estão acérrimos defensores do Pico.

Ninguém duvida disso, mas ficámos sem saber, exactamente, o que é que o Sr. Secretário pensa fazer relativamente à paisagem protegida da Ilha do Pico.

Estas coisas têm a ver com a nossa forma de funcionar no Parlamento e ninguém tem que se escandalizar sobre isso e aquilo que exigiam a nós, pelo menos estejam prontos para cumprir.

Só por uma questão de lembrança e relativamente à questão que o Sr. Secretário colocou no que respeita às possibilidades que houve de desenvolver o programa dos perímetros de ordenamento agrário, lembro-lhe a resposta que foi dada pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas de então, a uma questão posta pelo Sr. Deputado Fernando Lopes, ou seja, tínhamos ido ao máximo das nossas possibilidades financeiras, porque o máximo da possibilidade que vinha a nível nacional, isto é, o financiamento europeu, estava ali empregue.

Portanto, não se fez mais porque não se pôde, não houve dinheiro para tanto e porque também este Governo, na altura, tinha as suas opções que são questionáveis e agora os Srs. demonstrarão se farão melhor ou não.

Presidente: O Sr. Deputado Eugénio Leal pede a palavra para...?

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* Para pedir um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Agricultura e Pescas:

Gostaria de lhe colocar mais uma questão em relação às pescas, concretamente no que se refere ao primeiro ponto do vosso Programa que tem como subtítulo "Novas Políticas para a Pesca", página 32.

Nessa página refere-se, entre outras coisas, que há necessidade da criação de escolas profissionais.

Eu perguntaria que tipo de escolas profissionais são estas?

Que vertentes vão abranger? Formação base, mestres, contra-mestres, pescadores, motoristas?

São escolas profissionais que terão autonomia própria da Região logicamente, ou uma vez que se trata de uma nova política para a pesca, continuarão com a celebração de protocolos existentes entre a actual Direcção Regional de Pescas e o organismo

que no Continente ou no País tem a seu cargo a formação profissional na área das pescas?

Como fala na criação de escolas profissionais, também gostaria de saber — se não for atrevimento da minha parte nesta altura — se já tem previsto o número, ou seja, se essas escolas estão previstas para todas as ilhas, ou em quantas ilhas estão pensando fixar?

São estas as questões que colocaria e agradecia se me pudessem especificar algo mais sobre esta nova política para o sector das pescas, nomeadamente para a formação dos pescadores.

Presidente: Srs. Deputados, chamaria a atenção para uma disposição regimental que diz:

"Artigo 100.º

2 — Os deputados que queiram formar pedidos de esclarecimento devem inscrever-se logo findo a intervenção que os suscitou, sendo formulados e respondidos pela ordem da inscrição."

Chamaria a atenção para esta disposição, uma vez que corremos o risco de eternizar a discussão um pouco à margem daquilo que o Regimento prevê.

Não se podendo coarctar os pedidos de esclarecimento, nem os diminuir, chamaria a atenção para esta disposição.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta é uma questão que como não foi respondida eu volto a insistir.

Sr. Secretário, nós ficámos esclarecidos sobre as medidas do Governo do PS em relação à eutrofização das Lagoas. Classificou-as e adjectivou-as de pontuais.

No entanto, não nos informou quais as medidas estruturais que preconiza.

É esta a minha questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente *(Fernando Lopes):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Resposta rápida à Sra. Deputada Ana Carolina:

— ordenamento das bacias, são medidas estruturais.

Resposta ao Sr. Deputado Eugénio Leal:

— escolas profissionais.

Eu não irei dar resposta neste momento, mas digo-lhe que, de facto, há aqui uma diferença política.

Em termos de orientação vai haver uma coordenação com o Departamento da Educação.

Em devido tempo o respectivo Secretário dar-lhe-á resposta.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Forjaz Sampaio.

Deputado João Forjaz Sampaio *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do VII Governo Regional:

Ao iniciar esta nova Legislatura, desejava antes de mais saudar Vossas Excelências, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo.

Iremos abordar nesta nossa primeira intervenção um tema, que nos parece da maior importância, para os agricultores e população da Região Autónoma dos Açores.

A intervenção que a seguir apresento, é fruto de várias reflexões ao longo dos últimos anos e constitui o nosso contributo e o de muitos produtores e técnicos deste sector.

Consideramos que a situação que se vive actualmente, na horto-fruti-floricultura nada tem a ver com os objectivos que este sector tem por missão cumprir.

Na realidade, em qualquer país ou região, cumpre-lhe satisfazer em bens alimentares as necessidades das populações.

Quando estes objectivos não são atingidos é porque algo vai mal, em relação às políticas definidas e aplicadas por quem teve a responsabilidade governativa de as implementar.

Urge pois intervir com rapidez, sob pena de perdermos, face à concorrência cada vez maior dos nossos mercados regionais, os mercados exteriores, nomeadamente os mercados da saudade, e outros onde o exotismo e as diferentes características de algumas das nossas produções são já neste momento apreciadas.

É perante as situações que passaremos a seguir em revista, embora de uma forma sucinta, que as medidas inseridas no programa do novo Governo Regional, irão permitir corrigir e solucionar os problemas que afectam este importante sector.

Ao analisar em retrospectiva os documentos produzidos em vários encontros onde foram debatidos os problemas do desenvolvimento regional e dos quais realçamos as "SEMANAS DE ESTUDO AÇORIANAS", realizadas há cerca de 4 anos por iniciativa do Instituto Açoriano de Cultura, verificamos que desde algumas décadas atrás já se encontravam perfeitamente identificados os principais estrangulamentos ao progresso sócio-económico dos Açores, com uma correcta identificação das causas, avaliação das suas dimensões, propondo-se já naquela altura a adopção de várias medidas.

Por estranho que pareça e ao fim de várias décadas, verificamos que a quase totalidade dos estrangulamentos apontados, em maior ou menor escala subsistem ainda hoje.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

O sector Horto-fruti-florícola da Região encontra-se perfeitamente adormecido, como nos mostram, por exemplo, os valores registados pelos Serviços de Inspecção Fitossanitária da Administração Pública.

Estes Serviços, para o ano de 1994 e para os produtos entrados na Região através da Ilha de S. Miguel, mostram que o sector é responsável pela saída de cerca de 1 milhão e oitocentos mil contos, que actualmente deve rondar os 2 milhões, estimando-se em 1 milhão e seiscentos mil contos, o montante perdido pelos agricultores devido à importação de produtos que poderiam em muitos casos serem obtidos pelos nossos agricultores.

A nível dos apoios financeiros, as verbas disponibilizadas para o sector pelos Serviços Oficiais, através da concessão de subsídios, não têm solucionado a situação, não só pela sua precaridade mas fundamentalmente pela constante suspensão desses incentivos de apoio consignados em várias Portarias.

A nível da experimentação, foram vários os programas da União Europeia para o sector, com realce para os que contemplavam as produções subtropicais, onde teria sido perfeitamente possível a candidatura a programas, que nos permitissem um

melhor conhecimento técnico das culturas como as do ananás, maracujá, e mesmo de outras em que a União Europeia era e é deficitária.

Contudo, todos eles foram considerados inadequados pela entidade governativa regional anterior, a S. R. A. P..

Lembro aqui que só tivemos conhecimento desses programas aquando da nossa participação, a título particular em dois projectos, cujas candidaturas foram apresentadas por organismos sediados no continente português, como a Estação de Fruticultura Nacional de Alcobaça e o Instituto Superior de Agronomia, este último em colaboração com a Universidade dos Açores.

Somente em Agosto de 95 participámos na elaboração de um projecto, em colaboração com o Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores, para o estudo de produções específicas para as Bacias Hidrográficas das Furnas e Sete Cidades, na mira de encontrar uma primeira alternativa para os agricultores daquelas áreas.

Até ao dia 6 de Novembro último, cerca de 14 meses depois, ainda não se conhecia decisão.

Parece-nos incorrecto este constante repúdio pelo saber, pois salvo raras excepções, o conhecimento técnico sobre o sector é praticamente nulo e o pouco que existe, tem sido obtido pela carolice de alguns técnicos, que teimaram em não desistir da opção efectuada quando iniciaram a sua vida profissional.

A título de exemplo, informamos que só recentemente se retomaram os estudos em relação à cultura do ananás. Salvo um estudo efectuado durante o estágio curricular de um técnico, toda a experimentação nesta importante cultura cessou em 1981, o que corresponde a uma paragem de quase 15 anos.

Em relação à qualidade dos produtos esta segue o que se verifica com a de outros sectores. São geralmente de baixa qualidade o que causa graves problemas na sua comercialização, quer nos mercados da própria Região quer nos mercados externos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

É face a este quadro que acabámos de descrever, que o programa do 7º Governo Regional apresenta propostas concretas e adequadas, com vista a debelar as situações

descritas anteriormente e que passamos a enunciar em relação às principais medidas a adoptar.

No campo da experimentação, como aliás se refere e muito bem, nas medidas apontadas para as políticas do Mundo Rural:

- deverá ser encetado, quanto antes, o planeamento das actividades para o sector, pois recordamos aqui que para a obtenção de resultados minimamente fiáveis, serão necessários pelo menos três anos, para o caso da maior parte das culturas herbáceas e de sete a dez para as arbóreo arbustivas.
- passará pela dinamização dos Centros de Experimentação e Explorações de Demonstração junto dos meios rurais.
- pela elaboração de candidaturas a programas da União Europeia, por forma a assegurar a maior parte dos financiamentos desta importante actividade.

Ao nível dos apoios financeiros aos agricultores:

- pela manutenção dos actuais programas de apoio ao investimento que venham possibilitar a introdução de novas tecnologias e o cultivo de novas variedades.
- tornar mais atempada as decisões sobre os projectos apresentados.

Ao nível da difusão de conhecimentos este novo Governo Regional propõe:

- a dinamização de acções de Divulgação e Apoio Técnico aos agricultores, pois sem estes não será possível aumentar a eficiência produtiva das nossas explorações.
- a adequação das acções de formação às carências reais dos produtores.

O VII Governo Regional entende que é também da máxima importância apoiar as organizações de produtores, onde é mais importante consolidar as organizações já existentes do que apoiar a formação de novas organizações.

É também importante a divulgação das produções regionais nos mercados exteriores.

Estamos conscientes de que o programa do VII Governo Regional, que iremos aprovar após este debate, contém as medidas e propostas a concretizar durante os próximos quatro anos e que irão dar uma plena resposta à alteração das difíceis situações descritas no início da nossa intervenção.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Sr. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta minha primeira intervenção na qualidade de membro eleito desta Câmara, quero em primeiro lugar saudar Vossa Excelência Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, assim como os Srs. Deputados, desejando a todos um excelente trabalho orientado para a defesa dos superiores interesses da Região e tendo sempre presente a dignificação desta Assembleia e a credibilidade da nossa função.

De igual modo, saúdo o Sr. Presidente do Governo e os Membros do Governo, fazendo votos para que entre a Assembleia Regional e o Governo se estabeleça um diálogo profícuo, vivo, crítico e construtivo, na busca constante das melhores soluções para os problemas dos Açores e dos Açorianos.

Desenvolver um trabalho aturado que aproxime os eleitos dos eleitores, que dignifique a Assembleia, que promova a consolidação do regime autonómico e a unidade regional, não é tarefa fácil, mas é aquela que os Açorianos esperam de nós e que nessa medida procuraremos levar a cabo.

As eleições do passado dia 13 de Outubro trouxeram aos Açores uma realidade política nunca dantes verificada na nossa Região.

Por um lado, o Partido Socialista obteve a maioria dos votos, cabendo-lhe com toda a legitimidade formar Governo. Por outro lado, o PS e o PSD obtiveram igual número de mandatos nesta Assembleia, o que confere a cada um de nós uma grande responsabilidade na construção das melhores soluções para a Região.

É caso para dizer que nada será como dantes.

Todos viveremos uma experiência nova e certamente desafiante.

O principal Partido da actual oposição conhece bem as dificuldades da governação, estará seguramente mais preparado para compreender algumas situações daí decorrentes e também estará mais habilitado a apresentar propostas alternativas.

O actual Governo, por sua vez, passará a saber quanto pesam as responsabilidades do poder e a calcular melhor a distância entre as palavras e os actos, entre o prometer e o agir, entre o criticar e o construir.

Espera-nos, sem dúvida, um novo capítulo da História dos Açores, onde o PSD deixa o papel de obreiro do processo de construção e consolidação da Autonomia, para passar a ocupar o papel de principal guardião desses valores.

É tão digno e necessário exercer um como o outro.

Foi esta a vontade expressa pelos Açorianos. Saberemos respeitá-la e nada nos fará desistir de exercer a nossa função, para que impere a verdade, a transparência, a primazia do interesse público, o respeito pela iniciativa privada, a separação dos poderes e a independência da comunicação social.

Estas são questões de princípio de que não abdicaremos nunca e para cuja defesa julgo ser sempre possível obter o concurso da maioria dos votos desta Câmara.

Sr. Presidente. Srs. Deputados:

Há pouco mais de um ano, quando da minha primeira intervenção nesta Assembleia na função que anteriormente exerci, fiz questão de, com total clareza e abertura de espírito, apresentar aos Senhores Deputados e por via deles a todos os Açorianos, a situação financeira da Região na sua componente principal que é a dívida pública regional.

Hoje, nesta primeira intervenção depois de deixar aquelas funções, considero de elementar correcção e justiça, dar novamente conta da situação à data da minha cessação de funções.

Nestes termos e não obstante os Srs. Deputados terem a faculdade de requerer todas as informações que desejarem, é com o maior gosto que informo esta Assembleia que no passado dia 9 de Novembro a dívida Directa da Região era de 113.868.306.805$00, a dívida dos Fundos e Serviços Autónomos era de 5.110 milhares de contos, os Avales Concedidos totalizava 18.607 milhares de contos e a dívida das Empresas Públicas e de capitais maioritariamente públicos era de 44.512 milhares de contos.

Permitam-me aqui um parêntesis para vos alertar para o facto de os Avales estarem incluídos na Dívida das empresas Públicas e por conseguinte não serem grandezas susceptíveis de serem adicionadas entre si, nem devem ser adicionadas à dívida do Sector Público Administrativo, pela mesma razão por que o Estado aos 11 mil milhões de contos da sua dívida pública não soma a dívida da TAP, CP, RTP, EDP e

das outras empresas Públicas, cada uma delas com uma dívida individual superior à nossa.

Saliente-se ainda que o aumento da dívida directa tem correspondência nas autorizações dadas por esta Assembleia Regional, com especial destaque para a regularização da dívida à Caixa Geral de Depósitos sobre crédito à habitação e que a Dívida das Empresas Públicas e os Avales concedidos apresentam uma redução relacionada com a afectação às Empresa Públicas de receitas provenientes da privatização do Banco Comercial dos Açores.

Nestes montantes não se inclui a conta gratuita do Banco de Portugal porquanto as disponibilidades Bancárias na mesma data eram superiores aquele crédito e também não é de considerar a dívida administrativa, na medida em que a execução orçamental prevista até ao final do ano aponta para níveis bastante elevados, do que os dos anos anteriores.

Aliás, registo com muito agrado e apreço as declarações proferidas sobre esta matéria pelo actual titular da pasta das Finanças, no Telejornal do passado dia 12, afirmando com seriedade e isenção que até ao final do ano não seria de prever qualquer sobressalto nesta área.

Com efeito, estava prevista para além da receita fiscal, a entrada de 7 milhões de contos de Fundos Comunitários e de 3 milhões de empréstimos bancários em condições bastante favoráveis, cerca de 6,55% de taxa, ou seja a Lisbor + 0.005, graças ao facto de os Açores terem uma boa cotação no mercado financeiro que não deve ser comprometida, sob pena de penalizar o próximo exercício económico e dificultar a actuação do Governo.

Sr. Presidente. Srs. Deputados:

Temos presente para discussão e votação o Programa do VII Governo Regional dos Açores. O programa de um Governo que assume a enorme responsabilidade de acompanhar a entrada de Portugal na terceira fase da União Económica e Monetária, em simultâneo com a necessidade de reequilibrar de forma sustentada as Finanças Regionais, dando seguimento à preparação e aprovação da Lei das Finanças para as Regiões Autónomas.

Uma Lei com efeitos financeiros prometidos para 1997 e adiados para 1998.

Esta é uma questão da maior actualidade pois, como é do conhecimento de todos, discute-se a partir desta semana na especialidade o Orçamento de Estado para o próximo ano.

Um Orçamento subordinado ao cumprimento dos critérios de adesão à Moeda Única, e que mais uma vez não contempla o nível de transferências financeiras adequado, para que a Região trave o seu ritmo de endividamento.

Impõe-se por isso que, através dos representantes dos Açores na Assembleia da República, se apresentem Propostas concretas de alteração à Lei do Orçamento, com vista a que se minimize o impacto da não aplicação da lei das Finanças Regionais em 1997 e se assegure a sua entrada em vigor em 1998.

Com efeito, através da concessão ao Governo da República de autorizações legislativas adequadas, poderão ser criadas condições à reestruturação ou assunção, total ou parcial, da dívida pública da Região, assim como poderão ser tomadas outras medidas prévias que viabilizem e tornem sustentável e duradouro o modelo de relacionamento financeiro que vier a ser desenhado e aprovado.

Alerto também os Senhores Deputados e em especial o Governo, para o facto de ter sido proposto ao Sr. Ministro das Finanças a afectação à Região, em 1997, do IRS e do IRC com base na capitação média nacional, à semelhança do procedimento adoptado desde 1987 com o IVA, ou seja, através de Despacho Normativo daquele Ministro.

Da correspondência trocada e dos contactos mantidos com aquele Membro do Governo e com a sua equipa, afigura-se-nos haver alguma receptividade para esta questão e a experiência diz-nos que em negociação não se pode fechar nenhuma porta.

A comissão para o estudo dos problemas financeiros das Regiões Autónomas e em especial o seu Presidente, são os nossos melhores aliados nessas matérias.

Sr. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sempre afirmei nesta Câmara e fora dela, nesta e noutras funções, que as questões de natureza financeira que envolvem o Estado e a Região se situam no plano supra partidário. São questões demasiado importantes que não podem estar sujeitas a jogos

de poder. São questões que carecem de rápida solução para a qual é necessário o contributo de todas as forças políticas aqui representadas.

A Autonomia Político-Administrativa tem de promover o desenvolvimento regional de forma convergente com o todo nacional e deve assentar em auto-suficiência de recursos financeiros canalizados para a Região ao abrigo da solidariedade nacional, que não é mais do que a redistribuirão da totalidade dos recursos do País, cuja principal componente é a receita fiscal, entre as Regiões mais favorecidas e as Regiões menos favorecidas, canalizando de umas para as outras.

Só assim se atinge o desiderato da coesão económica e social, objectivo principal da construção europeia.

Todavia, a auto-suficiência de recursos preconizada, não pode ser conseguida com o sacrifício ou renúncia a competências consagradas no nosso Estatuto Político-Administrativo e na Constituição Portuguesa.

Não podemos invocar ou deixar que alguns invoquem o exemplo histórico dos ex-distritos autónomos, cujas Juntas Gerais acabaram por ser afogadas em encargos impostos pelo Governo central, sem que este se preocupasse em prover os respectivos orçamentos das necessárias verbas para os suportar.

Hoje os tempos são outros, outros os ventos da política, outra a concepção do Estado e do regime político e outra a ideia sobre o grau de participação das comunidades na gestão dos seus próprios interesses.

Salvaguardadas as devidas distâncias derivadas da natureza das partes, os Açores requerem do nosso País uma solidariedade que se traduza em relações e finalidades semelhantes às que vigoram entre a União Europeia e Portugal, ou seja, a anulação dos desequilíbrios económicos entre partes do mesmo todo.

Acompanharemos de forma empenhada e interessada estas questões, assim como a actuação deste Governo na execução do seu programa que nas suas linhas gerais é bastante vago e por isso susceptível de várias interpretações consoante os protagonistas.

Julgaremos a acção!

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: O Sr. Deputado José António Monjardino pede a palavra com que finalidade?

Deputado José António Monjardino *(PP):* Para pedir um esclarecimento à Sra. Deputada Berta Cabral.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado José António Monjardino *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Sra. Deputada quando falou nos números da dívida disse especificamente, salvo erro, a não ser tenha ouvido mal, 5 mil contos por fundos autónomos e 18 mil contos para avales.

Se fosse possível gostaria que me esclarecesse esta dúvida.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Cinco mil milhares de contos.

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sendo a primeira vez que nesta Câmara intervenho, queria começar por saudar os colegas parlamentares, formulando a todos votos sinceros de um trabalho frutuoso e cordial que dignifique este Parlamento, para que este, possa ser alvo da admiração e respeito dos Açorianos, que nos elegeram no passado dia 13 de Outubro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Cabendo-me também falar de agricultura, parece-me igualmente uma responsabilidade acrescida, face à sua importância social e económica nesta Região.

A importância social e económica que a agricultura, e em especial a agro-pecuária, tem nesta Região, obriga a um cuidado acrescido, aspecto, que nem sempre terá sido tido em conta pelos anteriores governos, no tratamento e na análise destas questões.

Quando há um sector com "peso" económico como a agricultura, no caso açoriano, quando ainda hoje em termos sociais, a agricultura em geral e a agro-pecuária em particular, constitui o grande polo aglutinador da mão-de-obra desta Região, a

dignidade da actuação governativa, em especial no que a esta área respeita, passa necessariamente por políticas, realisticamente delineadas, e por um modo de as pôr em prática, que não se traduza em autoritarismos estéreis, mas sim, na partilha de responsabilidades, numa postura leal e na sempre imprescindível auscultação dos próprios interessados na actividade, sejam eles agricultores, industriais ou comerciantes, através das suas organizações representativas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A dramática situação em que a agricultura se encontra, coloca ao actual Governo dificuldades acrescidas agora que inicia o seu mandato.

Mas como sempre afirmámos, não são estas que nos farão desviar um milímetro que seja, do projecto que temos definido para os Açores e que no passado dia 13 de Outubro, foi sufragado pela maioria dos Açorianos. Este projecto no que respeita à agricultura passa nomeadamente por:

- Reforço do apoio às acções de vulgarização e às actividades de investigação, através de serviços de extensão, divulgação e apoio técnico, sustentados por centros de experimentação e explorações de demonstração, geralmente de grande eficácia na divulgação de novas tecnologias, com vista ao aumento da melhoria técnica e eficiência produtiva das nossas explorações.

Em tempos idos algumas destas medidas, até foram apoiadas, sendo contudo progressivamente desactivadas por desinteresse político e pelo característico desnorte que durante 20 anos grassou na tutela.

- Apoio às estruturas de suporte da actividade agro-pecuária, através da implementação de uma rede regional de abate, cuja inexistência contribui em muito, para o estado caótico em que se encontra actualmente o sector da carne. Instalações de abate reconhecidas pela União Europeia, permitirão a exportação sem restrições, evitando-se deste modo, o triste cenário da exportação de animais vivos, com todas as consequências para os comerciantes exportadores de carne, o bem estar animal e muito especialmente para o bolso dos agricultores.

- Estabelecer, rapidamente, um selo que certifique o modo de maneio, produção e a origem da nossa carne, e que, a par da rede regional de abate, serão o garante de

reconhecimento e a garantia de qualidade de um produto genuíno, produzido em condições únicas.

O estado em que se encontra este sub-sector da actividade pecuária, é a prova clara e inequívoca de que o anterior governo nunca teve uma estratégia política objectiva para este sector, limitando-se a gerir os fundos comunitários existentes, sendo muitas vezes lento a reagir quando empurrado pelos acontecimentos, como pôs à evidência a recente doença das vacas loucas.

- Regularizar o défice da Quota Leiteira Regional que por descuido e desatenção dos anteriores responsáveis do sector, fez com que não desse entrada atempadamente o pedido de reforço da nossa margem produtiva, nos serviços competentes do Ministério da Agricultura.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Muito se disse na campanha eleitoral sobre esse problema, contudo para quem saiba quais as normas por que se rege a movimentação de Quotas, quem saiba o que é uma Campanha Leiteira e por último quem saiba quais são os meses do ano, chegará à triste conclusão de que realmente a Quota Leiteira para os Açores, não foi reforçada, pela simples razão, de que o anterior Governo Regional, em especial o Secretário da tutela, desconheciam as condições de acesso ao reforço dessa Quota.

O solucionar desta questão, possibilitará a breve trecho, a viabilização de um considerável número de projectos de investimento, desde há muito parados no IFADAP, o que permitirá a entrada em actividade de numerosos jovens agricultores, que aguardam em expectativa, a viabilização das suas candidaturas. Isto porque, não é possível, nem coerente, fazer programações e projectar investimentos, tendo que aguardar um e mais anos, para se ser informado sobre a sua viabilização técnica e financeira.

- Implementar medidas legislativas adequadas à modernização do sector agrícola, tendo sempre em conta a capacidade financeira da Região e nunca compremetendo, indevidamente, uma programação de investimentos ao último ano de legislatura, como sucedeu no passado, sendo pensada e programada, para uma aplicação prática ao longo dos quatro anos de mandato.

- Alargar os actuais perímetros de ordenamento agrário e estudo de possíveis localizações de outros perímetros, beneficiando um maior número de agricultores, com a construção de caminhos rurais e redes de distribuição de água. Não deverá descurar-se contudo, aqueles, cujas explorações agrícolas assentam, predominante ou exclusivamente, fora desses perímetros, e que são muitos, visto terem de concorrer no mesmo mercado mas em condições de desigualdade.
- Valorizar os recursos cinegéticos existentes na Região, numa dupla vertente, potenciar esses recursos salvaguardando, em simultâneo, as produções e os rendimentos dos que vivem, e por vezes subsistem da actividade agrícola. Situações como as que num passado recente sucederam com a praga dos coelhos em diversas ilhas da Região, estou certo que não se voltarão a repetir.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Estas são apenas algumas das medidas que o Programa do VII Governo Regional consagra no domínio da agricultura.

O pouco que aqui expressei é já suficiente para detectarmos uma forma diferente de governar.

Contudo, e ainda no que respeita às formas de governar, não poderia deixar de fazer referência à postura deste Governo, especialmente, no que a esta área se refere.

Mais do que as palavras, o Partido Socialista já demonstrou, e agora o governo demonstra no seu programa, a vontade de concretizar uma postura baseada no diálogo e no consenso e na auscultação dos parceiros sociais que não será uma mera formalidade da actuação do Governo, como foi durante tanto tempo, mas um verdadeiro exercício da democracia, em que governantes e governados sejam chamados à construção duma Região economicamente mais apetecível, socialmente mais justa e politicamente mais forte.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pela primeira vez intervindo como Deputado Regional, quero cumprimentar todos os aqui presentes e bem assim homenagear aqueles que ao longo de muitos anos de esforço permitiram que o regime autonómico e a democracia parlamentar pudessem ser uma realidade consolidada.

Sem grandes considerandos de ciência política, entendo que o trabalho parlamentar é de algum modo uma forma exponencial do trabalho comunitário, a bem do povo que nos elege.

Julgo que um deputado que não seja um trabalhador para a comunidade, nunca se poderá arrogar de ser um defensor das populações, sendo sim um usufrutuário da política quer seja na minoria, quer seja na maioria.

Neste sentido, julgo que estar na posição ou na oposição deverá revestir-se da mesma atitude e empenhamento e, se assim for, a condição de deputado poderá, sem dúvida, ser melhor encarada do que até aqui.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Posto isto, gostaria de trazer a esta tribuna algumas preocupações a nível de círculo e a nível sectorial.

Embora o Programa do Governo possa ter respostas para tudo ou não responder a nada, tal a sua generalidade, acho muito estranho não serem referidas numa base minimamente clara e consistente, quais as definições para a política de transportes marítimos de passageiros no Grupo Central e particularmente no triângulo Faial, Pico e São Jorge.

Não posso entender preocupações e apostas na área do turismo sem uma correspondente atenção a um vector absolutamente condicionante para aquele sector, pois qualquer perspectiva de desenvolvimento turístico passará obrigatoriamente pela melhoria de condições de transportes marítimos de passageiros.

Quem define políticas para esta área não pode esquecer-se que não vivemos num continente, mas sim num arquipélago.

Este arquipélago é mais perceptível se calhar no Grupo Central e no triângulo com todas as potencialidades que daí advêm, mas também com todos os seus condicionalismos e especificidades.

A vivência sócio-económica e cultural arquipelágica é muito sentida neste espaço da Região, particularmente no período estival, pelo que também por esta razão, esta terá de ser uma área melhor reflectida pelo Governo Regional e elevada à importância que merece.

As experiências recentes, em que Agentes Privados, Autarquias e Governo Regional estiveram envolvidos, provam que não mais poderemos passar sem a existência de equipamentos (portos, barcos e gares) para satisfazer estas necessidades.

A explosão que se verificou em 1996 na quantidade de passageiros transportados no triângulo poderá ser multiplicada, já existindo indicadores de Agentes de Viagens de que isto se poderá verificar já em 97 ou 98. Contudo, tal estará completamente dependente de serem criadas condições para que os agentes privados possam adquirir os meios imprescindíveis, aproveitando os ensinamentos que a experiência deixou.

Essas condições terão de ser proporcionadas por definições políticas que condicionarão, para o bem e para o mal, todo o desenvolvimento sócio-económico das populações do Grupo Central e particularmente do triângulo, no que o Turismo poderá vir a ser principal factor e com efeitos multiplicadores na procura turística da totalidade da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que toca à Agricultura, por maioria de razão, julgo que as generalidades constantes no Programa do Governo não permitem uma análise concreta de problemática tão importante e delicada.

Por outro lado, como foi claro, não houve esclarecimentos adicionais na intervenção e nas explicações do Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, pelo que continuamos muito vagos em relação a todas as questões que foram colocadas.

No entanto, e embora não seja matéria específica desta discussão, gostaria de deixar uma reflexão a quem tutela esta pasta para os grandes conflitos que, como já referi, advirão da relação muitas vezes antagónica entre ambiente e agricultura.

Entendo que na Região Autónoma dos Açores os interesses da agricultura sempre se deverão sobrepor aos do ambiente, dentro dos limites da razoalidade e sensatez, contrariamente a um certo fundamentalismo ambientalista que alguma classe académica/universitária tem vindo a defender.

Não aceito que esta onda ambientalista possa levar os agricultores a jardineiros e as populações, particularmente do Pico, a conservadores de um museu vivo.

Por outro lado, embora o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente não esteja presente, aguardando da parte dele melhores respostas do que aquelas que ele nos deu há pouco, gostaria de ver clarificados alguns aspectos e nomeadamente:

1º - Que tipo de apoio se irá verificar ao sector cooperativo de lacticínios e especificamente no que toca à nova fábrica de lacticínios da Lacto-Pico?

2º - Que tipo de soluções vão ser equacionadas para os graves problemas financeiros de cooperativas e empresas de lacticínios privadas que afectam sempre, na ponta da linha, os Agricultores?

3º - Que política específica vai ser definida para o apoio à comercialização conjunta dos produtos das nossas cooperativas de lacticínios que entretanto já recomeçaram a desenvolver projectos e acções nesse sentido?

4º - Que tipo de relação institucional vai ser estabelecida com a Federação Agrícola dos Açores e com as Associações de Agricultores?

5º - Até que uma rede regional de abate e todas as estruturas privadas e públicas, a montante e a juzante, estejam operacionais, e aqui é fácil falar de certificação e apontar grandes objectivos a esse nível e a nível da promoção dos nossos produtos, mas difícil é perceber toda a problemática que aqui está envolvida, porque não é só criando uma rede regional de abate que se resolve este problema; há outros assuntos mais delicados que não têm a ver com o dispêndio de dinheiro e com este projecto, mas que têm a ver com a criação de estruturas da parte da iniciativa privada para fazer acabamentos, têm a ver com os canais regionais de distribuição comercial para o Continente, que política vai ser seguida para a valorização na fileira da carne de bovino, especificamente:

a) No que toca à comercialização de gado vivo no Parque de Palmela, concretamente a nível de apoio a preços e aos transportes?

b) No que toca à possibilidade de aproveitamento de todos os agentes já instalados no mercado e profundos conhecedores deste?

Sr. Secretário da Agricultura, Pescas e Ambiente, na pág. 29 do Programa de Governo pode ler-se:

"Quanto à produção de carne é necessária uma definição clara da raça de gado bovino, dos cruzamentos a usar e das condições da sua criação, de forma a permitir o estabelecimento de um selo que certifique o modo de produção e a sua origem".

Desde logo antevejo alguma potencial conflitualidade entre a definição de uma raça no aspecto da adaptação edafo-climática e no aspecto da valorização comercial, aspectos que terão de ser ainda compatibilizados com normas comunitárias reguladoras dos apoios ao efectivo aleitante.

Por outro lado, a qualificação de origem e o modo de produção deverão, na minha opinião, numa primeira fase, ser seccionados da certificação por forma a que com outro modelo, se possa desde já obter mais valias, aproveitando experiências, estruturas e agentes no terreno, até que a citada rede regional de abate e suas estruturas estejam em funcionamento, sendo que, mesmo depois disto, condicionalismos vários aconselham à versatilidade de soluções, que permitam menos dependência de problemas conjunturais.

Sobre todos estes assuntos tenho as minhas convicções e por elas lutarei na oposição, como já vinha fazendo a outros níveis, esperando que os deputados do partido agora no poder sejam coerentes com o que defendiam outrora, pois assim estaremos em sintonia ao serviço de quem nos elegeu.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancadas do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A discussão do Programa de Governo foi, durante muitos anos, um processo monótono e repetitivo, porque o poder regional foi exercido, não só de modo absoluto, mas com um estilo em que a própria autocrítica não tinha lugar.

Certas opções mantiveram-se constantes, e certas opções indispensáveis ficaram omissas por muitos e muitos anos.

Como muitas vezes afirmámos nesta tribuna, o poder regional anterior deu sempre absoluta prioridade às atitudes que pudessem contribuir para a sua própria manutenção no poder. No entanto, chegou o dia em que o descontentamento se sobrepôs, em termos políticos e de expressão eleitoral, a uma prática cada vez menos aceite e a políticas cada vez menos adequadas.

O quadro político hoje é outro e resultou da vontade livre dos açorianos.

Com novo poder regional a apreciação do Programa do Governo ganha outro interesse e novo fôlego, não porque possa ser alterado, mas sim porque ajuda a vislumbrar qual vai ser a postura global do novo poder regional.

Antes, porém, de entrar em considerações mais directas sobre o Programa do Governo em si mesmo, torna-se necessário adiantar algumas reflexões sobre a nova situação política que enquadra a realidade regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A primeira observação que é útil fazer é a de que o eleitorado devolveu a esta Assembleia Legislativa a possibilidade de ter o protagonismo político que lhe cabe no quadro do Sistema Autonómico.

Sem ter dado maioria absoluta a nenhum partido os eleitores açorianos condenaram, por um lado, o estilo omnipresente que a anterior maioria absoluta cultivou e recusaram, por outro lado, a continuação da concentração do poder regional num único partido.

Esta Assembleia Legislativa passará a ser assim o local não só de debate, que há longos anos é, mas também o local de decisão potencialmente mais equilibrada, que durante muitos anos raramente foi.

Os partidos e os deputados — todos os partidos e todos os deputados — passam assim a ser mais responsabilizados do que anteriormente.

A actual definição das orientações políticas principais, não dependendo de um único partido, dependerão, em muito maior grau, do debate, do diálogo e mesmo até, do senso comum.

Esta mudança qualitativa é absolutamente vital e poderá motivar, em maior grau, a participação das populações e dos cidadãos na vida política.

A tendência da afirmação, muitas vezes gratuita de poder, será inevitavelmente menor. A humildade democrática terá que ser um valor cultivado por todos os intervenientes, nomeadamente pelo Governo e pelo partido que o apoia, e por todos os partidos sem excepção, porque embora não exercendo o poder governativo, têm todos, com as suas atitudes e posições, o poder de influenciar e contribuir para as decisões finais desta Assembleia.

A segunda observação indispensável, porventura de carácter mais geral, mas com menor importância, é a de que a modificação política finalmente conseguida está a fazer acelerar todo o processo de descompressão social, que se iniciou bastante antes das últimas eleições regionais.

A habituação a certas contenções, que marcava as atitudes de vastas faixas sociais, desvaneceu-se perante o desaparecimento das práticas e dos mecanismos que, de vários modos, impunham essas contenções.

O próprio facto dos resultados eleitorais terem dado a vitória a outro partido, desfez o mito da invencibilidade do partido que governou durante 20 anos, mito esse que para além de ser cultivado, constituía, ele próprio, um factor desmobilizador para muitos cidadãos descontentes.

O poder mudou e nada de catastrófico aconteceu. Será certamente esta a conclusão que, com alguma surpresa, muitos concidadãos nossos vão tomar.

Mas para que essa surpresa não se transforme em saudosismo, é imperioso que o novo poder político, exercido no plano parlamentar e exercido no plano governativo, saiba dar as respostas que correspondam a políticas melhores, mais adequadas e mais justas.

Na nossa óptica a modificação política obtida através das eleições terá que gerar mudanças sensíveis de políticas, numa sociedade cujos comportamentos estão

inevitavelmente a percorrer caminhos novos, muito mais criativos e inevitavelmente muito mais exigentes.

A terceira observação que nos parece indispensável deixar, diz respeito à situação social e económica da Região.

O descontentamento cresceu, principalmente depois de 88, acelerou-se depois de 93 e tornou-se politicamente determinante em 95, pelo facto simultaneamente simples e tremendamente complexo, das políticas praticadas não darem respostas às necessidades objectivas, ou melhor dizendo, darem cada vez mais respostas menos convincentes.

A incerteza foi-se acentuando e os grandes problemas regionais foram ficando por resolver e, mesmo, em muitos casos, por equacionar.

A economia regional tem vivido não só anos de crise, mas também anos e anos de indefinição.

Há a ideia geral, mais ou menos aceite por todos, que as especificidades regionais impõem medidas económicas específicas, mas o certo é que as medidas específicas nunca foram encontradas e, até, em vários casos, deixaram de ser procuradas.

As dificuldades económicas fizeram agravar diversos e sérios problemas sociais.

O desemprego que hoje andará claramente acima dos 10%, apesar dos dados oficiais dizerem o contrário, cresceu de forma muito acelerada, sendo hoje um problema muitíssimo grave e sério.

A tendência instalada nos anos 90 de extinção de postos de trabalho, quer por via de modernizações aceleradas, quer por via de falências, não tem sido contrariada com uma criação suficiente de novos postos de trabalho.

No plano sócio-económico ganha a natureza de escândalo nacional o facto dos trabalhadores por conta de outrém, nos Açores, ganharem, em média, 10% menos do que no Continente.

A revitalização da economia é urgentíssima e para isso há que dar vitalidade a toda a estrutura económica e há que apontar, também, sem hesitação, para a valorização do trabalho através da concretização do princípio da justiça remuneratória.

É com esta situação social e económica que se deu a mudança de poder, e é a esta situação concreta que o novo poder tem que responder.

O conjunto das observações precedentes tem que estar presente em todas as avaliações, presentes e futuras, que se façam sobre o Programa e as políticas do novo Governo.

Se não tivermos presente as realidades, não poderemos, nunca, encontrar os caminhos adequados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nesta primeira intervenção gostaríamos, também, de clarificar uma questão política central.

O PCP/Açores deu opinião, no momento adequado, no sentido do PS formar Governo, optando assim claramente pela solução governativa directamente resultante da modificação política operada com as eleições.

Aliás, a partir de certo momento e depois de hesitações e intenções diversas, todos os partidos aqui representados indicaram a mesma solução, que se apresenta de facto como a única que não perverteria a vontade expressa no voto.

Para o PCP/Açores, depois de indicar esta solução governativa, ficou claro que contribuiria, no grau necessário, para a viabilização política e investidura parlamentar do Governo. Para nós, a única questão que poderia pôr em causa essa orientação, seria uma situação na qual se verificasse que o Programa do Governo se afastava substancialmente da letra e do espírito do programa eleitoral do partido mais votado.

Queremos, afirmar, desde já, que não notamos nenhuma inflexão substancial, nem notamos em relação ao Programa Eleitoral, novas presenças diferentes no Programa do Governo minoritário.

Esperamos, isso sim, que o Governo minoritário saiba, nesta Assembleia e na vida política geral, ter as posturas que lhe permitam introduzir mais equilíbrio e mais rigor, sem cair nas consequências directas de certas aritméticas simples e simplistas desejadas por alguns e aceites por outros.

É evidente que essas contas de somar com os dedos, por si só, não reflectem a complexidade da vida política e dos problemas concretos. No caso vertente a "expressão mais simples" não contaria com todos os vectores que o equilíbrio reclama.

Cada dia que passa aparecem mais e novos sinais de descompressão social e de desejo de transformação.

Tais indicadores apontam, sem nenhuma dúvida, para a necessidade de uma postura política — desta Assembleia e do Governo — que se afaste quer dos conservadorismos antes instituídos, quer de outros conservadorismos que alguns querem transformar em moda.

Seguiremos com toda a atenção este debate, e dele procuraremos tirar algumas conclusões sobre as posturas governativas.

Temos rigorosa consciência do muito que nos separa, em termos de ideias, deste Programa, e procuraremos em próximas intervenções evidenciar isso mesmo, mas temos também consciência de que este Programa do Governo trata questões novas e abre linhas de actuação e de debate antes ausentes.

Na nossa óptica, a situação regional exigiria a clara definição de um conjunto de medidas de emergência que visassem rectificar desequilíbrios gritantes e apontar objectivos concretos de curto prazo. Esperamos que as intervenções dos membros do Governo tenham essa orientação.

Em próximas intervenções sublinharemos as divergências que nos afastam deste Programa e chamaremos a atenção para as convergências e concordâncias. Procuraremos assim contribuir, com clareza, para que a modificação do quadro político já obtido, possa evoluir para uma mudança verdadeiramente visível.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional para a Presidência das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento *(Roberto Amaral):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me Vossas Excelências que as minhas primeiras palavras nesta Assembleia sejam para fazer uma saudação; uma saudação muito especial a Vossa Excelência Sr. Presidente da Assembleia Regional e desejar-lhe que o exercício das funções em que foi investido por unanimidade pelos seus pares, seja sempre desenvolvido com o

mesmo empenhamento, com a mesma convicção e com a mesma competência com que sempre exerceu o cargo de deputado desta mesma Assembleia.

Uma saudação também muito calorosa aos senhores deputados desta Assembleia, aos que viram o seu mandato renovado e aos que agora vão iniciar, pela primeira vez, as suas funções, desejando-lhe igualmente, um bom e profícuo trabalho na construção e no aperfeiçoamento da nossa autonomia.

Permitam-me ainda, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que manifeste a minha natural e compreensível satisfação por agora aqui estar a tentar executar um novo projecto de governação para a nossa Região. Projecto de governação que corresponde a um desejo de mudança claramente expresso pelo eleitorado, projecto de renovação que também tive a honra de começar a construir nesta Assembleia, há já 20 anos atrás, na minha qualidade de deputado eleito pelo povo açoriano e então integrado na bancada da oposição.

Na execução desse projecto de mudança, agora consubstanciado no Programa do VII Governo Regional dos Açores, actuarei sempre com o mesmo rigor, com o mesmo empenhamento e com a mesma lealdade com que tenho procurado sempre actuar na minha vida política e profissional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como é referido no Programa do Governo que apresentámos ao eleitorado, e que contou com a valiosa e desinteressada participação de um conjunto apreciável de cidadãos livres, no âmbito da convenção para uma nova autonomia, propomo-nos no nosso mandato, desenvolver uma estratégia de actuação que possibilite à nossa economia tornar-se competitiva, sustentável e criadora de emprego.

No desenvolvimento dessa estratégia, tencionamos utilizar todos os instrumentos fundamentais de planeamento de uma forma igualmente aberta e o mais participada possível.

Assim, quer ao nível do planeamento económico e social, quer ao nível do ordenamento do território, quer ao nível da defesa e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, tencionamos desenvolver processos de planeamento que possibilitem a intervenção e participação de todos os interessados.

Esta nova dinâmica com que tencionávamos abordar esta temática do desenvolvimento, terá também como preocupação central a maximização da utilização dos fundos comunitários e a sua articulação com outros mecanismos de apoio criados a nível regional e orientados para apoiar o investimento produtivo, por parte das empresas, nos sectores de actividade considerados prioritários.

Neste sentido e concomitantemente com a elaboração do plano e orçamento para 1997, tencionamos proceder à reformulação de todo o quadro de incentivos existentes a nível regional, tornando-o mais simples, mais racional e mais adequado aos objectivos de desenvolvimento que se pretendem atingir. Pensamos, igualmente que também será possível introduzir algumas alterações na actual Comissão Regional de Incentivos, em ordem a conferir-lhe uma maior eficácia, quer ao nível da sua própria composição e funcionamento, quer ao nível da gestão dos incentivos e do acompanhamento da execução dos investimentos.

Quanto à gestão financeira dos fundos comunitários, introduziremos os aperfeiçoamentos adequados necessários com vista, principalmente, a diminuir e a evitar, se possível, atrasos nos pagamentos aos promotores dos projectos de investimento apoiados por aqueles fundos.

Esta atenção dada aos fundos comunitários, vem na sequência, aliás, de uma preocupação mais vasta, mais ampla e que é a da nossa participação, enquanto Região, no processo de construção da União Europeia.

Estamos profundamente empenhados nesta tarefa, que consideramos ser a melhor forma de responder às tendências que de há muito se fazem sentir para a formação de grandes blocos económicos, abrangendo áreas de influência cada vez maiores.

A construção da Europa Comunitária aparece assim, em primeira linha, como uma necessidade de sobrevivência da própria Europa, Europa essa a que a nossa Região também pertence.

Mas a construção europeia não se esgota nesse objectivo primário de sobrevivência económica. Ela procura também valorizar aspectos essenciais de natureza política e social, desigualmente no que se refere aos direitos sociais, à salvaguarda da estabilidade, da paz e da segurança colectiva.

O nosso empenhamento neste processo de construção europeia constitui, igualmente, a melhor forma de potenciar o nosso próprio desenvolvimento económico seja, por exemplo, pelo benefício desde logo advindo do reconhecimento da condição de ultraperificidade da nossa Região em relação à União Europeia.

Este reconhecimento, que consta já de Declaração Anexa ao Tratado da União mas que se pretende possa vir a fazer parte do texto do próprio Tratado, possibilita a adopção de medidas especiais para a nossa Região, medidas essas que "... devem visar simultaneamente os objectivos da realização do mercado interno e de reconhecimento da realidade regional, de modo a permitir que essas Regiões consigam atingir o nível económico e social médio da Comunidade".

Os Fundos Comunitários constituirão, assim, uma importante fonte de financiamento do nosso Orçamento Regional e um instrumento essencial da nossa política de desenvolvimento.

Mas os Fundos Comunitários e as receitas próprias da Região não são ainda suficientes para fazer face à totalidade das nossas necessidades financeiras. Importante parcela dessas necessidades continua a ser a constituída pelas transferências do Orçamento de Estado que, precisamente por terem sido nos últimos anos claramente inferiores às necessidades do Orçamento da Região, conduziram-nos para níveis de endividamento preocupantes. As razões desta situação de desequilíbrio orçamental são já de todos sobejamente conhecidas.

Tal como no passado, o nosso actual modelo de autonomia assentou na ideia de auto-suficiência financeira da Região. Com base nesta falsa ideia, foram insistentemente reivindicadas e apressadamente efectuadas as transferências de muitos serviços e competências para a Região, sem nunca se ter cuidado de assegurar os indispensáveis meios financeiros para o seu bom e normal funcionamento.

O resultado de tudo isto está bem à vista de todos nós:

- défices orçamentais progressivamente crescentes;
- recurso sistemático ao endividamento, como forma de colmatar os desequilíbrios orçamentais;
- um montante incomportável da dívida pública.

Há que sair, urgentemente, desta situação, sem que todo o nosso desenvolvimento futuro fique irremediavelmente comprometido e o nosso sistema autonómico completamente bloqueado.

Agora, ultrapassada que está a ideia de suficiência financeira da Região e assente que está a irreversibilidade do processo autonómico, ideia agora reforçada com a alternância democrática operada nestas últimas eleições de 13 de Outubro passado, importa cuidar de introduzir no actual modelo autonómico as alterações indispensáveis com vista ao seu aperfeiçoamento e maior operacionalidade.

Antes de mais, e a anteceder outras medidas mais de fundo, de carácter estrutural, haverá que proceder a uma intervenção ao nível da própria dívida pública da Região, que atingia um montante desproporcionado ao valor do Produto Interno Bruto Regional, originando um serviço de dívida incomportável pelos parcos recursos da Região. Esta intervenção deverá visar a consolidação da dívida em condições eventualmente mais favoráveis de prazo e de juros, admitindo-se mesmo que parte dela possa vir a ser assumida pelo Estado.

Seguidamente, haverá que criar as condições para que a Região possa vir a elaborar Orçamentos Regionais equilibrados, sem o recurso a estratagemas fictícios e dificilmente justificáveis como seja, por exemplo, o de considerar como receitas próprias da Região os impostos directos calculados com base na capitação nacional e que mais não seria do que disfarçar uma transferência do Orçamento do Estado.

Contudo, devo salientar que não me recuso utilizar este estratagema, porque é de um estratagema que se trata, uma medida puramente transitória e pontualmente exercitada.

Cremos, e isto é que é verdadeiramente inovador, que o equilíbrio do Orçamento da Região terá de ser alcançado com base em conceitos de solidariedade e de corresponsabilização entre os Órgãos de Governo nacional da Região. Solidariedade e corresponsabilização que encontram em domínios como a Educação, a Saúde e a Segurança Social o campo de actuação ideal para se exercitarem.

Entendemos que nesses domínios, o Estado tem especiais responsabilidades em assegurar as mesmas condições de acesso e o mesmo nível de serviços a todos os

portugueses por igual, independentemente da parcela de território nacional onde vivam.

É também nosso entendimento que, localizando-se esses serviços numa Região Autónoma, com Órgãos de Governo próprio e com competências especificamente atribuídas pela Constituição e pelo Estatuto, caberá à Região assumir uma parcela dessa responsabilidade; governar em autonomia é pois governar em solidariedade.

O grau de funcionamento desses serviços por parte da Região deverá ser feito na exacta medida das suas reais possibilidades. A sua quantificação deverá ser feita por nós Região e no âmbito do grupo de trabalho que está a preparar a proposta de Lei das Finanças Regionais.

Permitam-me aqui evidenciar a importância que damos à elaboração desta Lei de Finanças Regionais. Ela deverá reflectir a realidade económica e financeira da Região e permitir um relacionamento financeiro estável com o Estado, por forma a assegurar a elaboração de Orçamentos Regionais equilibrados e com um nível de investimento capaz de assegurar a coesão económica e social de todo o território nacional.

Uma palavra ainda para referir que os princípios de solidariedade e de corresponsabilização que preconizamos, se estendem igualmente ao domínio da fiscalidade. Nesse sentido, pugnaremos pela adaptação do sistema fiscal nacional à Região, por forma a assegurar uma pressão fiscal menor que a média portuguesa e europeia. Será esta, quanto a nós, a melhor forma de corrigir os sobrecustos derivados da insularidade, visto que uma medida desta natureza tem a vantagem de ser "geral" e abranger todos os que desenvolvem a sua actividade na Região e nela cumprem as suas obrigações fiscais. Privilegiaremos assim a utilização deste instrumento fiscal à adopção de outras intervenções de carácter casuístico e, porventura, geradores de outras desigualdades.

Ainda neste âmbito da fiscalidade e da sua adequação às realidades regionais, procuraremos assegurar a criação de um conjunto de incentivos fiscais dirigidos para o investimento produtivo que, conjugados com outros incentivos de natureza financeira, estimulam a modernização do aparelho produtivo e a criação de novos postos de trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O momento histórico que vivemos na nossa Região não é fácil. Todos nós temos consciência disso.

Estamos, no entanto, convictos de que é possível sair da encruzilhada em que nos encontramos, renovar a esperança dos açorianos e ultrapassar muitos erros e omissões do passado.

Estamos decididamente empenhados em melhorar novo rumo para a nossa economia. Um novo rumo que nos conduza ao lugar a que temos direito no país a que pertencemos e à União Europeia que estamos todos a construir.

Tenho dito.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra para pedir esclarecimentos o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte*(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda ontem nesta Câmara e por unanimidade dos seus membros, aprovámos um Voto de Saudação aos autarcas desta Região e ao Poder Local.

Li atentamente o Programa do Governo, ouvi com toda atenção a intervenção do Sr. Secretário Regional e verifiquei que nem da leitura, nem da intervenção que apreciei — de acordo com o diploma que ontem aprovámos e, nomeadamente na alínea c) da competência que lhe é conferida onde o Sr. Secretário também é responsável pela ligação ao poder local — ouvi uma única referência relativamente a esta matéria.

Daí que intervindo nesta Câmara, quero não só deixar registado aquilo que me parece uma lacuna injusta que contraria uma deliberação que tem certa de 24 horas desta própria Câmara, e uma vez que o assunto não foi falado, perguntaria ao Sr. Secretário Regional da tutela se este Governo Regional pretende, e em que medida, ligar ao poder local e com ele estabelecer protocolos?

De resto, algumas referências existem às autarquias no Programa do Governo, avulsas entre os vários departamentos, e posso citar aqui alguns que registei, nomeadamente na habitação, saúde e ambiente, mas gostaria de saber qual o tipo de

relacionamento que o Governo pretende manter com o poder local e mais importante que isso saber, porque é uma matéria — certamente quem ontem aprovou o voto que já aqui foi referido dela tem conhecimento — que está em discussão e tem sido muito falada, quer a nível nacional quer a nível regional, qual a disponibilidade deste Governo para o reforço do poder local, nomeadamente quanto à transferência de competências para o poder local e em que medida é que essas transferências se vão fazer.

Gostaria de saber se de facto há alguma orientação política do Governo relativamente a esta matéria.

Relativamente ainda ao poder local, o Sr. Secretário Regional e o próprio Programa do Governo referem alguns programas comunitários, como sejam o REGIS, TELEMATIC, o PRISMA e referem uma nova orientação para os fundos comunitários.

Ao nível do poder local, o fundo de coesão é um daqueles que por casualidade ou por descuido não aparece no Programa do Governo e é um dos programas em que as autarquias locais têm uma grande expectativa de poderem incluir projectos específicos para a execução das tarefas que lhe estão cometidas, nomeadamente na área do saneamento básico.

Essa inscrição desse mesmo investimento no fundo de coesão é tanto mais importante, quanto tanto se sabe, porque ela pode vir a libertar plafons que existem neste momento no Quadro Comunitário de Apoio II que, neste momento, as autarquias vão preenchendo com esse tipo de investimentos e que poderão libertar, no caso de terem acesso ao fundo de coesão, para outro tipo de investimentos e aumentos importantes a nível concelhio e das nossas ilhas.

Sobre este assunto, gostaria que me informassem qual o entendimento do Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, queria congratular-me com o tom em que o Sr. Secretário das Finanças abordou as questões financeiras.

Digo isto, porque percebi o cuidado que teve em fazer a sua intervenção e porque vem da banca, vem dos mercados financeiros e eu própria tenho alguma experiência como é que os mercados reagem a estas questões.

Queria aproveitar esta oportunidade para salientar todo o cuidado que é preciso pôr quando se trata destas matérias.

Apenas queria precisar uma questão.

Eu não estava cá há 20 anos, ao contrário do Sr. Secretário...

Secretário Regional das Finanças e Planeamento *(Roberto Amaral):* A Sra. Deputada ainda é nova!

A Oradora: Eu não quero ofender ninguém, nem quero respostas sobre isso.

Deputado Francisco de Sousa *(PS):* Isso é um elogio!

A Oradora: O que eu quero dizer é que não tenho qualquer responsabilidade nem tenho que justificar as competências transferidas e as correspondentes receitas financeiras.

Quero lembrar que o Orçamento da Região foi equilibrado até 1987 e mercê de um conjunto de circunstâncias que todos nós conhecemos e que não vale a pena agora referir, as coisas foram-se desequilibrando progressivamente chegando ao ponto a que chegaram.

Isto só para precisar que a transferência das competências e das receitas até talvez tenha acompanhado, mas o que é certo é que a evolução dos tempos se encarregou de desacompanhar.

Tenhamos todos consciência de que a Lei das Finanças Regionais que vier a ser aprovada terá o seu tempo de vigência e o seu prazo de validade, porque daqui a uns anos teremos novamente que ir rever aqueles critérios que se fixaram hoje, porque é assim mesmo. É o evoluir dos tempos, é o evoluir de despesas que nós controlamos. Foi isso que aconteceu em parte, o mesmo se verificando no que diz respeito às receitas, e aqui refiro-me ao Acordo das Lajes. É o evoluir das circunstâncias que vão condicionando a nossa actuação e quando chegarmos lá ou quem cá estiver há-de resolver o problema.

O Sr. Secretário deve conhecer o novo PIB. Queria referir que a nova proporção da dívida sobre o PIB é bastante menor, não chega aos 50% e estou a falar no sector

público administrativo que é o indicador que se usa, é o indicador que os países da União Europeia usam, é o indicador que Portugal utiliza e se queremos comparar, temos que comparar grandezas iguais. É isso que temos que comparar.

Quanto à solução para a Lei das Finanças Regionais, penso que em sede própria haverá oportunidade para discutir isso e julgo que não há uma única solução para chegar lá, mas sim variadíssimas. Provavelmente serão sempre soluções de compromisso entre várias soluções.

Quanto ao estratagema que referiu para o IRS e para o IRC, na minha opinião, ele tem funcionado muito bem com o IVA e além do mais é isso que se passa em todo o país quando se fala entre o Alentejo e o Minho, entre o Algarve e Lisboa, entre a periferia e o interior do país.

É aquilo que os países utilizam de forma indirecta sem que nós nos apercebamos disto.

Em relação às Regiões Autónomas torna-se mais visível, porque é preciso fazer uma conta, dividir pelo número de população e multiplicar pela nossa, mas não é mais do que aquilo a que temos direito como todos os portugueses têm direito nas regiões onde vivem. Isto sem qualquer espécie de prurido quanto a outras soluções desde que se resolva o essencial, ou seja, o equilíbrio orçamental.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional para prestar os esclarecimentos pedidos.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento *(Roberto Amaral):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Compreendo perfeitamente a preocupação do Deputado Joaquim Ponte na medida em que, até este momento, para além da sua passagem nesta Câmara como Deputado, tem exercido nos últimos anos funções numa autarquia.

É evidente que não referi o poder local e autárquico na minha intervenção. Podia tê-lo feito, mas optei por aproveitar o tempo centrando mais atenção nos domínios económicos e financeiros.

A discussão do Programa do Governo não acabou. Ainda haverá intervenções quer do Governo, quer da bancada que apoia o Governo, e este assunto certamente também será abordado com profundidade.

Ele consta do Programa do Governo só que não está num capítulo específico. São medidas que atravessam horizontalmente todo o Programa, elas estão dispersas, mas esta preocupação com o poder local e autárquico não está de maneira nenhuma afastada das preocupações deste Governo.

É evidente que nós tencionamos acompanhar com a maior atenção e de perto a nova Lei Quadro de Atribuições e Competências para as autarquias, municípios e freguesias, e acompanharemos também o novo regime financeiro das autarquias locais e aí sim, com particular atenção, porque nós temos consciência de que a percentagem das verbas que vão para as autarquias do total das receitas nacionais, quando comparadas com outros países da Europa, são extremamente reduzidas. Isto quer dizer, que poderão ser transferidos para as autarquias muitos poderes que hoje elas não exercem.

Queremos também chamar a atenção para que nesta transferência de competências para as autarquias, é necessário ter o máximo cuidado possível, no sentido em que essa transferência de verbas deverá ser acompanhada dos necessários meios financeiros para fazer face a elas.

Isto já tinha sido reconhecido no século passado e no Projecto de Lei de 2 Março de 1895, já estava explícito um preceito desta natureza, pelo menos nos trabalhos preparatórios.

Acompanharemos esta matéria com a máxima atenção.

Quanto às observações da Sra. Deputada Berta Cabral, V. Exa. não pôs nenhuma questão em concreto, mas de qualquer maneira quero referir que, em princípio, todos os orçamentos são equilibrados. Um orçamento é um balanço que o lado das despesas tem de dar igual ao lado das receitas. Se não der, alguma coisa ficou para trás por resolver, ou por se concretizar.

A questão não é do orçamento equilibrado. A questão está na origem das receitas para tornar esse orçamento equilibrado, porque as receitas próprias da Região são fracas, as transferências do Estado têm sido inferiores às necessidades e a Região foi

empurrada para níveis de endividamento que poderiam ser evitados se de outra forma se tivessem debruçado sobre este assunto.

Os orçamentos são equilibrados. O que está em causa é a selecção dos meios para fazer face a essas necessidades.

É evidente, Sra. Deputada Berta Cabral, que eu concordo em absoluto consigo quando diz que estes problemas financeiros têm que ser tratados com muito cuidado e que devem constituir quase matéria supra-partidária, principalmente quando se está a analisar estas questões do lado das receitas, porque do lado das despesas, aí eu já não estou tão de acordo consigo, porque é aí que se colocam as opções dos investimentos, que se coloca verdadeiramente a nova arte de governar. É aí que ela se exercita e é precisamente aí que se diferenciam as estratégias dos diferentes partidos.

Se fosse tudo supra-partidário, estaríamos quase aqui numa união nacional, mas não será o caso certamente.

A luta política vai desenvolver-se e esperemos que acesa e compatível neste problema dos investimentos, ou seja, na aplicação dos dinheiros públicos, porque do lado das receitas creio que será salutar e benéfico para a nossa autonomia que possamos dar as mãos e conseguir o máximo possível para a nossa Região, mas tendo subjacente um modelo coerente e é isto que nós vamos procurar combater e introduzir no nosso sistema.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Há de facto referências avulsas ao relacionamento deste Governo com o poder local e eu próprio já tinha referido isso.

Todavia, nota-se uma preocupação de referir em capítulos próprios o relacionamento deste Governo com o poder central. De resto, o Sr. Presidente do Governo referiu essa matéria na sua intervenção, isto é, o relacionamento deste Governo, por exemplo, com a Região Autónoma da Madeira, que ainda hoje aqui foi falado, também com os Estados Unidos.

Não me parecia despropositado que, relativamente a uma fracção de poder importante desta Região, houvesse algum tratamento e alguma consideração.

Todavia, e pegando nos esclarecimentos que me foram prestados pelo Sr. Secretário, há um princípio com o qual estamos inteiramente de acordo e julgo que toda a gente estará, ou seja, a transferência das competências corresponder à transferência dos meios que naturalmente permitem a execução dessas competências.

No entanto, muito embora no Programa do Governo se diga "de forma avulsa se refiram alguns sectores de colaboração com as autarquias locais", em nenhum destes sectores é clara qual a intenção deste Governo em colaborar com as autarquias locais, nomeadamente na eventual transferência de competências e era isso que pretendia ver esclarecido se for possível.

Outra questão que coloquei, mas certamente escapou ao Sr. Secretário Regional, e que na minha opinião não é menos importante que esta, diz respeito à expectativa de acesso das autarquias locais ao fundo de coesão e à libertação de plafonds no Quadro Comunitário de Apoio, que neste momento está em vigor.

Eu coloquei esta questão ao Sr. Secretário, mas não obtive resposta e por isso pedia-lhe se tivesse possibilidade que me esclarecesse este assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para precisar uma questão.

Longe de mim pensar que a construção orçamental do lado da despesa fosse uma questão supra-partidária.

É óbvio que o orçamento é um instrumento de política e, sendo assim, é um instrumento do Governo e das suas políticas.

Mas para que não houvesse dúvidas, eu precisei isso e está escrito. Sempre afirmei nesta Câmara e fora dela, nesta e noutras funções, que as questões de natureza financeira que envolvem o Estado e a Região, se situam num plano supra-partidário.

Não só faço questão de dizer que é entre o Governo Regional e o Governo Central, como faço questão de dizer que é do lado da receita que essas questões se põem, como é óbvio.

Só para esclarecer isto, porque de resto estamos de acordo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Roberto Amaral.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento *(Roberto Amaral):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação ao Sr. Deputado Joaquim Ponte, eu também faço notar que no vosso Programa Eleitoral, eu não vi nenhum capítulo dedicado exclusivamente ao poder local e autárquico. Mas de qualquer maneira isso é um aparte.

Deputado Victor Cruz *(PSD):* O Sr. Presidente do Governo quando se sentava aqui costumava dizer que não era isso que estava em questão.

O Orador: Quanto à transferência de competências e atribuições, é evidente que nós acompanharemos esse processo e daremos todo o nosso apoio a tudo aquilo que for reforço de competências no que se refere ao apoio ao desenvolvimento, aos incentivos locais de combate ao desemprego, à colaboração no domínio da rede de cuidados de saúde primários, à defesa do ambiente, combate à poluição, ordenamento do território, fomento de iniciativa local e das potencialidades endógenas da sua área — aqui, devo notar que neste campo já se estão a tomar iniciativas muito interessantes sobre esta matéria — combate à exclusão social e à pobreza. Enfim, tudo isto são questões às quais nós daremos a nossa maior atenção.

Quanto ao Projecto de Fundos Comunitários, como ressalta da minha intervenção, nós iremos tentar aproveitar o máximo possível deles, quer para os investimentos do Governo, quer para os investimentos da iniciativa privada, ou para os investimentos das autarquias, como sejam câmaras municipais ou juntas de freguesia.

É tudo.

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos até às 17.30 horas.

(Eram 17.15 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que tomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 17.35 horas)

Para conhecimento dos Srs. Deputados, informo que o **Grupo Parlamentar do Partido Socialista** ainda dispõem de 4 horas, 1 minuto e 45 segundos; **o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata** de 3 horas, 10 minutos, 40 segundos; o **Grupo Parlamentar do Partido Popular** 20 minutos e 45 segundos; a **Representação Parlamentar do Partido Comunista Português** de 11 minutos e 15 segundos; e o **Governo** de 2 horas, 22 minutos e 20 segundos.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

À forte acção positiva desencadeada na década de oitenta que visou a reconversão das frotas e um melhor conhecimento das áreas disponíveis, seguiu-se um período de alguma estagnação no sector das pescas, um sector rotulado de prioritário - que mais não fosse como resultante dos recursos marinhos existentes na nossa extensíssima Zona Económica Exclusiva.

A Nova Política Comum de Pescas aponta para medidas que, inevitavelmente, vão bulir com o "status quo" do sector.

Acresce dizer que os profundos, e parece que cada vez mais acentuados desequilíbrios sócio-económicos do mundo em que vivemos, revolucionam os mercados gerando a insegurança, os atropelos e quebras inesperadas.

Nesta fase de implementação de uma nova política de pescas há que teorizar objectivos que são autênticos desafios sintetizados no Programa de Governo ora em discussão.

Para vencer? - É uma pergunta - Gostaríamos e lutaremos para que isso aconteça. Mas certamente não são poucos os escolhos.

Comecemos por aquilo que é fundamental, que é nosso: a preservação e defesa dos recursos existentes.

A nossa Zona Económica Exclusiva abrange, aproximadamente, 938.000 quilómetros quadrados, enquanto o total da superfície terrestre das nossas ilhas, digo-o por curiosidade, é, somente de 2.305 quilómetros quadrados.

A topografia dos Açores não favorece o desenvolvimento, em larga escala, de pescarias de espécies demersais.

A plataforma continental do nosso Arquipélago tem uma área útil aproximada de 3.500 quilómetros quadrados, devido ao relevo vulcânico acidentado das Ilhas, à existência de profundas fossas submarinas e de bancos dispersos.

Todas estas condicionantes advertem contra uma pronunciada intensificação do esforço de pesca, sob pena de se produzirem danos irreversíveis nos mananciais das espécies demersais.

Já foram lançados alertas em relação a algumas espécies sobretudo a espécie "goraz". Neste contexto é urgente defender os interesses da pesca açoriana junto da União Europeia.

Os nossos tradicionais bancos de pesca não suportam um superpovoamento. Pelo contrário, a nossa pescaria de atum pode expandir-se embora o índice de expansão não se encontre ainda avaliado.

Por isso, as negociações, a nível da União Europeia, são de cabal importância. É que à expansão de frotas tecnologicamente apetrechadas, corresponde uma diminuição acentuada de recursos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sempre dissemos, nesta Assembleia, que a investigação científica não acompanhou o esforço de renovação no sector e sempre a consideramos como seu parente pobre (basta averiguar e constatar as condições em que se trabalha no Departamento de Oceonografia e Pescas). Não está em causa a competência de quem lá trabalha, mas sim as condições em que se trabalha.

O Navio oceonográfico "Arquipélago" veio reforçar a componente científica das Pescas. Permite a colheita de dados, cobrindo áreas científicas essenciais de Oceonografia, biologia e geologia marinha, a experimentação de novas tecnologias pesqueiras, numa palavra, um conhecimento mais aprofundado dos nossos recursos.

Neste capítulo há uma questão importante que sempre se levanta quando falamos das pescas. Os recursos financeiros são sempre injectados no departamento através da Secretaria da Agricultura e Pescas. Esperamos e temos a certeza de que continuará a

ser assim, poderemos é questionar se de facto a nível global e geral da ciência e investigação, se essa é a melhor solução.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Consideramos a formação adequada dos pescadores e empresários de capital importância nesta fase de definições urgentes. Forçar e reforçar uma consciencialização de que a união entre armadores e a alteração dos hábitos de pesca relativamente aos pescadores são um problema crucial cuja solução não pode ser protelada.

Perante uma certa crise que existe e que não pode ser disfarçada, todos os factores coadjuvantes são imprescendíveis para uma maior produção e consequente rentabilidade.

É preciso apanhar peixe, muito peixe nos mares dos Açores. E, no caso do atum, transformá-lo aqui: Importa-se peixe! É fácil de dizer. E a qualidade que é o nosso trunfo num mercado altamente competitivo?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A situação que, neste momento, acontece nos Açores em relação aos tunídeos, é uma situação deveras preocupante.

Bastaria uma das nossas melhores fábricas, por exemplo a COFACO na Madalena do Pico, para laborar todo o peixe apanhado pelas traineiras que estão a pescar nos Açores.

Deputado João Cunha *(PSD):* E fecha-se as outras?!

O Orador: Como todos sabem, nós temos algumas fábricas espalhadas pelos Açores e algumas de grande porte e dimensão.

Dois problemas se colocam aqui e urgentes:

- A nossa frota está ou não adaptada às circunstâncias da pesca nos Açores? Nós estamos a laborar peixe importado. Como todos sabem, esse peixe não tem nível e não pode ser apresentado num país como a Itália, como peixe originário dos Açores.

Para a Itália vai peixe seleccionado, normalmente apanhado nas águas dos bancos que ficam a Sul do Faial e Pico, peixe esse laborado nas fábricas da Madalena e Horta. As outras laboram peixe importado, embora estas também o façam na época em que há uma baixa de capturas.

Este é um problema grave com que nos deparamos neste momento.

A nossa frota existe, foi uma frota estudada e planeada e todos nós sabemos quais são as características dessa frota, o seu alcance, a sua autonomia e a sua capacidade de apanhar peixe.

Ou vamos apanhar peixe, muito peixe, porque durante anos sonhámos com o limite de 20 mil toneladas e nunca conseguimos atingir esse "plafond", ou então pode pôr-se à pesca dos tunídeos um problema grave. Nós não temos peixe, nosso, açoriano, para ser trabalhado e vai diminuir, com certeza, substancialmente a nossa aposta a nível internacional com peixe que tem qualidade e isso é indiscutível, sobretudo em competição com peixes que vêm de outros países, nomeadamente da América Latina e do Oriente.

A ponderação deste factor exige limites de acção.

Na vertente da formação este governo tem um papel importante a desempenhar. Na linha da solidariedade, bandeira nossa nunca regateada.

É que na evolução e progresso das pescas vislumbram-se flagrantes assimetrias. Há uma diferença abissal entre o pescador que tem nível, - existe nos Açores - doseia o esforço e planeia a vida, e o pescador arreigado a hábitos ancestrais, acomodado a situações onde campeia a miséria social, moral e, muitas vezes, até a fome.

Não tem sido fácil, e toda a gente sabe, promover este tipo de pescador, enquadrá-lo numa actividade rentável, arrancá-lo de barcos obsoletos, mudar-lhe a mentalidade. É uma tarefa urgente que urge enfrentar.

Deputado Victor Cruz *(PSD)* : É verdade!

O Orador: O Governo que está ali não pode, de um dia para o outro, alterar uma política de pescas cimentada durante anos, nem vai dizer agora que a frota tem que modificar-se porque os barcos têm que ser diferentes.

Mas, com certeza, que pode - e ninguém pode exigir-lhe isso - lutar para que de facto se resolva este problema social que como todos sabem é bastante grave.

Uma política social de apoio às Comunidades fortemente dependentes do sector, passa, necessariamente, por uma formação profissional diversificada que atinja os objectivos em vista. Continuamos a constatar que o nosso pescador é um prático,

filho do mar revolto e traiçoeiro. Aprende no barco, o remo é a pena, a borda a carteira.

A viragem tem de passar forçosamente pela Escola, porque não poderão ser apenas os pescadores os faltosos, os incapazes ou os pobres. Não será justo olhar-se para este problema em termos meramente economicistas e dizer-se que o que interessa é obter boas capturas, seja com quem for ou como for. Se a pesca gera riqueza e é uma área importante de desenvolvimento, há tanta gente nos Açores, em zona de tradição piscatória, tremendamente carenciada que tem de entrar na nova ordem que, inevitavelmente se vai estabelecendo.

Se não se inverter esta situação podemos caminhar para situações deveras dramáticas.

No âmago de toda esta problemática que envolve as pescas este aspecto não pode ser, de certeza, o último a ser considerado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É neste mar que nos rodeia que assenta a nossa Zona Económica Exclusiva, pressuposto essencial para uma política de pescas, património precioso a salvaguardar.

A salvaguarda desta Z.E.E. passa por uma fiscalização apertada que deve merecer total empenhamento por parte do Governo Regional e prioridade em acordos, quer a nível nacional quer a nível internacional.

É certo que Portugal, membro de pleno direito da União Europeia tem, forçosamente de entrar em acordos bilaterais com os seus parceiros, alguns deles fortemente equipados e com apetências expansivas no sector pesqueiro. Aqui também a firmeza nas negociações e no direito ao usufruto das contrapartidas, por parte da Região, é fundamental.

Esperemos que aqui também o diálogo e a compreensão prevaleçam sempre para bem dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nestas ilhas beijadas pelo mar já houve pescadores sem barcos. Agora há barcos à espera de pescadores. Mas poderá haver barcos e pescadores e não haver peixe!

A pesca é uma área aleatória que gera contrastes, que roça a esperança e o desespero.

Quem anda no mar balança.

As pescas balançam por vezes entre a esperança e o desespero.
Esta, apesar de tudo, é uma hora de esperança.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.
Deputado António Almeida *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Iniciada esta VI Legislatura cumpre-me nesta minha primeira intervenção formal, saudar V. Ex.ª Sr. Presidente, os restantes membros da Mesa, todos os Srs. Deputados, bem como o Sr. Presidente do Governo e os Srs. Secretários Regionais, desejando sinceros votos de um profícuo desempenho das mais nobres tarefas na condução da política económica e social a bem do desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores e da melhoria do bem estar e da condição de vida do povo açoriano.
Entendeu o povo eleitor dos Açores, a 13 de Outubro passado, alterar o cenário parlamentar e governativo dos Açores.
A decisão dos açorianos obriga-nos, responsavelmente a interpretar as vontades expressas, no sentido de evitar uma governação em maioria permitindo, no entanto que a governação fosse assegurada pelo Partido Socialista, legitimando também no quadro parlamentar o mesmo número de deputados para os dois maiores partidos regionais.
Apreciamos, agora no Programa do Novo Governo, um conjunto de princípios e de objectivos que em muitos dos seus aspectos em nada se diferenciam de princípios e objectivos anteriormente defendidos nesta Assembleia.
Resta-nos a dúvida, face aos que, na vivência parlamentar da última legislatura se questionavam, momento a momento, sobre as decisões básicas da governação social democrata.
Receamos seriamente que alguns princípios fundamentais para o desenvolvimento sócio-económico dos Açores possam ser postos em causa quando a Região é governada pelo PS e o PS "governado pelo PP".

É este o Programa anunciado, que sendo do PS é comungado pelo PP, pelas supostas adequações que certamente de forma generosa acolheu, que ditará as regras da nossa governação nos próximos anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Li atentamente os pressupostos que fazem entender os Açores como uma Região produtiva e continuo sensível às preocupações dos agricultores dos Açores e das suas organizações quanto ao futuro das suas empresas.

Preocupa-me que na base de todos os objectivos preconizados neste Programa se procure tentar compatibilizar medidas de necessária intervenção na economia agrária defendidas pelos políticos socialistas, com os princípios da economia de livre mercado e de desintervenção do Governo no funcionamento da dita economia sempre apresentados e defendidos pelo Partido Popular.

No caso do sector Agrícola há princípios inconciliáveis se se tiverem em conta os factores que condicionam o seu progresso e desenvolvimento.

Refira-se, a propósito, que é imprescindível considerar a manutenção do rendimento dos agricultores, garantir condições no sentido de permitir a modernização das explorações agropecuárias, por forma a que se obtenha desenvolvimento tecnológico e melhores condições de vida aos empresários agrícolas e suas famílias, de acordo com os padrões aceitáveis e orientadores das sociedades modernas.

A mudança agora ocorrida que proporcionou a existência de novos protagonistas na governação açoriana criou, face ao manancial de compromissos eleitorais apresentados, uma grande expectativa junto dos agricultores, das associações e das cooperativas agrícolas.

É bom não esquecermos que apesar dos múltiplos problemas que o sector sofreu nos últimos anos, as medidas de política postas em prática em anteriores governos mereceram amplo diálogo com os representantes do sector.

As expectativas a que me refiro não são menos visíveis do que as manifestadas em tempo de campanha eleitoral.

Não deve este Programa, no meu entender, anunciar para os Agricultores um novo rumo para simultaneamente suportar-se nos mesmos princípios até agora postos em prática.

É fácil assim reconhecer que estivemos no caminho certo e que a cada momento se defenderam estrategicamente os melhores objectivos.

Foram os senhores, outrora na oposição, que sistematicamente não se reviam nas linhas programáticas da política sectorial agrícola.

Mas é preciso saber esperar. Esperar pela concretização de medidas, das soluções diferentes consubstanciadas pelo anunciado volume financeiro ansiosamente aguardado pelos agricultores dos Açores.

Estamos certos que, com a capacidade de auto-financiamento esperada e com a aplicação dos programas comunitários em vigor, ao abrigo do II Quadro Comunitário de Apoio, não apenas se atingirão os objectivos apresentados neste Programa, como eventualmente poderá este a vir a ser reformulado para que assim seja possível a concretização de outras medidas ainda não divulgadas e que certamente muito agradarão aos empresários agrícolas.

Apesar desta verdade anunciada, de nada valerá apena condicionar a evolução futura da economia regional à referida crise financeira da Administração Regional, não fossem os senhores conhecedores desta mesma situação financeira e que garantidos na obtenção de outras formas de financiamento que não as até agora utilizadas permitir-vos-ão, no caso da agricultura, avançarem na concretização rápida de um ambicioso conjunto de medidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Existem quatro vertentes fundamentais cujas orientações da Política Agrícola se obrigam a respeitar sendo elas:

A Manutenção do rendimento dos agricultores.

A Manutenção do investimento privado por forma a que permita a continuação do processo de modernização das empresas agrícolas.

A Manutenção do investimento público a níveis consentâneos com a resolução dos problemas estruturais que condicionam o desenvolvimento do sector.

A compatibilização da política agrícola com a importância e a evolução dos mercados interno e externo.

Não vislumbro neste Programa referências à manutenção do rendimento dos agricultores, matéria que preocupando o espaço europeu em que nos inserimos, obrigou à criação de programas específicos nesse sentido.

Deduzo que a actual orientação se faz essencialmente no sentido do investimento e da procura exclusiva da solução dos problemas estruturais do sector.

Pelo que me apercebo e em relação aos programas sectoriais comunitários, proceder-se-á à renegociação dos seus objectivos, certamente em relação às suas fichas financeiras face à nova capacidade de auto-financiamento e de investimento na agricultura que este Governo pretende atingir.

A orientação no sentido de garantir a prioridade para o vector leite-lacticínios e carne, parece manter-se o que certamente comprova e reconhece que, com a globalização dos mercados agrícolas, se optou no passado por optimizar as atenções da superfície agrícola açoriana e potenciar a vocação dos nossos produtores agrícolas.

Esta foi a melhor forma de garantir uma maior valia para cada pedaço da nossa terra.

Não nos envergonha. Antes pelo contrário nos engrandece.

Não deve haver receio algum de assumir que a principal riqueza da nossa Região está na produção de leite e lacticínios, responsável pela manutenção de uma longa cadeia de interesses, de indústrias, de comércio e de serviços.

Integramos, apesar de tudo, mercados fortemente concorrenciais utilizando mecanismos de idoneidade duvidosa e com capacidade demolidora.

Veja-se o exemplo do que acontece nos nossos próprios e diminutos mercados açorianos, quando pensamos que a nossa ultraperificidade e dimensão pode funcionar como uma forma de protecção assim não acontece e na área de lacticínios já aparecendo em algumas grandes superfícies leite espanhol a preços mais baixos do que os praticados pelas empresas regionais. Refira-se, a propósito que o mesmo é produzido em países onde se paga melhor aos produtores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Partindo do princípio que governar é decidir e num espírito de grande diálogo, será necessário fazer opções, medir prioridades.

Não haverá um bom desempenho governativo se não acontecer um imprescindível e bom relacionamento com todos os parceiros sociais do sector.

Aliás, assim bem sabe o novo titular do governo para o sector que desempenhando outrora tarefas de assessoria técnica a organizações de agricultores, conheceu a sua importância e o seu empenho na definição das políticas para a Agricultura.

É por isso necessária a existência de estruturas associativas capazes em todas as ilhas dos Açores, pois estas serão o sentir dos agricultores.

Precisam de continuar a melhorar a sua capacidade técnica e necessitam de adequados meios de financiamento, bem como que se estabeleçam contratos programa para a prestação de diversos serviços à produção.

Um outro factor que considero importante para garantir a continuidade e o rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola, é a existência de novas empresas agrícolas e de jovens agricultores com as condições que se impõem, por forma a tornar atractiva a sua fixação nos meios rurais e no desempenho desta actividade.

O programa do actual Governo não faz nenhuma referência neste sentido, quando se sabe que o jovem agricultor detém na União Europeia um estatuto próprio e reconhecido.

Penso que nesse sentido e visto que se pretende renegociar programas sectoriais comunitários, deve-se ter em atenção medidas específicas destinadas aos jovens agricultores em regiões insulares e ultraperiféricas como a nossa onde as questões de emprego se tornam cada vez mais pertinentes.

Gostaria de situar-me agora num conjunto de preocupações sectoriais de S. Miguel e que pelo peso da Agricultura da ilha no contexto regional, condiciona o comportamento da economia.

Existem dois grandes projectos de investimento na ilha que irão alterar o panorama do sector do leite e da carne nos Açores. Trata-se da construção da nova fábrica de leite da lavoura, concretizada pela Unileite, e da construção do novo matadouro industrial.

Obras com um volume de investimento considerável, decididas no passado recente e que devem merecer a melhor das atenções dos novos governantes.

Tratar-se-ão de investimentos que irão interferir no desenvolvimento do sector durante os próximos 20 anos.

Será necessário não apenas aprovar os novos investimentos, mas também e fundamentalmente orientar as políticas, por forma a que tenham sucesso para bem de toda a Região. Apesar disso, é preciso contribuir para que entretanto os preços do leite e da carne à produção se mantenham a níveis que garantam o rendimento.

Nas considerações efectuadas no Programa do Governo que enquadra os princípios que dão ênfase ao título "Uma Região Produtiva", são feitas referências ao facto da actual especialização produtiva regional apresentar debilidades, consubstanciando que a mesma "assenta em sectores agro-industriais maduros com fracas expectativas de crescimento".

Penso que, ao considerar a produção leiteira e as indústrias ligadas ao sector como as que garantindo a especialização produtiva referida, mas também as de melhor desempenho de maior importância económica e financeira, não poderá partir-se do pressuposto que neste caso existem fracas expectativas de crescimento.

Não é o que temos assistido com o aparecimento de investidores externos, de novas unidades e das próprias expectativas de cooperativas que pretendem investir ou reestruturar indústrias de lacticínios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Ilha de S. Miguel, pela sua dimensão, reveste-se na Agricultura, de problemas estruturais que obrigam a volumes de investimento diferenciados.

É preciso que, aceitando naturalmente esse pressuposto, tal se venha a particularizar nas acções e no financiamento do próximo Plano a Médio Prazo.

São exemplo disso as preocupações no que respeita à extensa rede de caminhos de acesso às explorações e de abastecimento de água imprescindíveis, ao sucesso dos novos critérios de classificação de leite.

No que respeita à diversificação cultural, é preciso aceitar que a dimensão e a importância de algumas produções é relativa, pelo que não é comparável à dos sectores liderantes.

Contudo, existem em S. Miguel um conjunto de agro-indústrias nas áreas por exemplo da transformação da beterraba, do tabaco, da chicória e do chá, cuja sobrevivência depende da existência de condições para a produção das suas matérias primas que importa ter em conta.

Acrescem a estas áreas algumas produções de subtropicais, com interesse para exportação, bem como na área da hortofruticultura com interesses para o abastecimento regional e que parecem vir a ser tidos em conta.

Em relação às actividades de vulgarização, é necessário potenciar a utilidade dos bons técnicos que a Região tem, criando melhores condições para o desempenho da sua função próximo dos agricultores.

Há decisões em Agricultura que se assumem semana a semana e para tal é fundamental garantir o diálogo permanente com os agricultores e assim espero venha a acontecer, adoptando as estratégias adequadas à realidade produtiva de cada ilha, afastando a criação de modelos de desenvolvimento que apesar de teoricamente sustentáveis, nada têm a ver com as características específicas da nossa Região.

Aproveito para, em jeito de esclarecimento sobre algumas das questões hoje aqui enunciadas, focar alguns aspectos fulcrais do Programa do Governo.

Lamento que destinados que foram os momentos de hoje nesta Assembleia ao sector agrícola, ouvidos os princípios gerais do Programa deste Governo, não tenha sido possível concluir das práticas que materializarão este Programa.

Não o pudemos ouvir do Sr. Secretário Regional.

Referências que foram feitas ao problema da disponibilidade da Quota Leiteira da Reserva Nacional merecem dizer que houve já oportunidade, a devido tempo, de ter sido explicado que o pedido de quota pela RAA foi efectuado e não mereceu imediata resposta do Governo da República.

Aliás, uma das questões colocadas por um senhor deputado do GP do PS no período destinado às perguntas ao Governo, foi precisamente saber da situação dos projectos entrados no IFADAP e que aguardam disponibilidade de quota.

Assim, estranho pelo facto do Sr. Secretário de Estado da Agricultura o ter anunciado em plena campanha eleitoral.

Penso que assim nada haverá a temer.

Quanto aos perímetros de ordenamento agrário, alguns com projectos já finalizados, aguardam já a sua execução a exemplo do que aconteceu nas duas maiores bacias leiteiras da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nunca abandonei a ligação e o permanente contacto aos que considero serem as minhas bases, a razão da minha permanência na vida pública e aqui estarei para protagonizar uma oposição responsável.

Como sabem os que aqui desempenharam funções na última legislatura, sempre me prontifiquei a manifestar as mais diversas preocupações dos agricultores dos Açores.

Assim continuarei a fazê-lo com o posicionamento de quem apresenta propostas e fiscaliza os actos do Governo, contribuindo assim para o progresso do sector agrícola na Região, fazendo voz das mais prementes preocupações daqueles que trabalham a terra e a valorizam.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores *(Carlos César):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que algumas das observações — e algumas até muito pertinentes — formuladas pelo Sr. Deputado António Almeida, vão ter a resposta do Governo Regional, porque são questões importantes e até subscrevo algumas delas.

Mas informo que não vai ser possível obter agora essas respostas do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, porque ele teve que se ausentar da Região para que não perdêssemos a oportunidade de apoiar e votar a candidatura do Dr. Adolfo Lima a Secretário Permanente da ICCAT.

Como quisemos defender essa candidatura que o Governo Regional dos Açores também apoia, V. Exa. certamente, com paciência, terá em conta que foi mais importante essa viagem para esses efeitos, do que a resposta imediata que, a todo o tempo, lhe poderá ser dada sobre as matérias que colocou. Por isso não tem resposta em nome do interesse regional.

(Risos da bancada do Governo)

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Silva Melo.

Deputado António Silva Melo *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção irá centrar-se sobre dois temas que sempre me foram caros nesta Assembleia. Um deles é a cultura e o outro o ambiente.

Mas antes de iniciar, gostaria de fazer aqui um reparo a duas afirmações que hoje foram feitas nesta Sala sobre esses dois temas, sendo o primeiro proferido pela Sra. Deputada do PSD que, daquilo que conheço dela, estou em crer que deve ter havido uma certa expressão menos correcta.

V. Exa. afirmou aqui que estava muito admirada por se dar uma grande extensão e desenvolvimento a um capítulo do Programa do Governo relativo a Bibliotecas.

Queria chamar-lhe a atenção, porque julgo que não porá em causa que numa Região culturalmente atrasada como a nossa, a leitura ao domicílio nunca será demais falar nela e desenvolvê-la o mais possível.

A outra afirmação que aqui foi feita e a qual eu considero muito grave e que me faz pensar que não estou nos Açores, em Portugal e se calhar na Europa, estarei talvez numa República centro-africana, no mais recôndito da sua floresta interior, foi dizer-se aqui, por um Sr. Deputado do PSD — e espero que isso não traduza a orientação da sua bancada — que os interesses da agricultura sempre se deverão sobrepor aos do ambiente. Pelos vistos, quererá dizer que continuaremos, em nome deste princípio de sobrepor à agricultura e ao ambiente, a deixar assessoriar a Lagoa das Furnas, deixar que a eutrofização das lagoas continue em nome do interesse de meia dúzia de lavradores e deixar que se continue a delapidar a Lagoa do Fogo, em nome do interesse de meia dúzia de produtores de ananás. Julgo, seriamente, que nenhum de nós subscreverá tal afirmação, a não ser o Sr. Deputado que a fez.

Em vez de pensar que estou no século XX parece que me levou de novo ao século XIX ao afirmar — e cito — "...um certo fundamentalismo ambientalista que alguma classe académica universitária tem vindo a defender". Só no século XIX é que se

falava no conflito cidade/campo, no conflito sociedade rural/sociedade citadina/ sociedade universitária."

Não sei se esta será a posição do PSD nesta matéria. Contudo, não poderia passar sem fazer este reparo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Numa intervenção que efectuei na anterior legislatura citei uma frase de José Marti proferida em finais do Séc. XIX e que considero de uma actualidade sempre presente, "ser culto para ser livre".

Esta frase, na sua simplicidade, tem uma força política e um peso cultural imenso.

É que a verdadeira liberdade alcança-se pela cultura. Quanto mais culto for um povo, maior será a sua capacidade interventiva, quanto mais culto for um povo maior será a sua compreensão do mundo e da vida.

Vêm estas palavras a propósito do programa do VII Governo Regional, no que se refere ao domínio da cultura.

Quero mesmo regozijar-me com os propósitos do VII Governo Regional em termos culturais.

Desde logo, a articulação da educação com a cultura, constitui um objectivo assinalável que sempre defendi.

É que o ensino da Matemática ou da Física nunca esteve em oposição aos processos da cultura.

Ambos se complementarizam, ambos constituem dois fins a atingir por uma sociedade que se quer participativa e livre.

Um economista sem cultura é tão mau, ou melhor dizendo, é pior que um analfabeto sem cultura. É que aquele, pela sua formação técnica, pode vir a ter nas suas mãos o poder político e pode manipular a seu bel prazer uma sociedade ou um povo inteiro, o que nunca poderá acontecer com o segundo, o qual infelizmente vê passar-lhe ao lado todos os benefícios das sociedades modernas.

Outro ponto deste Programa de Governo que me cumpre salientar, é o que se refere à valorização e revitalização do património cultural açoriano.

Tem-se assistido nestes últimos anos a verdadeiros atentados contra o riquíssimo património cultural de todas as nossas ilhas.

Tem-se permitido com a conivência de todos, desde as autarquias às entidades governamentais, a prática de verdadeiros atentados contra o património arquitectónico de cidades, vilas e aldeias.

Dispenso-me de mencionar casos concretos, pois eles são tão evidentes e do conhecimento de todos que nem vale a pena estar a enumerá-los.

Mas aqui chamava também a atenção de todos que o património cultural a preservar não é só o nosso património arquitectónico.

Lembro que o património natural é outro património riquíssimo, e há que preservar com toda a urgência, pois é verdadeiramente criminoso o que se vê proliferar um pouco por toda a parte.

Só para mencionar um caso concreto, refiro o que se está a passar em algumas Fajãs de S. Jorge onde, com a conivência das autarquias, crescem indiscriminadamente verdadeiros monstros de betão que estão a desvirtuar aquela paisagem única em todas as nossas ilhas.

Deputado António Gomes *(PS):* Muito bem! Muito Bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Também neste Programa merece uma referência muito especial a política cultural em matéria de bibliotecas.

O livro não se fez para estar fechado nas estantes. O livro foi impresso para ser lido.

Se este propósito não for atingido, o livro é algo de morto que não serve a ninguém.

Já que as pessoas não vêm aos livros, criem-se processos para levar os livros às pessoas e nada melhor para atingir este propósito do que a criação do empréstimo domiciliário do livro, como muito bem propõe a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Igualmente contribui para a democratização do livro e para o seu livre acesso a todos, ainda mais numa Região como a nossa em que os hábitos de leitura são dos mais baixos do país, para não dizer da Europa, a criação de uma Rede Regional de Leitura.

O anterior Governo Regional deu alguns passos tímidos nesta matéria, mas acabou por nunca passar das boas intenções e a Rede Regional de Leitura acabou por nunca ver a luz do dia através de um diploma regional que a criasse e implementasse.

Que este Governo crie rapidamente as condições para que a Rede Regional de Leitura seja uma realidade, no mais curto espaço de tempo possível.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Por último, duas palavras para a criação de programas culturais para as nossas comunidades emigrantes.

A melhor forma de apoio que a Região pode dar aos seus emigrantes, é pela via da cultura, divulgando junto deles os nossos artistas e apoiando programas culturais nas mais diversas vertentes.

Este programa merece, pois, o meu inteiro apoio e aprovação.

Com este programa, o VII Governo Regional deu um grande passo para que o povo dos Açores seja mais culto e, tal como disse José Marti, seja enfim, mais livre.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Cultura é um conceito abrangente. Não devemos apenas entender a cultura apenas no sentido tradicional do termo.

Cultura é também o respeito pelo nosso ambiente, cultura é também a preservação da nossa paisagem e a preservação do nosso património natural.

Estes últimos 20 anos têm sido um atropelo constante à preservação desse vastíssimo património natural que constitui uma das nossas principais riquezas e um dos nossos mais importantes atractivos turísticos.

Visitar a Lagoa do Fogo no concelho da Ribeira Grande, é um acto turístico, porque o turismo não se faz só de fora para dentro, o turismo faz-se também cá dentro das nossas ilhas, connosco próprios e é para nós próprios, em primeira linha, que temos de preservar aquilo de mais belo que a natureza nos ofereceu.

Mas como é que se pode preservar essa riqueza natural se, diariamente, ela é vandalizada, pilhada e conspurcada?

Vandalizada por aqueles que destroem placas e marcos, plantas ornamentais e espécies endémicas das nossas lagoas.

Pilhada por aqueles que em plena luz do dia, e com a conivência de todos e das próprias autoridades a quem competia a tarefa de fiscalizar, rapam a sacho,

delapidando indiscriminadamente nas encostas da Lagoa do Fogo, musgos e urzes, mais conhecidas por leivas, e que depois vão vender a preço de ouro aos proprietários das estufas de ananazes.

Conspurcada, por fim, por todos aqueles que vazam a esmo em qualquer local, quer nas estradas quer nos locais de estacionamento turístico, toda a espécie de lixos provenientes de lanches e piqueniques, quando a dois passos têm recipientes de lixo que de nada servem.

Mas passando da Lagoa do Fogo para as outras Lagoas, o panorama não é melhor.

A Lagoa das Sete Cidades, apesar das operações de cosmética que constituiu a limpeza das algas, continua sem uma política definida para evitar de novo a sua proliferação.

O assoreamento da Lagoa das Furnas prossegue em ritmo acelerado, continuando a receber toneladas de terra dos terrenos vizinhos, devido às excessivas arroteias levadas a cabo indiscriminadamente nas últimas três décadas, sem que nada se tenha feito até agora, muito embora todos saibam que a continuarem as coisas na actual situação, dentro de alguns anos ela estará transformada em pântano.

Passando das Lagoas para a orla costeira, o panorama é igualmente desolador. Infelizmente, as nossas populações continuam a fazer lixeira das nossas costas, atirando toda a espécie de lixos rocha abaixo, oferecendo uma imagem degradante da nossa beira-mar.

Um problema que se levanta vezes sem conta nos Açores, é o da falta de limpeza das ribeiras, facto que deu já lugar à destruição de duas pontes no concelho do Nordeste e às calamidades ocorridas por duas vezes, com um intervalo de pouco mais de um ano na ilha das Flores.

Cabe perguntar. Que fazer?

A resposta passa por duas vertentes: Educação e Legislação apropriada.

Educação ambiental para sensibilizar uma população pouco desperta para os problemas do ambiente.

Legislação para regulamentar as reservas existentes e que na prática só existem no papel.

Legislação punitiva para aplicar pesadas coimas aos infractores, para que se não fique pelas penas simbólicas actualmente existentes.

Os propósitos do VII Governo Regional nesta matéria vêm ao encontro daquilo que sempre dissemos sobre este assunto.

Desde logo, centrar num único departamento a coordenação de todas as funções e competências que se encontravam dispersas por várias Secretarias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Saudamos esta importante medida, porque ela irá permitir uma concentração de esforços em sectores que estavam disseminados por diversas Secretarias.

Lembro que durante estes últimos anos, quadros da função pública como Guardas Florestais, Guardas Ribeiras, Cantoneiros e outros, que poderiam, se devidamente enquadrados e com legislação própria, fiscalizar e fazer cumprir as directivas de salvaguarda do ambiente, nada fizeram porque nunca foram devidamente sensibilizados para serem, em conjugação com as suas funções, verdadeiros guardas do ambiente.

É que nesta matéria e para defesa do ambiente, não precisamos de aumentar os quadros de pessoal da Função Pública criando novas categorias.

O que precisamos é de aproveitar os quadros existentes e com um pouco de imaginação, dotá-los de competências fiscalizadoras em matéria de ambiente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

As outras medidas propostas e igualmente importantes, são o propósito de envolver a administração regional, as autarquias e a sociedade, na aplicação de legislação ambiental e numa política de educação ambiental.

E por último, e não menos importante, é ainda a criação de um órgão de concertação da política ambiental.

Sr. Secretário Regional de Agricultura, Pescas e Ambiente (pelas razões que ouvimos não pode estar aqui presente):

Tem V.Exª nas suas mãos o poder e os meios adequados para que se execute a sério, uma política séria de defesa do ambiente.

Reconheço-lhe a competência, a persistência e a firmeza para levar a cabo, pela primeira vez nesta Região, uma política de ambiente consistente e firme que salvaguarde todos os nossos recursos ambientais.
A bem dos Açores, a bem de todos nós.
Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina Silva.
Deputada Ana Carolina Silva *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Silva Melo:
O Sr. não percebeu o meu reparo aquando da intervenção do Sr. Presidente, na discussão do Programa do Governo.
O meu reparo foi no sentido não de retirar a importância das bibliotecas e arquivos como meio difusor e transmissor de cultura, mas sim um reparo formal.
Eu achei que o aprofundamento da questão das bibliotecas e arquivos é longo demais para um programa do Governo, comparativamente com outros assuntos que tinham sido lutas, grandes lutas e batalhas do Partido Socialista quando estava na oposição.
Foi meramente um reparo formal e não um reparo político ou um reparo de conteúdo.
Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo.
Deputado Silva Melo *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada:
Eu aceito a sua explicação e quero crer que era essa a sua posição.
Muito obrigado.
Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.
Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:
Em primeiro lugar, pedi para intervir afim de explicar, desde logo, que sou autarca e nas minhas funções autárquicas tenho tentado ter sensibilidade para o património e para tudo o que o rodeia.

Por outro lado, quero congratular-me, porque, nem que seja para falar mal das acções das autarquias, mais uma vez se falou nelas. Há pouco ficou-se muito pela rama e no Programa do Governo verifica-se o mesmo.

Também aproveitaria para rectificar a contextualização das minhas palavras e para que fique claro volto a frisar que, na minha opinião, os interesses da agricultura na Região Autónoma dos Açores, deverão sobrepor-se aos do ambiente dentro dos limites da razoabilidade e sensatez, contrariamente a um certo fundamentalismo.

Dou-lhe um exemplo muito prático, ou seja, quando o Sr. Deputado tiver oportunidade de se deslocar à ilha onde vivo e a qual represento nesta Casa, vamos falar com alguns agricultores e vamos ver alguns terrenos que por condicionalismos legais estão cheios de urze, porque esta existe em quantidades infindáveis na ilha e os agricultores não podem fazer arroteias nem melhorar a eficiência produtiva das suas explorações por causa disso.

Ainda há pouco, infelizmente, não tivemos uma explicação conveniente da parte do Sr. Secretário da Agricultura, Pescas e Ambiente a este nível.

Esta espécie faz parte da Convenção de Berna, mas ela está a afectar e muito a vida dos agricultores na Ilha do Pico nomeadamente, e julgo que também se verifica o mesmo noutras ilhas.

Quanto à questão do fundamentalismo, tem a ver exactamente com o parágrafo que refiro a seguir. Eu não aceito que esta onda ambientalista possa levar os agricultores a jardineiros e as populações, particularmente do Pico, a conservadores do museu vivo, e penso que isto é simples, desde a sua contextualização.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo.

Deputado Silva Melo *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Acho que devemos ter a devida atenção quando usamos as palavras, porque falar em fundamentalismos tem um peso específico.

Portanto, ao falarmos aqui em fundamentalismos da classe universitária, acho que estamos a pôr em causa coisas muito sérias.

Era apenas isto que pretendia dizer.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para referir que falei em fundamentalismo de alguma classe. Não falei da classe universitária no seu global.

Eu penso que o Sr. Deputado referiu que temos que ser claros e julgo que a minha intervenção foi suficientemente clara. É claro que se pode fazer dela e das palavras aquilo que se entender.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves *(PP):* Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Muitas vezes não nos é fácil falar, e até às vezes, nesta Casa, sente-se isso, mas também é bem difícil deixar passar este momento tão importante e de tão grande honra e, pela primeira vez, vir aqui representar aqueles que nos elegeram.

Trazer para aqui os seus anseios e os seus direitos.

Não vou pedir aqui nada além das dimensões do Corvo, nem nada que os corvinos não tenham direito, porque o seu direito é igual a qualquer outro cidadão do país, pois a sua taxa de IRS ou qualquer outro imposto é igual à de qualquer outro cidadão do país.

Queria alertar aqui o Governo Regional para que se debruce o mais urgente possível sobre o caso dos transportes marítimos para o Corvo, porque a partir das Flores eles não existem; que seja crescido o mais rapidamente possível o cais do porto da casa para que possam acostar barcos de maior calado. E aproveitaria para solicitar que esta obra não seja mais uma obra de "pierrice" como foi no passado.

Nos transportes aéreos que se cumpra o que está no plano do Governo.

Na agricultura que haja maior apoio à Cooperativa de Lacticínios, que se pretende criar, para que haja maior aproveitamento do leite produzido.

No ambiente, que se acuda o mais rápido possível às Lagoas do Caldeirão, reparando o caminho que lá existe para que possam ir lá máquinas que cortem o acesso às

enxurradas das Lagoas, caso contrário estas tornar-se-ão em autênticos pântanos e assim perde-se mais uma das Maravilhas do Mundo.
Não vou aqui alertar para a resolução de todos os problemas, porque se o fizesse naturalmente muitos deles cairiam no esquecimento.
Mas serei aqui uma voz incómoda, sempre que seja necessário lembrar os problemas daqueles que me elegeram.
Antes de terminar nesta primeira sessão, queria aqui lembrar aqueles que com coragem muitas vezes deram a sua própria vida para que a Democracia fosse possível no nosso País, em muitos países do Mundo e, felizmente, aqui na nossa Região.
Disse.

(Aplausos da Câmara)

A avaliar pelo calor humano que senti aqui, é bem difícil sair sem deixar uma palavra de agradecimento para todos.
Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.
Deputado Manuel Azevedo *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:
Na condição de Deputado é a primeira vez que me sento nesta Casa. Após um mandato de 4 anos na Assembleia da República e uma curta passagem pelo Governo Regional, espero que o trabalho que agora início, para além do óbvio enriquecimento pessoal, seja sobretudo eficaz para a população da ilha que me elegeu - o Pico - e para todos os açorianos.
Sendo a primeira vez que nesta condição tomo a palavra nesta tribuna da Casa-Mãe da nossa autonomia, não poderei deixar de saudar os novos titulares dos órgãos de Governo próprio da Região constituídos em consequência dos resultados eleitorais de

13 de Outubro passado. Votos de bom trabalho pois que, em primeiro lugar, está o desenvolvimento dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Afinal, não éramos tão maus como nos pintavam! Ainda há justos na cidade! A cidade está salva! É ver quantos colaboradores, antigos e recentes do PSD estão a ser aproveitados pelo novo Governo Socialista. Com cartão ou sem cartão, eles aí estão, a dar a sua competência e o seu esforço para bem dos Açores. Honra para eles e para nós que soubemos rodear-nos; privilégio para vós, senhores deputados socialistas e senhores membros do Governo, por poderdes trabalhar com tão competentes quão dedicadas personalidades.

Afinal, as nossas propostas para os diversos sectores da vida política, económica e social dos Açores não eram tão más assim! Nalguns desses sectores o vosso programa limita-se a dizer aquilo que sempre dissemos, ainda que, nalguns casos mais genericamente aquilo que sempre vasámos em letra de forma. Honra para nós por vermos por vós reconhecida a validade do que vimos propondo, ao longo dos anos, para o desenvolvimento dos Açores; privilégio para vós, pois que tanta cabeça pensante não precisou fazer grande esforço.....

Afinal, as nossas realizações, as tais que "hipotecam o futuro", tradução prática de muitas das nossas propostas, aí estão. Porque correctas, serão na sua maioria confirmadas e continuadas. Aquilo que, por uma razão ou por outra, não conseguimos levar à prática, pois que sejam V. Exªs. a fazê-lo. Também terão de fazer alguma coisa! Sim ! Porque a tão apregoada "novidade" não poderá passar só pelo diálogo e pela concertação; a tão apregoada transferência não se compadece com respostas opacas como aquela que o Sr. Presidente do Governo deu à questão que esta manhã lhe pus relativamente ao acolhimento neste programa das propostas, os tão badalados "tempos novos", não os queremos só de novos métodos e processos. O "novo dia" não surgirá só porque há novos protagonistas!.....

A maioria do povo dos Açores quis que assim fosse: que o PS governasse. E assim será! Pela nossa parte, respeitadores da vontade popular, aguardaremos firme e serenamente "o novo dia" prometido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Para ilustrar um pouco aquilo que referi detenhamo-nos um momento breve sobre a política de turismo do Programa do Governo que ora apreciamos nesta Assembleia.

Para tomar medidas correctas de política para qualquer sector da vida económica, nada como partir de pressupostos correctos. Alguns dos que neste programa constam relativamente ao Turismo não estão certos.

Por exemplo, afirma-se que na década de 80 os fluxos turísticos para os Açores conheceram um período de expansão, para logo a seguir se afirmar que a partir de 1990/92 houve estagnação.

Ora 1990, 1991, 1992 foram anos de grande aumento de fluxos turísticos nos Açores, com crescimento de hóspedes na ordem dos 18%, 12% e 11% respectivamente. Só em 1993 se deu uma inversão desta tendência, como aliás em todo o mundo, pelas razões de todos conhecidas, sendo certo que nos Açores conseguimos decrescer menos que na maioria dos destinos turísticos tradicionais. O crescimento dos fluxos turísticos é retomado em 1994, para em 1995, atingirmos o melhor ano turístico de todos, quer em termos do número de hóspedes e dormidas e mesmo de receitas. 1996 vai pelo mesmo caminho.

Estes números, estes sim correctos, aconselham a que no essencial as medidas de política se mantenham com aperfeiçoamentos ligeiros que as circunstâncias vão impondo. Avisadamente o fizestes, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, ao acolher no vosso programa a grande maioria das nossas propostas e da nossa prática política neste sector.

Avisadamente o fizestes ao reconhecer o Plano Director de Turismo como documento base para a discussão de estratégias de desenvolvimento turístico para a Região.

Se conseguirmos ganhar a batalha contra a sazonalidade - e o caminho é o que aqui neste Programa se aponta e sempre se apontou - se conseguirmos resolver o problema dos transportes aéreos, designadamente no que concerne à redução de tarifas para a época baixa, se conseguirmos resolver dum modo equilibrado mas eficiente o transporte marítimo de passageiros entre todas as Ilhas, mas sobretudo naquelas que mais próximas estão e que podem por si só constituir subdestinos turísticos - por exemplo nas Ilhas do Triângulo - , se conseguirmos preservar a nossa qualidade

ambiental e a nossa identidade cultural, continuaremos a conquistar etapes em ordem à construção do destino turístico Açores.

No restante, é deixar que o mercado funcione.

Temos bons empresários turísticos na Região. Com os incentivos existentes e com outros melhores que se possam vir a criar, a oferta crescerá em quantidade e qualidade.

Investir forte do lado da procura, continuando a promover a Região nos mercados tradicionais que estão muito longe de estar esgotados e buscando, persistente e selectivamente, outros, estamos potenciando a procura cada vez maior das nossas ilhas.

O Povo dos Açores quer que prossigamos nesta senda, pois que ela é a do desenvolvimento e do progresso que todos, dia a dia, vamos procurando conquistar.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para dar continuidade às intervenções tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente (ausente) e Srs. Membros do Governo:

No limiar desta nova legislatura do Parlamento da Região Autónoma dos Açores, saúdo respeitosamente V. Exª. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, bem como todos os Srs. Deputados que aqui representam legitimamente o Povo dos Açores.

Para os Srs. Membros do Governo a saudação é mais sentida, mais amiga, mas mais exigente.

Sr. Presidente do VII Governo Regional dos Açores - lutador e defensor dos nobres ideais da solidariedade junto das camadas desfavorecidas do nosso Povo - obreiro desta histórica viragem política que colocou o P.S. na rota do poder, fazendo renascer na maioria da população, novas expectativas, para a resolução, das muitas e gritantes

desigualdades que afligem, principalmente, os mais humildes e mais frágeis, do tecido social da nossa Região. Sei que V. Exª. nunca por nunca os olvidará.

Sabemos que o Governo sente, como nós, essa onda de esperança que se avivou na Sociedade Açoriana. Não podemos vacilar, nem muito menos errar no trilhar do caminho seguro do desenvolvimento.

O Partido Socialista dos Açores ao vencer as eleições legislativas regionais de 13 de Outubro, trouxe uma nova réstia de esperança para todo o Povo dos Açores, mas com maior ênfase, para as populações mais carecidas de compreensão e que necessitam, urgentemente, duma nova política que tenha como meta, a distribuição das oportunidades de desenvolvimento, de forma equitativa, pelas diferentes ilhas da nossa Região, designadamente para as ilhas do Corvo, Flores, Graciosa, Santa Maria, S. Jorge e Pico.

Esta é pois a hora duma Nova Autonomia.

É a hora dos que foram "postos à margem".

É a hora das ilhas que não tinham voz.

É a hora da humildade.

É a hora do fim da arrogância.

É a hora da solidariedade fraterna.

É a hora dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Poder Local, embora com as suas competências próprias, e que a Região não tutela, pode e deve ser convidado a colaborar, com o imenso potencial sinergético que possui, nesta hora de viragem para as Gentes dos Açores.

Podemos mesmo opinar que há necessidade de se rever a legislação regional que se prende com a "tipologia de investimentos", ou seja, uma melhor e nova delimitação entre as competências a partilhar entre a administração regional autónoma e o poder local dos Açores.

Todo o trabalho até aqui realizado pelos diversos subgrupos temáticos, desenvolvido no seio da A.M.R.A.A. - Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores e da DROAP - Direcção Regional de Organização e Administração Pública, deve ser meditado e reflectido, de modo a se lançarem novas e sólidas bases que

consubstanciem em lei uma desejável, sã e profícua cooperação entre o poder regional autónomo e o poder local.

E tanto assim é que, em diversas áreas do Programa deste VII Governo que ora estamos apreciando, essa colaboração mútua é largamente referida e desejada pelo Governo.

Desde logo avulta, como uma das medidas prioritárias a implementar pelo Governo, em colaboração com as autarquias, um programa de curto prazo de obras públicas, para dar ocupação aos desempregados indiferenciados. Também na área da formação profissional as autarquias serão chamadas a darem, voluntariamente, a sua preciosa prestação na definição duma "política integrada e globalizante de formação profissional".

No âmbito da Saúde, propõe-se que sejam criados os "Serviços de cuidados continuados, para tratamentos e internamentos de longa duração, destinados a utentes com doenças de evolução prolongada" e em alternativa à hospitalização clássica, também com o apoio das autarquias.

A rede regional de leitura que este Governo, com alguma inovação, pretende agora criar, e à qual já se referiu o Sr. Deputado Silva Melo, só será exequível com a contratualização de programas com as autarquias, devendo ir mesmo ao nível de freguesia, em alguns casos, levando assim o "gosto" pela leitura, o mais próximo possível do mundo rural.

O encontrar de soluções que resolvam a carência de quadros técnicos, em muitas das nossas ilhas, e em algumas áreas, foi e tem de continuar a ser um tema encarado com prioridade pelo Governo e pelas populações dessas ilhas. É pois, meritória, a intenção deste Governo em conceber legislação de enquadramento dos incentivos a criar, em colaboração com as autarquias locais, para a "fixação de pessoal técnico de saúde, nessas ilhas onde se verifique maior dificuldade do seu recrutamento". Aliás, a isto já se referiu, neste debate, o Sr. Secretário da tutela.

A cooperação que visa procurar debelar essa enorme carência sentida em muitas zonas da nossa Região - a falta de habitação e recuperação de habitação degradada - embora devendo ser reformulada nos seus critérios, merecerá um novo impulso, quer a nível do aproveitamento dos alojamentos vagos, quer recuperando aqueles outros

que, embora ocupados, se encontram em adiantado estado de degradação, ou mesmo carecidos de infraestruturas higieno-sanitárias.

Todos sabemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que neste último aspecto muito foi feito na Região, com a colaboração directa das juntas de freguesia, mas urge disciplinar os termos de acesso aos apoios e procurar a envolvência directa dos "organismos nacionais mais vocacionados para o apoio ao sector habitacional".

Srs. Deputados:

O passado serve-nos de lição.

No que de bom foi realizado, mas também no muito que poderia e deveria ter sido melhorado e executado com uma filosofia de partilha de responsabilidades e não de sobranceria, nas relações entre alguns departamentos governamentais e algumas autarquias.

Existem projectos urgentes a desenvolver na nossa Região, na área do saneamento básico - aterros sanitários - que, em virtude das respectivas autarquias terem já atingido o limite dos seus *plafonds* de candidatura ao PEDRAA II, nesse sector, aguardam solução favorável, há anos, por parte dos Governos anteriores. Agora, através da reformulação dos regulamentos de candidatura do PEDRAA II, o que se nos afigura bastante problemático ou, procurando, mais uma vez, a compreensão nacional para que estas candidaturas sejam financiadas pelo Fundo de Coesão, o que, aliás, o Governo anterior prometeu fazer e ao que sabemos, nunca conseguiu, duma maneira ou de outra, há que encontrar uma saída politicamente plausível para este impasse que, algo teimosamente, vai prevalecendo, pois as consequências que se farão sentir nas respectivas zonas geográficas abrangidas, terão implicações negativas em termos ambientais e turísticos, de todos nós sobejamente conhecidas.

Como já referiu o Sr. Secretário da Agricultura, as autarquias poderão colaborar com o governo e dele receber apoios para a prestação de serviços de saneamento ambiental de qualidade.

Srs. Deputados,

A cooperação entre o Governo e as autarquias manter-se-á e em muitos aspectos deverá ser ampliada, nomeadamente nos domínios:

- da animação turística e do aproveitamento e equipamento de zonas de lazer de interesse turístico;
- da gestão partilhada entre o Governo, autarquias e Câmaras de Comércio, dos sistemas de incentivos, melhorando se possível, a sua divulgação e informação aos pequenos empresários rurais;
- da conservação dos edifícios escolares do 1º ciclo do ensino básico;
- das infraestruturas desportivas, de dupla utilização pela população escolar e pelos munícipes, enquadradas numa política interligada: Escola - Autarquia;
- da rentabilização dos recursos financeiros disponíveis, a nível da cooperação directa e indirecta, passando pela reformulação da legislação existente, tentando alargar o âmbito dos apoios à cooperação directa;
- da valorização e revitalização do nosso património cultural, apostando na complementaridade do trabalho das autarquias, conjugado com outras instituições e associações cívico-culturais de âmbito local, em consonância com a acção governativa. Esta acção poderá e deverá desenvolver-se, entre outras, na área da rede museológica existente ou a criar e, de quaisquer outras formas de expor e dar a conhecer o passado e as personalidades que moldaram o nosso presente e a nossa vivência, o que, nestas ilhas, assume grande importância.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A tarefa que se depara ao Governo, neste sector - cooperação entre o Governo e as Autarquias - é gigantesca.

Com empenho e colaboração recíprocas, aos mais diversos níveis da administração regional com o Poder Local, será possível e viável uma sã cooperação, cujos resultados positivos que auguramos, a todos aproveitará e beneficiará.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

As Comunidades Açorianas que residem fora da nossa Região, nas mais diversas paragens, desde o Canadá às Bermudas, da Califórnia à Costa Leste dos Estados Unidos, do Hawai ao Brasil, nomeadamente nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, não esquecendo as que vivem no nosso continente português agregadas nas Casas dos Açores de Faro, Porto ou Lisboa, enfim a DIÁSPORA AÇORIANA, que tem transmitido ao longo de gerações e gerações desde há mais de

dois séculos, a **"chama da açorianidade",** cimentada numa Saudade e amor às ilhas, bem vincada em muitas delas, merecerão da parte deste Governo Regional uma redobrada atenção e carinho.

A dignidade de Direcção Regional a que é elevado o departamento que cuidará desta temática, demonstra o respeito e a atenção que o actual Governo quer sublinhar nas suas relações com os nossos Emigrantes.

Facilitar as relações dos emigrantes açorianos com os serviços da administração central e regional, é tarefa prioritária que vai de encontro a uma das reivindicações-conclusões do IV Congresso das Comunidades Açorianas, realizado no último ano nesta cidade da Horta e que será implementada, de imediato, em colaboração com os serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O Sr. Presidente do Governo já se referiu hoje a este assunto.

É cada vez mais sentida, infelizmente para quase todas as ilhas da Região, a falta de naturalização dos nossos emigrantes, pelo que serão realizadas "campanhas de consciencialização cívica", de molde a promoverem também a participação e o crescimento da sua influência políticas nos seus países de acolhimento.

Serão mantidas e melhoradas as diversas colaborações com a nossa diáspora, desde o "apoio a actividades e vivências culturais próprias, colaborando no ensino da língua portuguesa e da cultura açoriana, através dos movimentos associativos existentes e com os órgãos de comunicação social".

Estas são, em traços muito genéricos, algumas das metas que serão prosseguidas, designadamente, promovendo: formas de intercâmbio, vulgo cursos de verão para os jovens filhos dos nossos emigrantes, implementando assim um "plano de reforço de ligação com a nossa língua e a nossa história política, económica, social e cultural".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos confiantes que o VII Governo Regional dos Açores, da responsabilidade política do Partido Socialista, saberá honrar tanto os compromissos legalmente assumidos pela anterior administração regional autónoma, da responsabilidade do P.S.D., bem como os que nos propusemos realizar e que foram sufragados pelos Açorianos em 13 de Outubro.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho orgulho de ser hoje e aqui neste Parlamento, um representante do Povo dos Açores, contribuindo para a realização do sonho materializado num desenvolvimento integrado e solidário para todas as ilhas, por que sempre lutámos e lutaremos.
Ontem e Sempre, pois a defesa dos legítimos interesses do nosso Povo será uma **luta, nunca acabada**.
Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.
Deputada Berta Cabral *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:
Julgo não ter ouvido mal quando o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila afirmou que o Governo Regional não tinha tutela sobre as autarquias locais.
Eu apenas queria ler a alínea d) do artigo 56 do Estatuto que diz:
"Compete ao Governo Regional dirigir os serviços e a actividade da administração regional e exercer o poder de tutela sobre as autarquias locais nos termos da lei."
Muito obrigado.
Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.
Deputado João Cunha *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:
Ao vir a esta tribuna pela primeira vez nesta VI Legislatura da nossa jovem mas profícua Autonomia, manda a ética que as minhas primeiras palavras sejam de saudação a V. Ex.ª Sr. Presidente da Assembleia pelo alto e honroso cargo que ocupa.
Não posso deixar de saudar todos os restantes membros eleitos para a Mesa da Assembleia.
Saúdo também os colegas deputados, de todas as bancadas e através de vós esta saudação estender-se-á ao Povo Açoriano, já que somos os seus legítimos representantes nesta "Casa mãe" da nossa Democracia.
Apresento também a V. Ex.ª Sr. Presidente do Governo Regional e ao seu elenco governativo os meus respeitosos cumprimentos.

Está esta Câmara reunida para apreciar, aprovar ou rejeitar o Programa do VII Governo Regional dos Açores, o primeiro da responsabilidade do Partido Socialista, após 20 anos de governação do PSD, sempre alicerçada em eleições livres e democráticas.

Essa governação sempre foi trazendo para a Região Autónoma dos Açores o progresso e o desenvolvimento àqueles que optaram por viver nestas tão graciosas ilhas banhadas por um Atlântico demasiadamente grande.

Nunca na nossa já longa, mas sempre atribulada história, se fez tanto em tão curto espaço de tempo.

Vinte anos apenas!

Estamos em tempo de mudança.

E por isso como dizia atrás, estamos aqui para debater aquele que é o Programa do 1.º Governo Socialista e não me enganarei em nada se disser que este debate já aponta para quem vai suportar este Governo nesta Assembleia.

Para o Partido Popular esse Programa é mais ou menos, mas será mais para mais afim de justificar aquela que virá a ser a sua votação final.

Quanto aos Socialistas, esses, como não podia deixar de ser, dirão que é o melhor Programa de Governo elaborado nesta Região, e que contém virtudes que nos hão-de levar ao paraíso.

Mas isso não nos admira, pois já disseram o mesmo do seu Governo sem que ele nos tivesse demonstrado as suas capacidades.

Ou será também que nunca erram e raramente se enganam?

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Isso é o outro, é o teu chefe!

Deputado Fernando Menezes *(PS):* É o teu padrinho!

O Orador: E vocês também.

Quem há-de gabar a noiva se não for o noivo?

(Risos da bancada do PSD)

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Não te metas por esse caminho!

O Orador: Mas continuemos a nossa breve apreciação.

Quanto ao Partido Comunista não se reverá neste Programa, dado ter sido rejeitado para noiva do Partido Socialista por falta de dote - entenda-se votos e consequentemente deputados - pelo que outra forma não tem de o votar que não seja contra.

No que concerne ao PSD, onde me incluo, o maior Partido da oposição e o único que se orgulha de ter aqui representantes de todas as parcelas desta Região, logicamente que não dará o seu aval a um Programa que não passa de uma manta de retalhos, perceptível até pelas montagens que são notórias nas folhas que compõem este documento.

É uma manta de retalhos, porque não corporiza uma ideologia política definida, mas também porque dá corpo a muitas ideias avulsas, quer de pessoas não alinhadas politicamente quer até a ideias do PP, embora o Sr. Deputado Alvarino o queira esconder. Isso mesmo já admitiu o Senhor Presidente do Governo quando disse, e cito, "este Programa era o do Partido Socialista com o rearranjo que se impunha".

Não pode o PSD dar o seu aval porque também ele elaborou um Programa de Governo que veio a receber a mesma representatividade parlamentar que o PS recebeu em 13 de Outubro.

Sem sombra de dúvida um Programa realista, feito a pensar nas nossas realidades e dificuldades que os Srs. do PS sabem, agora, existirem mas que demonstram ainda não conhecer profundamente.

O documento em apreciação é o que se pode chamar um "castelo de cartas" que se desfaz com uma pequena lufada de ar.

Não me vou pronunciar muito profundamente sobre este Programa, até porque da minha bancada e das outras, vozes de certeza mais avalizadas do que a minha, já se encarregaram e encarregar-se-ão de demonstrar, nas várias vertentes que ele aborda, de que é defeituoso e até oco.

No entanto, não posso deixar de demonstrar, mesmo que seja com um simples caso, o que atrás referi sob pena de ser eu a faltar à verdade.

Pergunto então o que será feito em matéria de transportes marítimos dentro da nossa Região ?

Li o Programa do Governo como é óbvio. Mas não reli, porque não foi preciso para ver que o programa é um "lobo vestido com pele de cordeiro".

Vou também aqui demonstrar que isso é verdade.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Vamos ver.

O Orador: Tenha calma Sr. Deputado, já vai ver que isso é verdade.

Todos nos lembramos, até porque a campanha não terminou há muito tempo, que o Partido Socialista prometeu durante a referida campanha que uma vez que fosse governo nesta Região lutaria e utilizaria todos os meios ao seu alcance para que a carne bovina, aqui produzida e exportada levasse um selo certificando o modo de produção e sua origem.

Foi ou não foi isto dito por todas essa ilhas abaixo?

Na minha foi!

E nas outras também!

Pasme-se então Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados com aquilo que diz agora o PS através do seu Programa, Capítulo 4, na vertente de "Modernização Tecnológica e Diversificação da Produção", logo no seu número um.

Passo a citar para que não tenham que consultar:

"Tendo em conta a actual crise estrutural, constituição de agrupamentos de produtores que organizem a produção de carne de forma a permitir a adopção de um selo que certifique o modo de produção e a origem para a carne produzida nos Açores".

Caros colegas, para mim, quando se diz que os "produtores que organizem" é o mesmo que dizer o "governo não tem qualquer responsabilidade nessa matéria".

Cabe aqui dizer, o que diria o Povo: "O Governo já está a sacudir a água do seu capote" ou "o Governo já está a fugir com o rabo à seringa".

(Risos da bancada do PSD)

O documento ora em apreciação poderá, pois, parecer aos mais incautos muito bom. Mas não é, e para mim, tem apenas a virtude de demonstrar a demagogia que o PS usou durante a campanha.

O Sr. Presidente do Governo nas suas diversas intervenções tem procurado iludir a Câmara, mas acaba sempre por demonstrar a sua ânsia de poder e oportunismo político.

É mesmo chocante a falta de responsabilidade do Chefe deste VII Executivo Regional, quando no fim do discurso de apresentação do seu Programa de Governo, quer responsabilizar anteriores governos por aquilo que não fará.

Vossa Excelência sabe que durante a campanha tomou posições de incoerência ao apoiar todos os protestos e reivindicações que se faziam. Para si tudo valeu, mas agora já nota que a realidade afinal é uma coisa bem diferente e está a acordar do sonho em que mergulhou, de tal forma que já vê que não é um milagreiro e que por isso não vai poder satisfazer todas as promessas que fez.

Já aqui foi dito que o Partido Socialista recebeu do Povo Açoriano a incumbência de formar governo e V. Ex.ª recebeu do seu Partido a responsabilidade de liderar esse Governo.

Não venha agora responsabilizar outros pelos futuros fracassos da sua acção governativa.

O Povo soube ver que nós PSD, ultimamente, como também sabia ver quando nos confiava maioritariamente o seu voto, não fizemos tudo bem feito e penalizou-nos por isso.

Nós como democratas que somos respeitamos a sua decisão.

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Que remédio!

O Orador: O que esse Povo agora quer é que V. Ex.ª não procure desculpas naquilo que outros fizeram, para os seus futuros erros.

Os seus correligionários do Governo Central também disseram que nós éramos responsáveis por muita coisa má, como por exemplo o desemprego e a educação.

Mas agora, com um ano de governação, já demonstram que os Socialistas não são iguais a nós. Talvez sejam é bem piores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Já me alonguei de mais no tempo, sabendo no entanto, que disse pouco sobre este Programa do Governo Socialista. Ele a mim diz-me pouco...

(Risos do PSD)

... mas preocupa-me, porque ao vir a ser aprovado, fico sem saber em que barco vai a nossa Autonomia.

Se num a remos se num a motor.

Deputado Fernando Menezes *(PS):* Vai num à vela!

O Orador: Com certeza que vai ser num a remos!

Pior do que isso, sem saber se desembarcará nalgum porto em que a maltratem.

Termino com uma frase, sabiamente dita, por um Graciosense que infelizmente já desapareceu do mundo dos vivos.

"Mais tarde vos contarei o passado".

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados que as minhas primeiras palavras nesta Assembleia sejam dirigidas ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional:

V. Exª Sr. Presidente é um Homem que eu tenho o prazer de conhecer e acompanhar na vida política desde há muito, e sempre me habituei a admirar e a reconhecer a sua competência, trabalho e vasta Cultura.

Foi V. Exª durante muitos anos deputado nesta Casa, e ficarão certamente, na história do Parlamento Regional, muitas das suas intervenções e pareceres técnicos defendidos com uma postura de frontalidade, com convicção, argúcia e muita inteligência.

Estou certo que foi o reconhecimento destas, e de outras qualidades, que levaram os membros desta Câmara a elegerem por unanimidade um dos mais brilhantes dos seus

pares. Tenho a certeza, por isso, que desempenhará com êxito o mais alto cargo do regime autonómico, conferindo dignidade a esta Casa.

É também com grande alegria e alguma contida emoção, permitam que o diga, que olho para a bancada do Governo e vejo como Presidente um Homem, que admiro pelo seu carácter, pela sua firmeza de convicções e princípios, pelo seu empenho e dedicação à causa pública, pela sua inteligência revestida de bom senso, responsabilidade e sentido de humor e, ainda, com uma visão estratégica fora do comum.

Um Homem eloquente, persistente, que o Tempo não fez esmorecer nem vacilar, e que acreditou sempre que era possível o Partido Socialista merecer a confiança dos Açorianos e vencer as eleições.

É a esse Homem e meu amigo, Carlos César, a quem os Açorianos elegeram porta-voz da esperança e da modernidade, e em quem depositaram, sem margem para dúvidas, a sua confiança em melhores dias para os Açores. É a esse homem que quero desejar os maiores sucessos na condução do Governo Regional e, estou certo que todos me acompanharão nesse desiderato, para o bem dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Programa do Governo que estamos a discutir, surge num quadro económico nada encorajador.

A leviandade com que foi encarado o papel, que uma política económica correctamente delineada poderia ter na Região, causou danos gravíssimos a todos os níveis do tecido empresarial, de que é exemplo a difícil situação que a Região atravessa e que se manifesta numa galopante deterioração da sua capacidade de gerar riqueza.

Com uma taxa de desemprego das mais altas do País, com a maioria das suas empresas descapitalizadas, com uma dívida pública que já atinge dimensões incomportáveis e que não pára de crescer, com uma experiência orçamental em que grassava a instabilidade e a indisciplina e com uma classe empresarial que não tinha confiança na máquina governamental, ao novo governo, com este quadro, é forçoso reconhecer que tem uma tarefa difícil pela frente.

Contudo, e apesar de todas estas dificuldades, este programa de Governo constitui a prova cabal de que há a coragem, a vontade de trabalhar e um rumo definido para mudar este estado de coisas.

Houve alguém que disse: "a bucha é dura, mais dura é a razão que a sustém". No caso presente, podemos afirmar: as dificuldades são muitas, são grandes, mas maior é a vontade de as vencer.

Os Açorianos manifestaram de forma clara a vontade de verem os seus destinos conduzidos de forma diferente. Ao Governo competirá pôr em prática esta nova forma de governar e as novas ideias que acolheram a aprovação da maioria dos Açorianos.

Ao Grupo Parlamentar do P.S. competirá, de uma forma inovadora, no que ao partido maioritário respeita, manter a ligação o mais próximo possível com os açorianos fazendo eco nesta Câmara dos seus anseios e preocupações.

Quanto aos outros partidos, é necessário desde já deixar claro que a afirmação de uma nova autonomia pressupõe um maior respeito e consideração pelos partidos da oposição. Maior do que aquele que até agora tiveram.

(São destas coisas que uns cultivam e outros não!).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Qualquer que seja o indicador utilizado, a capacidade da economia aumentar a sua produção, de gerar mais riqueza, tem vindo a deteriorar-se.

A escolha de um novo rumo e a opção por uma nova estratégia de desenvolvimento são pois, condições necessárias para a construção de um tecido empresarial suficientemente forte, assegurando às empresas e a todos os que nelas trabalham, maior estabilidade, mais empregos e melhor níveis de remuneração.

Dentro deste novo rumo e desta nova estratégia de desenvolvimento assumem particular interesse algumas linhas de força essenciais a serem asseguradas pelo sector público que são as seguintes:

1) - Uma política orçamental **estável e sustentável.**

2) - Política de investimento público, complementar do investimento privado.

3) - Novo regime fiscal e de incentivos.

1) A política orçamental estável e sustentável só é possível num quadro de Cooperação institucional com o Governo da República. O Governo Regional deve assumir as responsabilidades de transformar o orçamento num instrumento de disciplina fiscal e de promoção do crescimento económico, pois mesmo num ambiente de restrição orçamental as despesas com maior impacto reprodutivo serão sempre prioritárias.

- Em contraponto com esta política orçamental estável, esteve a política conflitual alimentada pelos anteriores governos, assim como a quase permanente crise de tesouraria, foram factores desestabilizadores adicionais, que muito contribuiram para o ciclo de descapitalização, endividamento e falência que tem vindo a ocorrer desde 1991/92.

- Ao aceitar serviços e funções sem assegurar a sua suficiência financeira, os dirigentes regionais tornaram a autonomia **refém da instabilidade financeira** e apostaram na capacidade de **explorar situações de conflitualidade.**

Este modelo auto-esgotou-se.

Esgotou-se o modelo das autonomias do PSD.

Um modelo imaturo, que gerava ilusões, expectativas falsas mas não era gerador de nenhum resultado útil. Um modelo retoricamente hiper-conflituoso mas hiper-protegido de facto.

Esgotou-se este modelo porque a querela institucional leva por anacronismo ao seu ridículo.

2) Quanto à política de investimento público complementar com o investimento privado, tem-se em vista, como aqui já foi referido, a promoção de projectos de obras públicas adequadas à dimensão e capacidade das empresas regionais, permitindo gerar mais empregos e produzir mais riqueza.

3) Uma outra linha de força de grande importância para o objectivo de prosperidade económica e social que o Governo propõe é o do novo regime fiscal e de incentivos.

Este novo regime fiscal que se propõe favorecer as empresas mais capazes e que não seja distorcedor da concorrência, está contido numa nova Lei das Finanças Regionais onde se pretende consagrar como princípios, entre outros, os seguintes:

Adaptar o sistema nacional às Regiões Autónomas, assegurando-se uma pressão fiscal menor que a média de Portugal e da União Europeia.

Clarificar o poder tributário próprio das Regiões.

Permitir a aplicação de um conjunto coerente de incentivos fiscais e económicos que estimulem o investimento e, com ele, a criação de emprego e a modernização do aparelho produtivo.

Além disso, prevê-se ainda que as características especiais do regime económico e fiscal devem adaptar-se com a necessária flexibilidade às necessidades reais de desenvolvimento económico das ilhas e basear-se em **critérios evolutivos** que podem modificar-se consoante as circunstâncias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Igualmente no sector do comércio, a actuação que o Governo Regional se propõe levar a cabo destaca-se por uma diferença, quer da concessão inicial de uma política verdadeiramente dinamizadora da capacidade comercial da Região, quer da forma como esta política deve ser implementada.

A visão realista de que o comércio açoriano, à semelhança do que acontecerá à escala mundial, irá sofrer um forte embate em resultado de uma cada vez maior competitividade e mundialização desta actividade, é complementada por uma aposta séria no reforço da eficiência, numa visão do papel do Governo que passa pela consideração de que uma verdadeira política comercial que se queira eficaz, como esta se quer, passa necessariamente por parte do Governo de novas formas de colaboração e associação dos empresários comerciais enformado ainda por atenta actividade coordenadora, tendo em vista, por exemplo, sempre a maior redução de custos possível.

Por outro lado, a revitalização de zonas tradicionais de comércio em que seja possível uma diversificação e aumento do número de locais de oferta, é uma opção governativa clara e importante.

A sua realização prática passa, como muito bem diz o Governo, por uma directa colaboração com as autarquias, entidades que à partida terão também um directo interesse e conhecimento das concretas necessidades de locais a intervir.

A vantagem competitiva, segundo Michael Porter, desenvolve-se em condições de pressão e mudança e não num ambiente doméstico confortável. O aparecimento das grandes superfícies comerciais pode ser assim um factor de pressão, capaz de dinamizar não só o comércio tradicional, mas também a produção de diferentes produtos agrícolas para venda nessas superfícies.

Ao Governo caberá criar um ambiente competitivo sem escolher vencedores. Poderá dar um importante contributo para criar a visão e atitude estratégica, mas não pode actuar sozinho, de acordo com o velho paradigma baseado em subsídios e proteccionismo.

Ainda no que à revitalização do comércio respeita, não é de olvidar, e louvavelmente não o foi pelo actual Governo, a formação profissional.

Esta é uma matéria que não pode, desde logo pelas consequências sociais que poderá provocar, mas não só, ser encarada com a leviandade com que foi nos últimos anos.

A formação profissional não é, nem pode ser vista como um fim em si mesmo. Ela é instrumento duma política comercial a longo prazo e incrementadora de soluções duradouras.

Por último, apenas uma palavra para referir o facto do Governo partilhar com as autarquias e câmaras do comércio a gestão dos sistemas de incentivos à actividade comercial.

Esta é a postura deste Programa do Governo: uma postura em que a razão do diálogo e dos consensos se sobreporá à força da arrogância, tantas vezes triste camuflagem para a mais pura incompetência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Numa economia insular o sector dos Transportes e das Comunicações é um factor estratégico fundamental.

Não se compreende, assim, que durante vinte longos anos, sucessivos governos não tivessem consciência deste importante papel e adiassem por incompetência e/ou simples ignorância, soluções definitivas, ou tão só provisórias, para este problema.

Ao contrário desta atitude, o Governo do PS, conforme o seu Programa de Governo, propõe-se dar início à resolução desta questão, tendo em conta a fulcral importância

atrás citada por um lado, e por outro a necessidade que o tecido empresarial sente para a sua sobrevivência.

Entre as medidas propostas é de realçar a modernização das infraestruturas portuárias e aeroportuárias, com vista a baixar os custos de exploração e melhorar a operacionalidade.

Preparar a médio prazo a liberalização dos transportes marítimos e aéreos de pessoas e mercadorias.

Estimular a racionalização e reestruturação da SATA, bem como fomentar a diversificação e a gradual redução das suas tarifas.

Além disso, a lei orgânica já aprovada, é igualmente demonstrativa da visão inter-funcional que o actual Governo tem em matéria de transportes, pois ao serem colocados na dependência da Secretaria da Economia, realça-se o seu papel como instrumento de desenvolvimento económico e não como um fim em si mesmo de demonstração típica de riqueza terceiro-mundista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Referi anteriormente o quadro negro com que o Governo se depara em matéria económica. Não se trata de um álibi ou de uma fuga às responsabilidades que sobre nós recaem. Quer o Governo, quer o Partido Socialista têm plena consciência das suas responsabilidades enquanto executivo e partido maioritário nos Açores.

Os perversos efeitos de 20 anos de desorganização económica e financeira na Região, não se eliminarão de um dia para o outro.

Não pretendam pois, alguns, transformar a incompetência governativa de outrora na alegada competência inquiridora de hoje, nem alimentem, hoje, os arrogantes de outrora, a ilusão de se verem vítimas de arrogância.

Este é um Governo diferente para melhor.

O que é necessário, o que é imperativo reconhecer, é que os Açorianos quiseram que fosse dado um novo rumo à Autonomia, e à Economia. E isto, será para alguns, o mais difícil de aceitar.

Finalizo recordando que o Presidente do Governo Regional disse que os resultados das eleições do passado dia 13 de Outubro, pressupunham diálogo. O PS na

campanha eleitoral tinha prometido o diálogo. Assim o Governo estará como peixe na água.

Assim seja, a bem dos Açores e dos Açorianos.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros.

Deputado Jaime Medeiros *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de solicitar ao Sr. Deputado que acabou de intervir — peço desculpa de ainda não saber o seu nome — que me concretizasse uma ou duas das afirmações que ali fez.

V. Exa. disse que os anteriores governos se manifestaram incompetentes para resolver o problema dos transportes. Isso é vago.

Gostaria que me indicasse concretamente como, em que áreas e onde é que essa incompetência se verificou.

No que se refere à leitura que fez de três alíneas do Programa Governo, gostava que me indicasse duas ou três medidas que acha necessárias para modernizar as infraestruturas portuárias e aeroportuárias e baixar os custos da exploração.

Que medidas é que o vosso Governo preconiza para baixar as tarifas da SATA?

Já agora, aproveitava para colocar novamente uma questão ao Sr. Secretário da Economia — eu já tinha posto há pouco, mas como não obtive resposta volto a colocá-la — que se refere à interpretação do parágrafo da página 42, à qual o Sr. Secretário me respondeu com o parágrafo de cima e com o debaixo e passou justamente por cima daquele sobre o qual tenho dúvidas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A primeira parte do meu esclarecimento é apenas para referir que o Sr. Deputado falou num novo regime fiscal e elencou alguns dos aspectos que esse novo regime deveria contemplar.

Gostaria de saber quais são as garantias que tem por parte do Governo da República, na concretização de uma série de aspectos que referiu, relativamente à implementação do novo regime fiscal para adaptar a algumas empresas aqui na Região?

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado referiu que a taxa de desemprego na Região era das mais altas no país.

O Programa do Governo, na página 23, diz que a taxa de desemprego na Região é claramente superior a 10%, mas não cita a fonte.

O Sr. Deputado está particularmente bem posicionado para me responder qual é, neste momento, a taxa de desemprego na Região a qual eu também lhe sei dizer.

Deputado Augusto Elavai *(PS):* É de 7,9%!

A Oradora: É de 5,2 — terceiro trimestre de 1996.

Deputado Augusto Elavai *(PS):* Não Sra., é de 7,9%!

A Oradora: Sr. Deputado eu estou a dar-lhe a informação oficial dos seus serviços, Serviço Regional de Estatística...

Presidente do Governo Regional dos Açores *(Carlos César):* Já está desactualizada! Eu vou dar-lhe outros!

A Oradora: ... que é o único que reconheço com informação oficial. Eu não estou a falar de Centros de Emprego.

O terceiro trimestre de 1996 apresenta 5,2% de desempregados.

Se há informação mais próxima de Outubro, eu gostaria de conhecer.

O resto do país tem 7,4 como média. Portanto, para sermos a mais alta tínhamos que estar muito acima dos 7,4.

Eu não quero levantar nenhuma questão sobre isso, mas quero esclarecer porque o Programa do Governo fala em 10% e por isso gostava que citasse a fonte.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto à taxa de desemprego, a que eu tenho mais recente é de 7,9%. Eu não tenho as trimestrais, mas o que interessa é a anual que é de 7,9%.

Portanto, é claramente superior à nacional.

A minha intervenção não foi em relação ao Governo anterior, mas sim em relação a 20 anos de Governo e depois referi a instabilidade orçamental relativamente a 90 e 92. Não me estou a referir em relação a este Secretário ou outro qualquer.

Foram 20 anos de governo e acho que melhor do que eu para explicar se foi mal ou bem, foram as eleições de 13 de Outubro. Julgo que aí foi um exame prévio e pós-antecipado da vossa competência.

Quanto aos transportes, julgo que se enganou, porque essa questão deve ser dirigida ao Governo do qual eu não faço parte.

Deputado Jaime Medeiros *(PSD):* O Sr. é que afirmou!

O Orador: Eu afirmei porque está no Programa do Governo. Foi só por isso.

O Sr. deve dirigir-se ao Governo e eles responder-lhe-ão.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação ao parágrafo que eu saltei, digo-lhe que a atribuição no tráfego marítimo inter-ilhas e Açores/Continente a duas empresas, TRANSINSULAR e MUTUALISTA, faz com que essas empresas justifiquem os seus preços elevados que actualmente praticam com o custo social de terem que servir ilhas economicamente pouco concorrenciais.

É por isso que se diz: "A separação da componente comercial e a identificação do seu custo, permitirá que este custo seja assumido pela sociedade globalmente e não através da pouca clara perequação gerada internamente pelos actuais operadores."

Deputado Jaime Medeiros *(PSD):* Esse eu percebo, o que eu não percebo é o parágrafo seguinte.

O Orador: Pois, a atribuição do serviço público no tráfego marítimo transfere o pagamento dos custos sociais para os utilizadores do sistema, penalizando simultaneamente as actividades económicas em todas as ilhas."

No fundo, é o que eu lhe estou a dizer.

Deputado Jaime Medeiros *(PSD):* Eu estou a perceber o que é que o Sr. quer dizer.

Presidente: Para intervir no debate tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional dos Açores *(Carlos César):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para dizer que no decurso dos nosso trabalhos, nós vamos esclarecer essa questão relativa ao desemprego. Ela vai ser objecto da intervenção do Secretário da Tutela e provaremos que temos razão e que a Sra. Deputada Berta Cabral não tem razão nenhuma.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A razão não é minha. A razão é dos Serviços Regionais de Estatística que no terceiro trimestre publicaram um boletim que é do domínio público que refere que o desemprego na Região é de 5,2%.

Não sou eu que quero ou não quero ter razão.

Presidente do Governo Regional dos Açores *(Carlos César):* Veremos!

A Oradora: Eu não estou aqui para isso!

Eu estou aqui para entrar no debate e não para demonstrar que alguém tem ou não razão!

Deputado José Maria Bairos *(PSD):* Através do diálogo!

Presidente do Governo Regional dos Açores *(Carlos César):* Mas nós estamos aqui para demonstrar que temos razão!

A Oradora: A gente só quer demonstrar com dados estatísticos e não com juízos de valor, Sr. Presidente.

Aqui funciona a estatística e não aquilo que eu penso ou o que o Sr. pensa. O que funciona aqui é aquilo que os serviços publicam de acordo com as suas competências. O Sr. Deputado está particularmente bem posicionado para confirmar isto que eu estou a dizer. Basta telefonar para os seus serviços e eles dar-lhe-ão o indicador ...

Presidente do Governo Regional dos Açores *(Carlos César):* Os seus serviços estão lá em baixo. São os de deputada regional!

A Oradora: Ó Sr. Presidente, eu penso que eles continuam vinculados aos seus serviços.

Deputado João Cunha *(PSD):* Provavelmente vão desempregar alguns para terem razão!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros.

Um momento Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Eugénio Leal pede a palavra com que finalidade?

Deputado Eugénio Leal*(PSD):* Sr. Presidente:

Após a intervenção do Sr. Deputado Augusto Elavai, eu coloquei uma questão. Ele respondeu por ordem inversa e logicamente deixou a minha para o fim.

Pressuponho que se tenha esquecido e pediu-me que voltasse a repetir, mas na altura eu não pude usar da palavra, porque o Sr. Secretário da Economia interveio, salvo erro.

Perguntaria ao Sr. Presidente da Mesa se ainda posso voltar a essa questão?

Presidente: O Sr. pode voltar a essa questão posteriormente, mas por agora não, porque já se encontra um Sr. Deputado na tribuna, uma vez que eu já lhe tinha concedido a palavra.

O Orador: Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado Jaime Medeiros *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional e ao Sr. Presidente e Membros do Governo, desejo as melhores felicidades no desempenho das tarefas e dos cargos em que foram empossados.

Daqui, também quero cumprimentar todos os deputados eleitos por esta Legislatura, referindo também que esta é a primeira vez que me encontro aqui nesta qualidade de Deputado.

Antes de iniciar a leitura do documento que produzi, gostaria de esclarecer uma questão que aqui foi levantada ontem e que, em princípio, terá que ser esclarecida.

Eu sempre me habituei a respeitar a figura do Presidente do Governo e, naturalmente, vou continuar a respeitar a sua figura, Sr. Presidente.

No entanto, não posso deixar de dizer que ontem V. Exa. durante algum tempo, e em algumas fases das suas intervenções, esqueceu-se que é Presidente do Governo e teve algumas atitudes mais próximas de um líder de partido da oposição.

Naturalmente fê-lo, mas não acredito que a informação que reproduziu aqui, V. Exa. tivesse conhecimento integral da forma como o disse. Creio que talvez tivesse sido mal informado, mas se o foi terá necessariamente que dar um "puxão de orelhas" a quem lhe deu essa informação deturpada que no fundo acaba por servir para propalar o boato e isso não é muito nobre nas funções que V. Exa. está a desempenhar.

Refiro-me concretamente à afirmação que fez de que o Delegado das Obras Públicas da Graciosa viveu permanentemente em São Miguel.

Isso não é verdade, Sr. Presidente do Governo.

O Delegado das Obras Públicas da Graciosa ficou impedido de desempenhar as suas funções por razões legais, por ter ido desempenhar outras funções. Na altura, não foi possível encontrar ninguém disponível na Graciosa com habilitações próprias para desempenhar o cargo.

Ponderou-se sobre a necessidade de transferir de outra ilha em regime de ajudas de custo permanente, um técnico para desempenhar essas funções.

O volume de trabalho existente na ilha, não justificava esse encargo. Nós pensámos que tínhamos que gerir os bens públicos e os recursos da maneira mais equilibrada.

Então, eu assumi directamente a responsabilidade de delegado da Ilha Graciosa e deleguei num dos meus adjuntos...

(Risos do Governo)

... competência para, periodicamente, se deslocar lá e resolver os problemas sem qualquer encargo adicional.

Neste momento, o Sr. Presidente disse que ele era delegado. Ele nunca foi delegado, foi um adjunto do ramo com competência delegada e já se diz na Secretaria das Obras Públicas em Ponta Delgada — hoje telefonaram-me para aqui para confirmar se isso era verdade ou não — que ele teria recebido 800 contos por esse desempenho. Ele não recebeu um escudo, porque ele era meu adjunto.

A verdade é esta e não é dizer como disse ontem aqui, que o delegado da Graciosa viveu permanentemente em São Miguel. Pura e simplesmente, não havia delegado na Graciosa.

Presidente do Governo Regional dos Açores *(Carlos César):* É a mesma coisa!

O Orador: Não é a mesma coisa!

Presidente do Governo Regional dos Açores *(Carlos César):* É a mesma coisa. O que o Sr. fez foi uma habilidade!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr: Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Programa de Governo que o Partido Socialista submete à aprovação desta Assembleia, frustra as expectativas criadas aos cidadãos, durante a campanha eleitoral e que aguardavam a tão anunciada renovação, e isto porque:

- Uma parte significativa das políticas anunciadas, coincidem com as propostas constantes do Programa de Governo do Partido Social Democrata.
- As partes não coincidentes, na maioria dos casos, encontram-se desadequadas da realidade existente, porque, pelo menos nas áreas com que tenho maior afinidade, propõe medidas que, ou já foram executadas ou estão em fase de execução, ou outras ainda, para as quais, o Governo Regional, não tem competência para decidir.

O que acabei de afirmar, não significa que esta proposta, não tenha algumas virtudes.

Tem-nas com certeza, principalmente nas áreas que coincidem com as nossas propostas, só que isto não é suficiente para prosseguir o ritmo de desenvolvimento exponencial que os Açores experimentaram nos últimos 20 anos de Governo Social Democrata e que tiraram a maioria dos Açorianos da miséria e do isolamento seculares.

É a consciência desta realidade, que já levou altos dirigentes do Partido Socialista, a publicamente afirmarem, numa atitude de coação psicológica sobre a população, que o VII Governo, da sua responsabilidade, estava hipotecado em consequência das medidas adoptadas pelo VI Governo, que foi da responsabilidade do Partido Social Democrata.

Esse anúncio, pretendeu antecipar as justificações da eventual má governação que venham a efectuar, atirando desde já a responsabilidade para outrém.

As obras postas a concurso durante o ano de 1996, não tiveram como objectivo complicar a vida ao Partido Socialista, mas sim dar a sequência lógica à execução do Plano aprovado por esta Assembleia e numa perspectiva de ser o PSD, de novo, a formar governo.

Gerir um Plano de Investimentos, não é gerir um somatório de obras, é antes pelo contrário, dar sequência ao seu conjunto no tempo, adequando as disponibilidades financeiras ao Plano de Trabalho.

Não deve pois assustar quem tem capacidade de gestão, numa carteira de obras de alguns milhões de contos e disponibilidades financeiras anuais de menos de metade desse valor, dentro de balizas de segurança, uma vez que pela sua dimensão, a maioria delas, são plurianuais.

Constitui uma medida de fraqueza e fragiliza à partida qualquer governo, o anúncio da intenção de suspender obras adjudicadas, causador de perturbações no frágil tecido empresarial regional, com os consequentes reflexos no emprego e na de si, já débil, economia destas ilhas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os transportes, são factor determinante, no desenvolvimento de qualquer região, principalmente naquelas que pela sua natureza arquipelágica, se encontram dispersas no meio do Atlântico.

O Capítulo deste Programa de Governo, no que respeita a transportes, é demasiado vago, desadequado, confuso e contraditório.

Desde logo, é demasiado vago, porque sabendo nós que documentos desta natureza, não podem descer aos pormenores da actuação diária, devem pelo menos, definir os contornos de uma política que aponte para a melhoria da sua qualidade em termos de

frequência, custos, segurança e oferta, tendo em conta a inter-dependência de todos os intervenientes, nas suas diversas formas de operação, quer terrestre, quer marítima, quer aérea.

É desadequado porque, entre as 10 medidas de política a adoptar, muitas delas encontram-se já executadas.

É confuso, porque não explicita claramente determinadas medidas a adoptar.

É contraditório, porque aponta para a redução das receitas de alguns organismos, indicando-se simultaneamente a necessidade de se modernizarem e tornarem mais operacionais, as suas infraestruturas.

- Como é possível modernizar e tornar mais operacionais infraestruturas sem investir ?

- Como se investe sem assegurar as necessárias fontes de financiamento ?

O capítulo 13 desta proposta de Plano, diz respeito às Políticas de Habitação e Equipamentos.

O tema habitação, à semelhança dos transportes, é descrito de forma desajustada da realidade actual, contendo inverdades e propõe soluções que já estão em curso e outras que francamente não percebemos.

Quando se fala da criação de um Plano de Habitação e da paralisia que o sector tem mantido nos últimos anos, ignora-se que esse Plano já existe - está lá - ...

Vozes do PSD: No armário!

Deputado Mark Marques *(PSD):* Atrás da secretária!

Presidente do Governo Regional dos Açores *(Carlos César):* Ainda não perceberam que isto mudou tudo!

O Orador: ... e que como instrumento dinâmico necessita apenas de actualização anual.

Ignora-se também que em 1995 foram investidos na habitação social 1.720 mil contos e no ano em curso se prevê atingir cerca de 2.300 mil contos.

Outros indicadores existentes, facilmente demonstram o contrário do que é referido no preâmbulo do referido capítulo:

- O crédito à habitação tem vindo a crescer, nos últimos 10 anos, ao ritmo de 9% ao ano.

- A população decresceu, entre os últimos dois sensos conhecidos, cerca de 2,3%.
- A conclusão de novos fogos, tem tido nos últimos 10 anos um incremento de 4,5% ao ano.
- Os níveis de bem estar e conforto das habitações, nomeadamente, a existência de água, electricidade e casa de banho, cresceu nos últimos 10 anos, ao ritmo de 3,9%, ao ano.

No subcapítulo, Obras Públicas e Equipamento, o máximo que se poderá dizer é que não há nada para dizer.

As 19 linhas da Proposta de Plano referente a esta área, resumidas, transmitem apenas a ideia que serão feitos protocolos com o Governo da República.

Concluímos, pois, que o actual Governo não tem política para as Obras Públicas.

Em suma, este não é efectivamente, pelo menos nos sectores a que me referi, um Plano para o futuro, mas sim um Plano já ultrapassado.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Loura.

Deputado António Loura *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em 13 de Outubro houve democracia porque houve alternância. Foi o que claramente os Açorianos com a sua votação manifestaram. Assim, com a vitória do PS, acabou a hegemonia do PSD, que durante 20 anos governou a Região.

Com esta mudança vive-se uma época de esperança e duma certa descompressão na sociedade açoriana, dando mostras de estar apta a enfrentar os desafios para o futuro com ânimo renovado.

Tem agora o VII Governo Regional o propósito de desenvolver medidas que demonstrem aos açorianos que houve mudança e logo, terá que ser criativo e dinâmico. A tarefa não vai ser fácil porque o tempo, é de contenção e muito há que fazer em todas as áreas da governação.

Um dos sectores que poderá contribuir para o desenvolvimento sócio-económico dos Açores é o turismo. Este não será com certeza a tábua de salvação no imediato, mas no futuro com políticas estruturadas e dinâmicas, poderá dar um forte impulso ao enriquecimento dos Açores, uma vez que em sintonia com outros sectores, designadamente, o agrícola, pescas, indústria e serviços, criarão riqueza e consequentemente melhor bem-estar às gentes dos Açores. Tendo em conta a intensa confluência sectorial que o turismo representa, é de esperar que se desenvolvam orientações noutros domínios, tais como da economia e finanças públicas, dos transportes e comunicações, da cultura, desporto e do ambiente, em ordem a que haja um equilibrado desenvolvimento turístico.

O que se nota agora é que os destinos mais procurados e mais divulgados no Continente Português e no estrangeiro são, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta e nalguns casos a Ilha do Pico deixando de fora ilhas que não têm ao seu dispôr ligações directas ao exterior e sendo, portanto, prejudicadas. Tal situação deverá ser revista de modo a que também o desenvolvimento do turismo seja harmónico para todas as ilhas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Um dos grandes constrangimentos ao desenvolvimento deste sector é sem dúvida a nossa localização geográfica e a nossa descontinuidade territorial, o que faz com que o custo do transporte aéreo seja pouco motivador para os potenciais interessados em conhecer os Açores.

Existe já um trabalho orientador para o desenvolvimento Turístico dos Açores e refiro-me nomeadamente ao Plano Director de Turismo que poderá servir de base à discussão para a implementação de estratégias a desenvolver nesta área.

Se é certo que o anterior Governo procurou fazer alguma divulgação dos Açores no exterior, participando em vários certames nacionais e internacionais, é certo também que a nível interno poucas medidas foram experimentadas, com vista a serem os próprios açorianos a darem o seu contributo no desenvolvimento turístico desta Região.

É lamentável reconhecer que existem açorianos a fazerem turismo no Continente português, sem primeiro conhecerem a Região que os viu nascer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Há necessidade de se criarem medidas inovadoras que promovam a movimentação de pessoas dentro do arquipélago, por via marítima e aérea, com o objectivo de conhecer as belezas naturais das nossas ilhas assim como, os usos e costumes da nossa gente.

Uma outra vertente de fazer turismo interno privilegiando as ilhas mais pequenas como é o caso de Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo, é realizar cursos de formação de todas as áreas da Administração Regional nessas ilhas, porque se para as ilhas de maior densidade, vinte ou trinta pessoas, não contam como factor de desenvolvimento económico, nas supracitadas ilhas tal desiderato é importante, porque movimenta uma vasta gama de serviços, como hotelaria, restauração, rent-a-car, animação e outros.

Na vertente dos transportes marítimos de passageiros, a Região é extremamente deficitária, nas ilhas acima mencionadas. De qualquer modo poderá ser encontrada uma solução favorável sobretudo para a época alta com o aluguer de barcos, através de protocolos celebrados entre o Governo Regional, as Autarquias e as empresas marítimas existentes ou a criar.

No caso específico de Santa Maria, esta ilha muito beneficiaria com a vinda duma unidade deste tipo que, na estação alta, fizesse a ligação entre Santa Maria e São Miguel, o mesmo podendo ser referido para outras ilhas que não são servidas pelo transporte marítimo de passageiros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Acredito neste Governo porque estou certo que aplicará medidas harmónicas no sentido de aproximar mais os Açores aos Açorianos, com vista a estarmos cada vez mais aptos a enfrentar os desafios do fim do século e início do próximo milénio.

Disse!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Srs. Deputados, uma vez atingida a hora regimental, informo quais os tempos ainda disponíveis:

Partido Socialista — 2 horas, 56 minutos e 55 segundos.

Partido Social Democrata — 2 horas, 12 minutos e 20 segundos.

Partido Popular — 17 minutos e 30 segundos.

Partido Comunista Português — 11 minutos e 15 segundos.

Governo — 2 horas, 20 minutos e 35 segundos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Amanhã retomaremos às 10 horas.

Boa noite.

(Os trabalhos terminaram às 20.00 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: ***PS -*** *António Silva Melo, Fernando Menezes, Francisco Oliveira).*

A Redactora de 2.ª Classe: *Maria da Conceição Fraga Branco*